

**Prospecto Definitivo de Distribuição Pública de Cotas Seniores do  
TREND BANK MULTICREDIT – FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**  
CNPJ/MF nº 10.362.512.0001-51

Classificação de Risco Preliminar para as Cotas Seniores: “**brA(sf)**” - Standard & Poor’s  
Código ISIN nº BRTDB1CTF005

Classificação do Fundo junto à ANBIMA: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

**Administração e Distribuição:** Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

O Trendbank Multicredit – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (o “Fundo”), constituído sob a forma de condomínio aberto em 19 de setembro de 2008, com prazo de duração indeterminado, é administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, por meio do Ato declaratório nº 6.696, de 21 de fevereiro de 2002, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91 (a “Instituição Administradora”).

O Fundo é regido pelas disposições de seu regulamento (o “Regulamento”), pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, pela Instrução da CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e suas alterações posteriores (a “Instrução CVM nº 356/01”), e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. O Regulamento foi registrado no 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro, sob o nº 1118247 em 19 de setembro de 2008, e suas alterações registradas no mesmo ofício, sendo (i) a primeira alteração registrada sob o nº 1118325, em 22 de setembro de 2008, (ii) a segunda alteração registrada sob o nº 1123490, em 17 de dezembro de 2008, (iii) a terceira alteração registrada sob o nº 1123702, em 19 de dezembro de 2008, (iv) a quarta alteração registrada sob o nº 1127086, em 19 de fevereiro de 2009, (v) a quinta alteração registrada sob o nº 1129886, em 02 de abril de 2009, (vi) a sexta alteração registrada sob o nº 1140902, em 12 de agosto de 2009, e (vii) a sétima alteração registrada sob o nº 1142059, em 24 de agosto de 2009.

O objetivo do Fundo é proporcionar rendimento a seus cotistas (os “Cotistas”) por meio do investimento preponderante dos recursos do Fundo na aquisição de direitos creditórios originados a partir de (i) vendas a prazo de bens, (ii) operações comerciais, (iii) operações de crédito, (iv) locação de imóveis, bens de capital e/ou equipamentos, e/ou (v) prestação de serviços, que tenham sido efetivamente entregues ou prestados pelos originadores aos seus respectivos sacados (“Direitos Creditórios”), que atendam, cumulativamente, a todos os critérios de elegibilidade e condições de cessão, conforme descritos no Regulamento e neste prospecto (“Prospecto”). Para maiores esclarecimentos e informações sobre os Direitos Creditórios, os investidores devem ler a seção 5 deste Prospecto.

O Fundo terá 1 (uma) classe de cotas seniores (as “Cotas Seniores”) e 1 (uma) classe de cotas subordinadas (“Cotas Subordinadas”) e, em conjunto com as Cotas Seniores, as “Cotas”).

As Cotas Seniores serão objeto de distribuição pública exclusivamente no Brasil, coordenada pela Instituição Administradora. O Fundo está ofertando na primeira distribuição pública até 50.000 (cinquenta mil) Cotas Seniores, no valor unitário inicial de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), perfazendo o montante de até R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) (“Oferta”). A aplicação inicial mínima de cada Cotista corresponde a R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), sendo que aplicações posteriores pelo mesmo Cotista não terão valor mínimo. **A Oferta foi registrada na CVM em 14 de janeiro de 2009, sob o nº CVM/SRE/RFD/2009/0001, nos termos da Instrução CVM nº 356/01. A Instituição Administradora apresentou à CVM pedido de alteração das condições da Oferta em 24 de agosto de 2009, o qual foi autorizado pela CVM em 2 de outubro de 2009, por meio do OFÍCIO/CVM/SRE/GER-1/N.º 1152/2009.**

Somente poderão adquirir as Cotas os investidores que: (i) sejam investidores qualificados, conforme definidos pela Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, e alterações posteriores (“Instrução CVM nº 409/04”), e demais investidores que venham a ser autorizados a subscrever e adquirir cotas de fundos de investimento em direitos creditórios regulados pela Instrução CVM nº 356/01, nos termos da regulamentação aplicável, e/ou (ii) sejam o próprio gestor da carteira de investimentos do Fundo (“Gestor”), suas partes relacionadas (conforme definidas neste Prospecto) (as quais sejam investidores qualificados, conforme definidos pela Instrução CVM nº 409/04) ou (iii) fundos exclusivos cujo investidor seja alguma das pessoas listadas em (i) e (ii) acima (“Investidores Autorizados”).

**O investimento no Fundo de que trata este Prospecto apresenta riscos para o investidor. Os investidores devem ler a Seção “Fatores de Risco” deste Prospecto, nas páginas 29 a 39. Ainda que a Instituição Administradora e/ou o Gestor mantenham sistemas de gerenciamento de riscos da carteira de investimentos do Fundo, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor.**

**A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura.**

**O Fundo não conta com garantia da Instituição Administradora, do Gestor, do custodiante do Fundo (“Custodiante”), de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC.**

As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento do Fundo, mas não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto quanto do Regulamento pelo investidor ao aplicar seus recursos, com especial atenção às cláusulas relativas ao objetivo do Fundo e à política de investimento e composição de sua carteira de investimentos. Para avaliação dos riscos associados ao Fundo e à Oferta, os investidores devem ler a Seção “Fatores de Risco” deste Prospecto, nas páginas 29 a 39.

O Fundo aplicará parte de seus recursos em Ativos Financeiros (conforme definidos neste Prospecto) com prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, o que pode levar a uma maior oscilação no valor das Cotas se comparada à oscilação no valor das cotas de fundos de investimento similares cuja carteira é representada por ativos financeiros com prazo médio inferior. O tratamento tributário aplicável aos Cotistas depende do período de permanência dos respectivos investimentos no Fundo, bem como da manutenção da carteira do Fundo representada por Ativos Financeiros com prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias. Alterações nessas características podem levar a um aumento do Imposto de Renda incidente sobre a rentabilidade auferida pelos Cotistas. Para maiores informações sobre a tributação aplicável aos Cotistas e ao Fundo, os investidores devem ler o item “Regras de Tributação do Fundo” deste Prospecto, nas páginas 64 a 66.

Este Fundo de investimento utiliza estratégias com derivativos como parte integrante de sua política de investimento. Tais estratégias, da forma como são adotadas, podem resultar em significativas perdas patrimoniais para seus Cotistas.

O valor da Cota deste Fundo será calculado a partir do patrimônio líquido do dia anterior, devidamente atualizado por 1 (um) dia (cota de abertura). Eventuais ajustes decorrentes das aplicações e resgates ocorridos durante o dia serão lançados contra o patrimônio líquido do Fundo podendo acarretar perdas decorrentes da volatilidade dos preços dos ativos que integram a sua carteira de investimentos.

*Instituição Administradora e Distribuidora*



*Gestor*



*Custodiante*



A data deste Prospecto é 10 de maio de 2012

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

# ÍNDICE

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>6</b>
• Definições .....	8
• Resumo das Características da Oferta .....	16
<b>2. TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA</b>	<b>20</b>
• Características da Oferta .....	22
• Modificação da Oferta .....	24
• Negociação das Cotas .....	25
• Custos de distribuição pública das Cotas Seniores .....	25
• Outras Informações .....	26
• Identificação dos Prestadores de Serviços do Fundo .....	26
• Declarações da Instituição Administradora.....	28
<b>3. FATORES DE RISCO</b>	<b>30</b>
• Riscos de Mercado .....	32
• Riscos de Crédito .....	33
• Riscos de Liquidez.....	34
• Riscos Específicos.....	35
• Riscos dos Cedentes.....	38
• Riscos do Gestor .....	40
• Riscos Provenientes do Uso de Derivativos.....	40
<b>4. TREND BANK MULTICREDIT – FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS</b>	<b>42</b>
• Forma, Base Legal e Prazo de Duração .....	44
• Público Alvo e Valor Mínimo de Investimento .....	44
• Objeto de Investimento .....	44
• Política de Investimento, Composição e Diversificação da Carteira do Fundo .....	45
• Características, Direitos, Condições de Emissão e Integralização das Cotas .....	46
• Assembleia Geral de Cotistas.....	53
• Critérios de Avaliação dos Direitos Creditórios Elegíveis e dos Ativos Financeiros Integrantes da Carteira.....	53
• Patrimônio do Fundo.....	54
• Eventos de Avaliação, Eventos de Liquidação e Direito de Dissidência dos Cotistas Seniores.....	54
• Ordem de Alocação dos Recursos do Fundo .....	56
• Política de Exercício de Direito de Voto.....	57
• Mecanismos de Garantia .....	57
• Administração .....	57
• Gestão .....	58
• Custódia, Controladoria e Escrituração de Cotas.....	59
• Agência Classificadora de Risco das Cotas Seniores.....	61
• Empresa de Auditoria.....	62
• Outros Prestadores de Serviços.....	62
• Taxa de Administração .....	62
• Despesas e Encargos do Fundo .....	63
• Sistema de Gerenciamento de Riscos e Compliance .....	64

• Política de Divulgação de Informações.....	65
• Regras de Tributação do Fundo .....	66
• Atendimento aos Cotistas.....	68
• Informações Financeiras e Histórico do Fundo.....	68
<b>5. DIREITOS CREDITÓRIOS</b>	<b>70</b>
• Direitos Creditórios.....	72
• Características dos Direitos Creditórios.....	72
• Características Homogêneas e Níveis de Concentração dos Sacados dos Direitos Creditórios.....	72
• Política de Cadastro e Concessão de Crédito .....	74
• Procedimentos de Cobrança dos Direitos Creditórios e dos Direitos Creditórios Inadimplidos .....	74
• Cessão, Alienação e Permuta dos Direitos Creditórios Adquiridos.....	75
• Informações Estatísticas sobre os Direitos Creditórios.....	76
• Informações sobre os Direitos Creditórios Adquiridos.....	78
<b>6. OPERAÇÕES DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS AO FUNDO</b>	<b>79</b>
• Características Gerais.....	81
• Critérios de Elegibilidade.....	81
• Condições de Cessão.....	82
• Procedimentos Aplicáveis às Operações de Cessão de Direitos Creditórios ao Fundo .....	83
• Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios .....	84
<b>7. SUMÁRIO DOS CONTRATOS DO FUNDO</b>	<b>85</b>
• Contrato de Cobrança.....	87
• Contrato de Custódia.....	87
• Contrato de Depósito .....	87
• Contrato de Gestão.....	87
• Contrato de Promessa de Cessão.....	88
<b>8. RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO E COM A OFERTA</b>	<b>90</b>
• Informações sobre as Partes .....	92
• Relacionamento entre as Partes.....	96
• Conflitos de Interesse.....	98
<b>9. ANEXOS</b>	<b>100</b>
• Instrumento Particular de Constituição, Primeira, Segunda, Terceira, Quarta, Quinta e Sexta Alterações ao Regulamento do Fundo e Regulamento Consolidado.....	ANEXO I
• Relatório Preliminar da Agência Classificadora de Risco .....	ANEXO II
• Material Publicitário a ser disponibilizado aos Potenciais Investidores do Fundo.....	ANEXO III

## **1. INTRODUÇÃO**

---

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

## DEFINIÇÕES

Para fins deste Prospecto, os termos e expressões contidos nesta Seção, no singular ou no plural, terão o seguinte significado:

Agência Classificadora de Risco	Standard & Poor's Ratings Services, divisão da McGraw-Hill Interamericana do Brasil Ltda., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 201, 18º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.295.585/0001-40, ou sua sucessora, na qualidade de agência classificadora de risco contratada pelo Fundo para avaliação de risco das Cotas Seniores do Fundo a serem distribuídas publicamente
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais
Assembleia Geral	Assembleias gerais, ordinárias e/ou extraordinárias, de Cotistas do Fundo, realizadas nos termos do Regulamento
Ativos Financeiros	Os (i) títulos de emissão do Tesouro Nacional, (ii) títulos de emissão do Bacen, e (iii) operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais, que podem ser adquiridos pelo Fundo para alocar a parcela do Patrimônio Líquido não aplicada em Direitos Creditórios Elegíveis
Bacen	Banco Central do Brasil
CCB	As cédulas de crédito bancário, emitidas nos termos da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, conforme alterada
Cedentes	Pessoas físicas ou jurídicas e fundos de investimento cedentes de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, que poderão ser, inclusive, (i) os próprios Originadores, (ii) pessoas jurídicas controladas, sob controle comum ou coligados ao Gestor, ou, ainda, (iii) fundos de investimento geridos pelo Gestor. Os Cedentes pessoas físicas apenas poderão ceder ao Fundo Direitos Creditórios Elegíveis do agronegócio
CETIP	CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNPJ/MF	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda
Condições de Cessão	As características dos Direitos Creditórios que, adicionalmente aos Critérios de Elegibilidade, são necessárias para a aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, conforme definidas no Regulamento e neste Prospecto, as quais serão validadas exclusivamente pelo Gestor, em cada Data de Aquisição



Contrato de Cobrança	O “Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança” a ser celebrado entre a Instituição Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Gestor, na qualidade de instituição responsável pela cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos, com a interveniência e anuência do Custodiante
Contrato de Custódia	O “Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Custódia, Controladoria e Escrituração de Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, Termo e Condições de Uso de Sistema Operacional e Outras Avenças”, a ser celebrado entre a Instituição Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Custodiante.
Contrato de Depósito	O “Contrato de Prestação de Serviços de Depósito” a ser celebrado entre a Instituição Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Gestor, na qualidade de instituição responsável pela custódia física, guarda, conservação e manutenção dos Documentos Representativos de Crédito, com a interveniência e anuência do Custodiante
Contrato de Gestão	O “Contrato de Prestação de Serviços de Gestão da Carteira do Fundo”, a ser celebrado entre a Instituição Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Gestor
Contrato de Promessa de Cessão	Cada instrumento particular a ser firmado entre cada Cedente e a Instituição Administradora, por conta e ordem do Fundo, com a interveniência e anuência do Gestor, tendo por objeto a promessa de cessão de Direitos Creditórios Elegíveis, de titularidade dos respectivos Cedentes
COSIF	Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional, editado pelo Bacen
Cotas	As Cotas Seniores e Cotas Subordinadas, quando tratadas em conjunto
Cotas Seniores	Cotas da classe sênior emitidas pelo Fundo
Cotas Subordinadas	Cotas da classe subordinada emitidas pelo Fundo
Cotista	O titular das Cotas
Cotista Qualificado	Os Cotistas residentes e domiciliados no exterior, que ingressam recursos no Brasil por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução do CMN n.º 2.689, de 26 de janeiro de 2000, conforme alterada
Cotista Sênior	O titular de Cotas Seniores
Cotista Subordinado	O titular de Cotas Subordinadas
Crítérios de Elegibilidade	Crítérios a serem observados nos Direitos Creditórios alvo de aquisição pelo Fundo, conforme definidos no Regulamento e neste

	Prospecto, os quais serão verificados pelo Custodiante nas Datas de Aquisição dos respectivos Direitos Creditórios Elegíveis pelo Fundo.
Custodiante	Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 13º, 14º e 15º andares, inscrita no CNPJ/MF sob nº 62.331.228/0001-11
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
Data de Aquisição	Data em que o Fundo efetua o pagamento pela aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis aos Cedentes, em moeda corrente nacional e/ou quando ocorre o lançamento, na conta de valores mobiliários de titularidade do respectivo Cedente, de Cotas Subordinadas em razão de sua integralização, por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, nos termos descritos no respectivo Contrato de Promessa de Cessão
Data de Início	Data em que ocorrer a 1ª integralização de Cotas, seja com recursos em moeda corrente nacional ou por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, nos termos do Regulamento e deste Prospecto, a qual deverá ser, necessariamente, um Dia Útil
Data de Verificação	O último Dia Útil de cada mês calendário
Dia Útil	Qualquer dia que não seja (i) sábado, (ii) domingo, (iii) dia em que as instituições financeiras estejam autorizadas ou obrigadas por lei a fechar ou (iv) dia que, por qualquer outro motivo, não haja expediente bancário na sede do Custodiante
Direitos Creditórios	Os direitos creditórios de titularidade dos Cedentes, originados pelos Originadores a partir de (i) vendas a prazo de bens, (ii) operações comerciais, (iii) operações de crédito, (iv) locação de imóveis, bens de capital e/ou equipamentos, e/ou (v) prestação de serviços, que tenham sido efetivamente entregues ou prestados pelos Originadores aos seus respectivos Sacados
Direitos Creditórios Adquiridos	Os Direitos Creditórios Elegíveis de titularidade do Fundo, adquiridos por meio da celebração dos Contratos de Promessa de Cessão e dos Termos de Cessão
Direitos Creditórios Elegíveis	Os Direitos Creditórios que, na respectiva Data de Aquisição, atendam cumulativamente aos Critérios de Elegibilidade e às Condições de Cessão previstos no Regulamento e neste Prospecto
Direitos Creditórios Inadimplidos	Os Direitos Creditórios Adquiridos vencidos e não liquidados pelos respectivos Sacados, nas respectivas datas de vencimento
Documentos do Fundo	O Regulamento, os Contratos de Promessa de Cessão, os Termos de Cessão, os contratos com prestadores de serviços ao Fundo e os demais documentos relacionados com o Fundo

Documentos Representativos de Crédito	Os documentos que evidenciam o lastro dos Direitos Creditórios Adquiridos, representados, sem prejuízo de eventuais outros, pelo (i) Contrato de Promessa de Cessão, (ii) Termo de Cessão, (iii) (a) contrato de compra e venda de mercadorias, (b) contrato de fornecimento de mercadorias, (c) contrato de locação de imóveis, bens de capital e/ou equipamentos, (d) contrato de prestação de serviços, (e) CCB, (f) nota promissória, (g) cheque, e/ou (h) duplicata mercantil e/ou de prestação de serviços (emitidas em meio físico e/ou por meio eletrônico), do qual se originaram os Direitos Creditórios Adquiridos, (iv) notificação ao Sacado informando sobre a cessão dos respectivos Direitos Creditórios Adquiridos ao Fundo e indicando o número da conta-corrente de titularidade do Fundo em que deverão ser feitos os pagamentos de tais Direitos Creditórios Adquiridos, devidamente acompanhada de comprovante de sua expedição ao respectivo Sacado, e (v) no caso de Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo por Cedentes que não sejam os próprios Originadores dos respectivos Direitos Creditórios, os contratos e/ou termos de cessão que formalizem a cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis desde o Originador até o Cedente que cederá tais Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo
Empresa de Auditoria	KPMG Auditores Independentes, sediada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Renato Paes de Barros, nº 33, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.755.217/0001-29
Eventos de Avaliação	Eventos previstos no Regulamento, cuja ocorrência resultará na convocação de Assembléia Geral para deliberar sobre (i) se a ocorrência de tal Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação; ou (ii) a alteração do Regulamento ou dos demais Documentos do Fundo
Eventos de Liquidação	Eventos previstos no Regulamento, cuja ocorrência resultará na convocação de Assembléia Geral para deliberar sobre a eventual liquidação do Fundo
Fundo	Trendbank Multicredit – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios
Gestor	Trendbank S.A. Banco de Fomento, sociedade devidamente autorizada pela CVM a administrar carteira de valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório CVM nº 7.724, de 13 de abril de 2004, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1993, 3º andar, conjunto 38, Jardim Paulista, inscrita no CNPJ/MF sob nº 48.880.116/0001-99
Grupo Econômico	O grupo econômico-financeiro formado por entidades controladoras, entidades direta ou indiretamente controladas, suas coligadas e sociedades sob controle comum de determinada entidade
IGP-M	O Índice Geral de Preços do Mercado calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas

Instituição Administradora	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade devidamente autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários por meio do Ato Declaratório CVM n.º 6.696, de 21 de fevereiro de 2002, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º. 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 36.113.876/0001-91
Instrução CVM n.º 356/01	Instrução CVM n.º 356, de 17 de dezembro de 2001, e suas alterações posteriores
Instrução CVM n.º 400/03	Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, e suas alterações posteriores
Instrução CVM n.º 409/04	Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, e suas alterações posteriores
Investidor Autorizado	São os investidores que poderão adquirir Cotas, os quais deverão ser: (i) investidores qualificados, conforme definidos pela Instrução CVM n.º 409/04, e demais investidores que venham a ser autorizados a subscrever e adquirir cotas de fundos de investimento em direitos creditórios regulados pela Instrução CVM n.º 356/01, nos termos da regulamentação aplicável, e/ou (ii) sejam o próprio Gestor, suas Partes Relacionadas (as quais sejam investidores qualificados, conforme definidos pela Instrução CVM n.º 409/04) ou (iii) fundos exclusivos cujo investidor seja alguma das pessoas listadas nos itens (i) e (ii) acima
Oferta	A presente distribuição pública de Cotas Seniores
Originadores	Pessoas físicas e pessoas jurídicas atuantes nos segmentos comercial, industrial, financeiro, petrolífero, imobiliário, de serviços e/ou do agronegócio, vendedoras e/ou fornecedoras de produtos e/ou serviços aos Sacados, originadoras de Direitos Creditórios, observado que os Originadores pessoas físicas serão necessariamente atuantes no segmento do agronegócio
Patrimônio Líquido	O patrimônio líquido do Fundo, apurado na forma do Regulamento
Partes Relacionadas	Qualquer pessoa, natural ou jurídica, fundo, universalidade de direitos, entidade, personificada ou não, direta ou indiretamente, controladora, controlada, sob controle comum, coligada, ligada ou de simples participação
Periódico	O jornal “Monitor Mercantil”, publicado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro
Procedimentos de Cobrança	Os procedimentos a serem observados pelo Gestor, nos termos do Contrato de Cobrança, na realização da cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos, conforme listados no item 5.4. deste Prospecto

Prospecto	O presente prospecto de distribuição pública das Cotas Seniores do Fundo, preparado nos termos da Instrução CVM nº 356/01 e da Instrução CVM nº 400/03
Regulamento	O regulamento do Trendbank Multicredit Fundo de Investimento em Direitos Creditórios e suas eventuais alterações posteriores
Relação Mínima	A relação mínima entre o Patrimônio Líquido do Fundo e valor das Cotas Seniores, equivalente a 135,1% (cento e trinta e cinco inteiros e um décimo por cento)
Resgate Antecipado Compulsório	O resgate compulsório antecipado da totalidade ou de parte das Cotas Seniores em circulação, concomitantemente, em igualdade de condições e proporcionalmente à quantidade de Cotas Seniores detidas por cada Cotista, que poderá ser deliberado em Assembléia Geral de Cotistas, nos termos do Regulamento
Resolução CMN nº 2.907/01	A Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional
Sacados	Os devedores dos Direitos Creditórios Adquiridos
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
Taxa de Administração	Montante devido à Instituição Administradora, a título de remuneração pelo desempenho de suas atribuições de administração do Fundo, definidas no Regulamento e nos Documentos do Fundo
Taxa de Cessão	Taxa de desconto pré-fixada pelo Gestor, incidente sobre o valor de face de cada Direito Creditório Elegível, a ser adquirido pelo Fundo, nos termos do respectivo Contrato de Promessa de Cessão e/ou Termo de Cessão, obedecida a Taxa Mínima de Cessão
Taxa de Gestão	Montante devido ao Gestor, pela prestação do serviço de gestão do da carteira do Fundo, a ser deduzida da Taxa de Administração
Taxa DI	Taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros - DI de 01 (um) dia – “over extragrupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP
Taxa de Saída	Valor cobrado pelo Fundo, de cada Cotista que solicitar o resgate de Cotas, apurado na forma a seguir expressa, a ser deduzido do valor a ser pago ao Cotista quando do pagamento do resgate de suas Cotas: (i) observado o prazo de carência de que trata o Regulamento, caso o Cotista Sênior opte por realizar o resgate de suas Cotas Seniores em até 180 (cento e oitenta) dias contados da data da integralização das respectivas Cotas Seniores, será cobrada a Taxa de Saída sobre suas Cotas Seniores resgatadas, equivalente a 70% (setenta por cento) dos rendimentos líquidos auferidos por suas Cotas Seniores durante o período entre a data de integralização da Cota Sênior e a data de resgate; e (ii) caso o Cotista Subordinado opte por solicitar o resgate

	de suas Cotas Subordinadas em até 180 (cento e oitenta) dias contados da data da integralização das respectivas Cotas Subordinadas, será cobrada a Taxa de Saída sobre as Cotas Subordinadas resgatadas, equivalente ao valor total dos rendimentos auferidos pelas Cotas Subordinadas resgatadas, de forma que o valor de resgate de cada Cota Subordinada a ser pago ao Cotista Subordinado será, no máximo, igual ao valor da Cota Subordinada no momento de sua integralização, deduzido dos tributos incidentes e demais taxas e despesas do Fundo. A totalidade dos valores recebidos a título de Taxa de Saída serão integralmente revertidos ao Fundo, em benefício dos demais Cotistas
Taxa Mínima de Cessão	Taxa mínima de desconto a ser respeitada quando da determinação da Taxa de Cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis a serem adquiridos pelo Fundo, equivalente a 150% (cento e cinquenta por cento) da Taxa DI na respectiva Data de Aquisição
Taxa SELIC	Taxa referencial do SELIC para títulos federais, divulgada pelo Bacen, expressa de forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias
TED	Transferência Eletrônica Disponível.
Termo de Adesão	Documento preparado na forma do Anexo III ao Regulamento, a ser firmado pelos Cotistas, evidenciando sua adesão aos termos do Regulamento do Fundo.
Termo de Cessão	Os termos de cessão de Direitos Creditórios Elegíveis, celebrados no âmbito de cada Contrato de Promessa de Cessão, formalizando a efetiva cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo

Outros termos e expressões contidos neste Prospecto que não tenham sido definidos nesta Seção terão o significado que lhes for atribuído no próprio Prospecto, no Regulamento, bem como nos demais Documentos do Fundo.

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

## RESUMO DAS CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

Emissor	Trendbank Multicredit – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios
Instituição Administradora	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Distribuidora	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Montante total da Oferta	Até R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais)
Quantidade de Classes do Fundo	2 (duas) classes, sendo 1 (uma) única classe de Cotas Seniores, as quais são objeto da Oferta, e 1 (uma) única classe de Cotas Subordinadas, as quais não serão objeto da Oferta
Quantidade de Cotas Seniores objeto da Oferta	Até 50.000 (cinquenta mil) Cotas Seniores
Valor unitário inicial das Cotas Seniores objeto da Oferta	R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na Data de Início
Procedimentos para Subscrição e Integralização das Cotas Seniores	<p>As Cotas Seniores objeto da Oferta deverão ser subscritas dentro do prazo de realização da Oferta, correspondente a 2 (dois) anos contados da data de publicação do anúncio de início da Oferta.</p> <p>No ato de cada subscrição de Cotas Seniores, o Cotista subscritor deverá assinar o boletim de subscrição. Além disso, na primeira subscrição de Cotas Seniores, o Cotista subscritor (i) receberá exemplar do Regulamento e deste Prospecto, (ii) firmará o Termo de Adesão, nos termos do Anexo III ao Regulamento, entre outras coisas, atestando que recebeu cópia do Regulamento e deste Prospecto e que tomou ciência dos riscos envolvidos no investimento no Fundo, conforme descritos no Regulamento e neste Prospecto e da política de investimento do Fundo, e (iii) firmará declaração de condição de investidor qualificado, nos termos da Instrução CVM n.º 409/04.</p> <p>As Cotas Seniores deverão ser integralizadas à vista, no momento da subscrição, mediante a disponibilidade dos recursos referentes à integralização das respectivas Cotas Seniores na conta-corrente de titularidade do Fundo, nos termos descritos no Regulamento e neste Prospecto. O pagamento do preço de integralização das Cotas Seniores poderá ser efetuado por meio de débito em conta-corrente ou em conta-investimento, TED ou outro mecanismo de</p>



transferência de recursos autorizado pelo Bacen à escolha da Instituição Administradora.

A integralização das Cotas Seniores será feita pelo valor da Cota Sênior de abertura do próprio dia da disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Instituição Administradora.

**Amortização e Resgate das Cotas Seniores** As Cotas Seniores não serão objeto de amortização.

As Cotas Seniores não se subordinam às demais para efeito de resgate e apresentam preferência na distribuição dos resultados da carteira do Fundo, em relação às Cotas Subordinadas.

O resgate das Cotas Seniores deverá ser comunicado pelo Cotista Sênior à Instituição Administradora, obedecendo às seguintes regras:

(i) Os Cotistas Seniores estarão sujeitos a um prazo de carência para o resgate de suas Cotas Seniores equivalente a 30 (trinta) dias a contar da data de integralização das respectivas Cotas Seniores, de modo que não serão processados pela Instituição Administradora os pedidos de resgate de Cotas Seniores recebidos durante tal período;

(ii) Caso o Cotista Sênior opte por realizar o resgate de suas Cotas Seniores em até 180 (cento e oitenta) dias contados da data de integralização das respectivas Cotas Seniores, será cobrada a Taxa de Saída sobre suas Cotas Seniores resgatadas, equivalente a 70% (setenta por cento) dos rendimentos líquidos auferidos por suas Cotas Seniores durante o período entre a data de integralização da Cota Sênior e a data de resgate, observado que a totalidade dos valores recebidos a título de Taxa de Saída será revertida ao Fundo, em benefício dos demais Cotistas;

(iii) Caso a data de solicitação do resgate das Cotas Seniores não seja um Dia Útil, ou seja recebida após as 13 (treze) horas, a solicitação de resgate será considerada recebida no Dia Útil subsequente;

(iv) O valor líquido do resgate das Cotas Seniores será creditado ao Cotista Sênior que o tiver solicitado em até 5 (cinco) Dias Úteis da data da respectiva solicitação, utilizando-se o valor da Cota Sênior de abertura da data do pagamento, mediante crédito em conta-corrente ou conta-investimento, TED ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Bacen, à escolha da Instituição Administradora, correndo os custos correspondentes às tarifas de serviço bancário por conta do Cotista;

	<p>(v) para fins de resgate, o valor da Cota Sênior será o valor da Cota de abertura da data do pagamento; e</p> <p>(vi) Se, na data de pagamento do resgate das Cotas Seniores, não existirem recursos em moeda corrente nacional suficientes para atender ao montante total do resgate solicitado, o Fundo realizará o pagamento do resgate da quantidade de Cotas Seniores equivalente ao montante disponível em moeda corrente nacional e interromperá a aquisição de novos Direitos Creditórios Elegíveis e Ativos Financeiros até que a totalidade do pagamento do resgate de Cotas Seniores solicitado tenha sido efetivamente realizado. O Fundo realizará o pagamento de resgate das Cotas Seniores remanescentes na medida em que houver a disponibilidade de recursos em moeda corrente nacional.</p>
Parâmetro de Rentabilidade das Cotas Seniores	<p>O Fundo busca atingir parâmetro de rentabilidade para as Cotas Seniores, a médio e longo prazos, equivalente a 120% (cento e vinte por cento) da Taxa DI. O parâmetro de rentabilidade a ser buscado para as Cotas Seniores não representará e nem deverá ser considerado como uma promessa, garantia ou sugestão de rentabilidade aos Cotistas por parte do Fundo, da Instituição Administradora, do Gestor, do Custodiante e/ou de quaisquer terceiros.</p> <p>Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os Cotistas Seniores não farão jus a uma rentabilidade superior ao parâmetro de rentabilidade das Cotas Seniores, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para as Cotas Seniores.</p>
Negociação	<p>As Cotas Seniores não poderão ser negociadas no mercado secundário, de forma que os Cotistas Seniores somente poderão obter o valor correspondente às suas Cotas Seniores mediante resgate das mesmas junto à Instituição Administradora pelo valor da Cota apurado nos termos descritos no Regulamento e neste Prospecto.</p>
Público Alvo	<p>As Cotas Seniores são destinadas aos Investidores Autorizados, nos termos descritos no Regulamento e neste Prospecto.</p> <p>Os Cotistas devem buscar rentabilidade, no longo prazo, compatível com a política de investimento do Fundo, conforme prevista no Regulamento, e devem estar aptos a aceitar os riscos associados aos investimentos do Fundo.</p>
Inadequação do Investimento	<p><b>A OFERTA NÃO É DESTINADA A INVESTIDORES QUE VISEM APLICAR NO CURTO PRAZO E/OU QUE NECESSITAM DE LIQUIDEZ EM SEUS TÍTULOS.</b></p>

Informações Adicionais

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o Fundo e/ou sobre a Oferta poderão ser obtidas junto à Instituição Administradora e/ou à CVM.

## **2. TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA**

---

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

## TERMOS E CONDIÇÕES DA OFERTA

### 2.1. Características da Oferta

#### 2.1.1. Regime e Prazo de Colocação

As Cotas Seniores serão objeto de distribuição pública exclusivamente no Brasil, coordenada pela Instituição Administradora.

O prazo de duração da Oferta é de até 2 (dois) anos contados da data da publicação do anúncio de início da Oferta. Em 13 de abril de 2011 foi solicitada a prorrogação do prazo de duração da Oferta pelo período de 180 dias. Posteriormente, referida solicitação foi retificada, de forma a requerer que o prazo de duração da Oferta fosse prorrogado pelo período de 2 (dois) anos. Neste sentido, o prazo da Oferta deverá então estender-se até 14 de abril de 2013.

As Cotas Subordinadas de emissão do Fundo não serão objeto da Oferta.

#### 2.1.2. Público Alvo

As Cotas Seniores são destinadas aos Investidores Autorizados, nos termos descritos no Regulamento e neste Prospecto.

Os Cotistas devem buscar rentabilidade, no longo prazo, compatível com a política de investimento do Fundo, conforme prevista no Regulamento, e devem estar aptos a aceitar os riscos associados aos investimentos do Fundo.

**A Oferta não é destinada a investidores que visem aplicar no curto prazo e/ou que necessitam de liquidez em seus títulos.**

#### 2.1.3. Registro da Oferta das Cotas Seniores

A Oferta das Cotas Seniores foi registrada na CVM em 14 de janeiro de 2009, sob o nº CVM/SRE/RFD/2009/0001, nos termos da Instrução CVM nº 356/01.

A Instituição Administradora apresentou à CVM pedido de alteração das condições da Oferta das Cotas Seniores em 24 de agosto de 2009, o qual foi autorizado pela CVM em 2 de outubro de 2009, por meio do OFÍCIO/CVM/SRE/GER-1/N.º 1152/2009.

#### 2.1.4. Quantidade de Cotas Seniores objeto da Oferta

Serão objeto da Oferta até 50.000 (cinquenta mil) Cotas Seniores de emissão do Fundo.

#### *2.1.5. Valor unitário inicial das Cotas Seniores e preço de integralização das Cotas Seniores no âmbito da Oferta*

Valor unitário inicial das Cotas Seniores corresponde a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na Data de Início, totalizando a Oferta o valor de até R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) na Data de Início.

O preço de integralização das Cotas Seniores no âmbito da Oferta corresponderá ao valor da Cota Sênior de abertura do próprio dia da disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Instituição Administradora, calculado de acordo com o disposto no Regulamento e neste Prospecto.

#### *2.1.6. Subscrição e Integralização das Cotas Seniores durante o prazo de realização da Oferta*

As Cotas Seniores objeto da Oferta deverão ser subscritas dentro do prazo de realização da Oferta, que se encerrará em 13 de abril de 2013, conforme pedido de prorrogação de prazo da Oferta, protocolado na CVM em 13 de abril de 2011 e posteriormente retificado pelo pedido protocolado na CVM em 3 de junho de 2011.

No ato de cada subscrição de Cotas Seniores, o Cotista subscritor deverá assinar o boletim de subscrição. Além disso, na primeira subscrição de Cotas Seniores, o Cotista subscritor (i) receberá exemplar do Regulamento e deste Prospecto, (ii) firmará o Termo de Adesão, nos termos do Anexo III ao Regulamento, entre outras coisas, atestando que recebeu cópia do Regulamento e deste Prospecto e que tomou ciência dos riscos envolvidos no investimento no Fundo, conforme descritos no Regulamento e neste Prospecto e da política de investimento do Fundo, e (iii) firmará declaração de condição de investidor qualificado, nos termos da Instrução CVM n.º 409/04.

As Cotas Seniores deverão ser integralizadas à vista, no momento da subscrição, mediante a disponibilidade dos recursos referentes à integralização das respectivas Cotas Seniores na conta-corrente de titularidade do Fundo, nos termos descritos no Regulamento e neste Prospecto. O pagamento do preço de integralização das Cotas Seniores poderá ser efetuado por meio de débito em conta corrente ou em conta-investimento, TED ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Bacen à escolha da Instituição Administradora.

A integralização das Cotas Seniores será feita pelo valor da Cota Sênior de abertura do próprio dia da disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Instituição Administradora.

O Fundo busca atingir parâmetro de rentabilidade para as Cotas Seniores, a médio e longo prazos, equivalente a 120% (cento e vinte por cento) da Taxa DI.

O parâmetro de rentabilidade a ser buscado para as Cotas Seniores não representará e nem deverá ser considerado como uma promessa, garantia ou sugestão de rentabilidade aos Cotistas por parte do Fundo, da Instituição Administradora, do Gestor, do Custodiante e/ou de quaisquer terceiros.

#### *2.1.7. Cronograma Estimado de Etapas da Oferta*

<i>Evento</i>	<i>Data Estimada *</i>
Protocolo do Pedido de Registro na CVM	22/12/2008
Disponibilização do Prospecto	07/01/2009
Data de Registro na CVM	14/01/2009
Disponibilização do Prospecto	02/04/2009
Publicação do Anúncio de Início da Oferta	14/04/2009
Protocolo do Pedido de Alteração das Condições da Oferta na CVM	24/08/2009
Autorização do Pedido de Alteração das Condições da Oferta pela CVM	01/10/2009
Disponibilização do Prospecto Atualizado	02/10/2009
Publicação da Retificação do Anúncio de Início da Oferta	02/10/2009
Início do Procedimento de Distribuição	02/10/2009**
Solicitação de Prorrogação de Prazo da Oferta para CVM	13/04/2011
Recebimento de Exigências da CVM no Âmbito do Pedido de Prorrogação de Prazo da Oferta	11/05/2011
Protocolo de Resposta a Ofício da CVM, Indicando o Cumprimento das Exigências, incluindo versão do Novo Prospecto Atualizado	26/05/2011
Disponibilização do Novo Prospecto Atualizado	26/05/2011
Protocolo de Retificação de Resposta a Ofício da CVM Indicando o Cumprimento das Exigências, incluindo versão do Novo Prospecto Atualizado	03/06/2011
Data Estimada de Recebimento de Ofício da CVM Concedendo a Prorrogação do Prazo da Oferta	10/06/2011
Data máxima para encerramento da Oferta e publicação do Anúncio de Encerramento da Oferta (***)	13/04/2013

(\*) *As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas, e estão sujeitas a alterações, atrasos e adiamentos, sem aviso prévio, a critério da Instituição Administradora e da CVM.*

(\*\*) *Anteriormente ao pedido de alteração das condições da Oferta na CVM, este evento estava estimado a ocorrer até 14/04/2009.*

(\*\*\*) *Até 2 (dois) anos contados da data originalmente prevista para encerramento da Oferta, de acordo com a prorrogação autorizada pela CVM, nos termos da regulamentação aplicável, o que corresponderá à data de 13/04/2013.*

#### **2.1.8. Valor Mínimo de Investimento**

O valor mínimo de investimento de cada Cotista nas Cotas Seniores é aquele determinado pela Instrução CVM nº 356/01, atualmente em R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), sendo que aplicações posteriores pelo mesmo Cotista não terão valor mínimo;

#### **2.2. Modificação da Oferta**

Nos termos do artigo 25 e seguintes da Instrução CVM nº 400/03, a CVM, a seu juízo, poderá acatar pleito formulado pela Instituição Administradora de modificação ou revogação da Oferta, na hipótese de alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do respectivo pedido de registro perante a CVM, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos inerentes à própria Oferta. É sempre permitida a modificação da Oferta para melhorá-la em favor dos Cotistas. A revogação torna ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente aos aceitantes os valores, bens ou direitos dados em contrapartida às Cotas ofertadas.



A modificação será divulgada imediatamente mediante os mesmos meios utilizados para a divulgação do anúncio de início da Oferta. A Instituição Administradora deverá acautelar-se e certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições.

A Instituição Administradora comunicará diretamente os investidores que já tiverem aderido à Oferta a respeito da modificação efetuada, para que, no prazo de 5 dias úteis do recebimento da comunicação, confirmem, por correspondência à Instituição Administradora ou em sua sede, o interesse em manter a aceitação da Oferta, presumida a intenção de manutenção da mesma na hipótese de silêncio.

Na hipótese do investidor manifestar a intenção de revogar sua aceitação à oferta, restituir-se-ão os valores aos investidores.

### 2.3. Negociação das Cotas

As Cotas Seniores não poderão ser negociadas no mercado secundário, de forma que os Cotistas Seniores somente poderão obter o valor correspondente às suas Cotas Seniores mediante resgate das mesmas junto à Instituição Administradora pelo valor da Cota apurado nos termos descritos no Regulamento e neste Prospecto.

### 2.4. Custos de distribuição pública das Cotas Seniores

A tabela abaixo discrimina os custos incorridos com a Oferta:

<i>Custo</i>	<i>% em relação ao valor da Distribuição (R\$ 500.000.000,00)</i>	<i>Montante (R\$)</i>
Taxa de Registro na CETIP	0,0001%	657,75
Taxa de Registro na Anbima	0,0020%	10.000,00
Taxa de Registro na CVM (*)	0,0166%	82.870,00
Despesas de Marketing (incluindo publicação de anúncios) (*) (**)	0,0040%	20.000,00
Agência Classificadora de Risco (*)	0,0140%	70.000,00
Empresa de Auditoria (*)	0,0030%	15.000,00
Outros Custos (*)	0,0010%	5.000,00
<b>Total</b>	<b>0,0395%</b>	<b>203.527,75</b>

(\*) Valores pagos diretamente pelo Gestor

(\*\*) Valores estimados

A tabela abaixo discrimina o custo unitário da Oferta das Cotas Seniores:

<i>Valor Unitário da Cota Sênior</i>	<i>Custo Unitário de Distribuição</i>	<i>% em relação ao valor unitário da Cota Sênior</i>
R\$ 10.000,00	R\$ 4,0705	0,0407%

As despesas acima mencionadas incorridas pela Instituição Administradora e/ou pelo Gestor serão reembolsadas a estes pelo Fundo, na medida em que se constituam encargos do Fundo, nos termos do Regulamento e do artigo 56, da Instrução CVM n.º 356/01.

## **2.5. Outras Informações**

Para maiores esclarecimentos a respeito da Oferta e do Fundo, bem como para obtenção de cópias do Regulamento, deste Prospecto e dos demonstrativos financeiros e relatórios de administração do Fundo, os interessados deverão dirigir-se à sede da Instituição Administradora ou à CVM, ou acessar as respectivas páginas (*websites*) mantidas por cada um na rede mundial de computadores, conforme indicados abaixo, sendo que o Regulamento, o Prospecto e os demonstrativos financeiros e relatórios de administração do Fundo encontram-se à disposição dos investidores na CVM para consulta e reprodução apenas.

### ***Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.***

Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, sala 205

Rio de Janeiro, RJ, CEP 22640-100

Tel.: (21) 3514-0000

Fax.: (21) 3514-0099

Correio Eletrônico: [fundos@oliveiratrust.com.br](mailto:fundos@oliveiratrust.com.br)

Website: [www.oliveiratrust.com.br](http://www.oliveiratrust.com.br)

### ***Comissão de Valores Mobiliários***

Rua Sete de Setembro, nº. 111, 5º andar

Rio de Janeiro – RJ.

Rua Cincinato Braga, n.º 340, 2º ao 4º andares

São Paulo - SP

Website: [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

## **2.6. Identificação dos Prestadores de Serviços do Fundo**

### ***2.6.1. Gestor***

O Gestor pode ser contatado no seguinte endereço:

### ***Trendbank S.A. Banco de Fomento***

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1993, 3º andar, conjunto 38

São Paulo, SP, CEP 01451-000

At.: Sr. Adolpho Júlio da Silva Mello Neto

Tel.: (11) 3039-5900

Fax: (11) 3039-5768

Correio Eletrônico: [amello@trendbank.com.br](mailto:amello@trendbank.com.br)

Website: [www.trendbank.com.br](http://www.trendbank.com.br)

### *2.6.2. Custodiante*

O Custodiante pode ser contatado no seguinte endereço:

***Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão***

Av. Brigadeiro Faria Lima, n° 3.900, 13°, 14° e 15° andares  
São Paulo, SP, CEP 04538-132

At.: Sr. Renato Cury  
Tel.: (11) 2113-5819  
Fax: (11) 2113-5170  
Correio Eletrônico: [renato.cury@db.com](mailto:renato.cury@db.com)  
Website: [www.db.com/brazil](http://www.db.com/brazil)

### *2.6.3. Assessores Legais*

Os assessores legais do Fundo podem ser contatados no seguinte endereço:

***Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados***

Alameda Joaquim Eugênio de Lima, n.º 447  
São Paulo - SP

At.: Dra. Marina Procknor  
Tel.: (11) 3147-7822  
Fax: (11) 3147-7770  
Correio eletrônico: [marina@mattosfilho.com.br](mailto:marina@mattosfilho.com.br)  
Website: [www.mattosfilho.com.br](http://www.mattosfilho.com.br)

### *2.6.4. Empresa de Auditoria*

Os auditores responsáveis pela auditoria/revisão das demonstrações financeiras do Fundo podem ser contatados no seguinte endereço:

***KPMG Auditores Independentes***

Rua Dr. Renato Paes de Barros, n.º 33  
São Paulo - SP

At.: Sr. Pedro Zago  
Tel.: (11) 2183-3000  
Fax: (11) 2183-3001  
Website: [www.kpmg.com.br](http://www.kpmg.com.br)

### *2.6.5. Agência Classificadora de Risco das Cotas Seniores*

A agência responsável pela avaliação de risco das Cotas Seniores do Fundo pode ser contatada no seguinte endereço:

#### ***Standard & Poor's Rating Services***

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 201, 18º andar  
São Paulo, SP, CEP 05426-100

At.: Sr. Jean-Pierre Cote Gil

Tel.: (11) 3039-9743

Correio eletrônico: [jp\\_gil@standardandpoors.com](mailto:jp_gil@standardandpoors.com)

Website: [www.standardandpoors.com.br](http://www.standardandpoors.com.br)

### **2.7. Declarações da Instituição Administradora**

A Instituição Administradora é responsável pela consistência, qualidade, veracidade e suficiência das informações encaminhadas à CVM por ocasião do registro do Fundo e fornecidas ao mercado durante o prazo de distribuição das Cotas Seniores.

Neste sentido, a Instituição Administradora, considerando as informações que lhe foram fornecidas pelo Gestor, tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (i) as informações prestadas neste Prospecto são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; (ii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas, que venham a integrar o presente Prospecto, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (iii) o presente Prospecto foi elaborado de acordo com as normas pertinentes.

A Instituição Administradora declara que o Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Cotas Seniores ofertadas, do Fundo, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, bem como que o prospecto foi elaborado de acordo com as normas pertinentes, nos termos do §5º do artigo 56 da Instrução CVM nº 400/03.

O Gestor declara que as informações contidas neste Prospecto, referentes às suas atividades e situações econômico-financeiras, são verdadeiras, consistentes e corretas.

O registro não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade das Cotas a serem distribuídas e é concedido segundo critérios formais de legalidade.

Maiores informações sobre o Fundo ou sobre a Oferta poderão ser obtidas junto à Instituição Administradora ou na CVM.

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

### **3. FATORES DE RISCO**

---

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

## FATORES DE RISCO

*Antes de tomar uma decisão de investimento no Fundo, os potenciais investidores devem, considerando sua própria situação financeira, seus objetivos de investimento e o seu perfil de risco, avaliar cuidadosamente todas as informações disponíveis neste Prospecto e no Regulamento do Fundo, inclusive, mas não se limitando, àquelas relativas ao objetivo, política de investimento e composição da carteira do Fundo e aos fatores de risco descritos a seguir.*

### **3.1. Riscos de Mercado**

#### *3.1.1. Modalidade de Investimento*

O Fundo se enquadra em modalidade de investimento instituída no Brasil por meio da Resolução CMN nº 2.907/01. Os potenciais investidores devem avaliar minuciosamente suas peculiaridades, tais como restrições de liquidez dos Direitos Creditórios, que podem eventualmente trazer consequências negativas para o patrimônio do Fundo, ou que podem tornar o investimento ilíquido.

#### *3.1.2. Complexidade da Estrutura*

O Fundo deve aplicar seus recursos preponderantemente em Direitos Creditórios. Por sua própria natureza, a aplicação em Direitos Creditórios apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento. Assim, em face da sofisticação e complexidade da estrutura relacionada a uma operação de securitização por meio de fundo de investimento, parte dos potenciais investidores pode decidir não aplicar no Fundo, havendo a conseqüente possibilidade de a captação de recursos pelo Fundo ser menor que a esperada. Isto poderia, eventualmente, acarretar o encerramento precoce do Fundo, por impossibilidade econômica de continuação da operação de securitização.

#### *3.1.3. Descasamento de Taxas*

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são contratados sem indexação, sendo liquidados pelo valor de face. A distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo para as Cotas Seniores tem como parâmetro a Taxa DI, conforme previsto no Regulamento e neste Prospecto. Assim, caso a Taxa DI se eleve substancialmente, os recursos do Fundo podem ser insuficientes para pagar parte ou a totalidade dos rendimentos aos detentores de Cotas Seniores. Tendo em vista que nem o Fundo nem a Instituição Administradora, o Gestor ou o Custodiante prometem ou asseguram rentabilidade aos Cotistas, estes somente receberão rendimentos se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

#### *3.1.4. Oscilações de preços dos Ativos Financeiros decorrentes de fatores de mercado*

Os Ativos Financeiros estão sujeitos às oscilações de preços e cotações de mercado, e a outros riscos, tais como riscos de crédito e de liquidez, de oscilação de mercados e de precificação de ativos, o que pode afetar negativamente o desempenho do Fundo e do investimento realizado pelos Cotistas. A Instituição Administradora, o Gestor e/ou o Custodiante, em hipótese alguma, excetuadas as ocorrências resultantes de comprovado dolo ou má-fé de suas respectivas partes, serão responsabilizados por qualquer depreciação dos ativos da carteira do Fundo, ou por eventuais prejuízos em caso de liquidação do Fundo ou resgate de Cotas.



### *3.1.5. Oscilações de preços dos Ativos Financeiros decorrentes de fatores político-econômicos*

Os Ativos Financeiros estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo, ainda, responder a notícias específicas a respeito dos respectivos emissores. As variações de preços dos Ativos Financeiros poderão ocorrer também em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo inclusive ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos Ativos Financeiros sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional.

### *3.1.5. Marcação a mercado*

A precificação dos Ativos Financeiros deve ser realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos e valores mobiliários, instrumentos derivativos e demais operações, estabelecidos na regulamentação em vigor e conforme disposto no manual de precificação do Custodiante, disponível no site da ANBIMA, observado o disposto no Regulamento e neste Prospecto. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado, poderão ocasionar variações nos valores dos Ativos Financeiros, resultando em aumento ou redução no valor das Cotas do Fundo.

## **3.2. Riscos de Crédito**

### *3.2.1. Risco de Inadimplemento*

O Fundo poderá incorrer em risco de crédito dos Sacados, dos Cedentes e demais coobrigados dos Direitos Creditórios Adquiridos e sofrerá o impacto do inadimplemento dos Direitos Creditórios Adquiridos vencidos e não pagos, bem como da impossibilidade de se executar as eventuais garantias vinculadas aos Direitos Creditórios Adquiridos ou da insuficiência dos recursos obtidos com a excussão das referidas garantias para a satisfação da totalidade do crédito do Direito Creditório Inadimplido. O Fundo somente terá recursos para proceder ao resgate das Cotas na medida em que os Direitos Creditórios Adquiridos sejam devidamente pagos pelos respectivos Sacados, Cedentes ou demais coobrigados, não havendo garantia de que o resgate das Cotas ocorrerá integralmente na data estabelecida para pagamento de resgate. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pela Instituição Administradora, pelo Gestor e/ou pelo Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

### *3.2.2. Diversos Setores*

Os Sacados e os Cedentes atuam em diferentes setores da economia, encontrando-se sujeitos, portanto, à retração em decorrência de recessão e/ou crise econômica. Havendo tais eventos negativos na economia, a capacidade de pagamento dos Sacados e/ou dos Cedentes, em caso de inadimplemento pelo respectivo Sacado dos Direitos Creditórios Adquiridos, poderia ficar comprometida.

### *3.2.3. Fatores Macroeconômicos*

O recebimento dos recursos referentes aos Direitos Creditórios Adquiridos pelo Fundo depende da solvência dos Sacados e, conforme o caso, dos Cedentes. Estes são afetados pelo desempenho da economia como um todo. Assim, algum evento ou conjunto de eventos que afete negativamente a economia (tais como desemprego, inflação, alterações da taxa de juros e da taxa de câmbio, bem como outros de ordem macroeconômica) pode prejudicar o

desempenho do Fundo, trazendo-lhe perda patrimonial, pois pode prejudicar a situação financeira e a capacidade de pagamento dos Sacados e/ou dos Cedentes.

#### *3.2.4. Morte, Falência ou Recuperação dos Sacados e/ou dos Cedentes*

O falecimento dos Sacados e/ou dos Cedentes, caso sejam pessoas físicas, ou a decretação de falência ou deferimento de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial dos Sacados e/ou dos Cedentes, caso sejam pessoas jurídicas, poderá afetar o pagamento dos Direitos Creditórios Adquiridos e, conseqüentemente, afetar os resultados do Fundo e rentabilidade das Cotas.

#### *3.2.5. Ausência de responsabilidade do Fundo, da Instituição Administradora, do Gestor e do Custodiante pela solvência dos Sacados e dos Cedentes*

O Fundo, a Instituição Administradora, o Gestor, e/ou o Custodiante não serão responsáveis pela solvência dos Sacados e/ou dos Cedentes (na hipótese de inadimplência do Sacado). Ainda que, nos termos do Regulamento, os Cedentes dos Direitos Creditórios Adquiridos respondam solidariamente pela solvência dos Sacados, o Fundo sofrerá o impacto do não pagamento dos Direitos Creditórios Inadimplidos, nas hipóteses de inadimplência dos Sacados e dos Cedentes. O procedimento de cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos, não assegurará que os valores devidos ao Fundo relativos a tais Direitos Creditórios serão pagos/recuperados com sucesso.

#### *3.2.6. Ausência de responsabilidade do Fundo, da Instituição Administradora, do Gestor e do Custodiante pela recuperação dos créditos*

O Fundo, a Instituição Administradora, o Gestor, e o Custodiante não assumem qualquer responsabilidade pelo sucesso da recuperação dos Direitos Creditórios Adquiridos. Ainda que, nos termos do Regulamento, os Cedentes dos Direitos Creditórios Adquiridos respondam solidariamente pela solvência dos Sacados, o Fundo poderá sofrer impacto da não recuperação dos pagamentos referentes a Direitos Creditórios que venham a vencer e fiquem pendentes de pagamento pelo Sacados e pelos Cedentes (na hipótese de inadimplência do Sacado) após sua cessão ao Fundo.

### **3.3. Riscos de Liquidez**

#### *3.3.1. Inexistência de Mercado Secundário de Direitos Creditórios*

O Fundo aplica seus recursos preponderantemente em Direitos Creditórios Elegíveis. Não existe, no Brasil, mercado secundário ativo para negociação de Direitos Creditórios. Assim, caso seja necessária a venda dos Direitos Creditórios Adquiridos integrantes da carteira do Fundo, poderá não haver compradores ou o preço de negociação poderá causar perda ao Patrimônio Líquido do Fundo.

#### *3.3.2. Insuficiência de Recursos no Momento do Resgate*

O Fundo é constituído sob a forma de condomínio aberto, de modo que os investidores podem resgatar suas Cotas nos termos estabelecidos no Regulamento e neste Prospecto. Quando o resgate for solicitado, o Fundo pode não ter recursos suficientes ou ativos de liquidez imediata para pagar os Cotistas, no prazo previsto, pelo resgate de suas Cotas.

### *3.3.3. Insuficiência de Recursos no Momento da Liquidação do Fundo*

O Fundo poderá ser liquidado conforme o disposto no Regulamento e neste Prospecto. Ocorrendo liquidação, o Fundo pode não dispor de recursos para pagamento aos Cotistas em hipótese de, por exemplo, o adimplemento das parcelas dos Direitos Creditórios Adquiridos ainda não ser exigível dos Sacados. Neste caso, o pagamento aos Cotistas ficaria condicionado: (i) ao vencimento e pagamento pelos Sacados das parcelas relativas aos Direitos Creditórios Adquiridos; (ii) à venda dos Direitos Creditórios Adquiridos a terceiros, com risco de deságio capaz de comprometer a rentabilidade do Fundo; ou (iii) ao resgate de Cotas Seniores em Direitos Creditórios Adquiridos, exclusivamente nos Eventos de Liquidação. Nas três situações, os Cotistas poderiam sofrer prejuízos patrimoniais.

### *3.3.4. Meta de Rentabilidade*

A despeito dos esforços a serem empreendidos pela Instituição Administradora e pelo Gestor a fim de se atingir para as Cotas Seniores o parâmetro de rentabilidade especificado no Regulamento, não há qualquer garantia de que tal meta será alcançada, não constituindo ela promessa de rendimentos. Referida meta constitui meramente um parâmetro, não vinculante para a Instituição Administradora, nem para o Gestor. Portanto, os Cotistas somente receberão rendimentos se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

### *3.3.5. Possibilidade de Resgate Antecipado das Cotas*

Em caso de liquidação antecipada do Fundo, nos termos do Regulamento e deste Prospecto, após o pagamento das despesas e encargos do Fundo e se o Patrimônio Líquido do Fundo assim permitir, o Fundo poderá resgatar as Cotas em data anterior às previstas pelos respectivos Cotistas quando de seu investimento no Fundo. Neste caso, os Cotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo a Instituição Administradora, o Gestor, o Custodiante e suas respectivas Partes Relacionadas, todavia, qualquer indenização, multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

### *3.3.6. Impossibilidade de negociação das Cotas em mercado secundário*

As Cotas não poderão ser negociadas no mercado secundário, de forma que os Cotistas somente poderão obter o valor correspondente às suas Cotas mediante resgate das mesmas junto à Instituição Administradora pelo valor da Cota apurado nos termos do Regulamento e deste Prospecto.

## **3.4. Riscos Específicos**

### *3.4.1. Continuidade de Constituição de Direitos Creditórios Elegíveis*

Os Direitos Creditórios, para serem adquiridos pelo Fundo, devem observar os Critérios de Elegibilidade e as Condições de Cessão estabelecidos na política de investimento especificada na cláusula 11 acima. A inexistência de novos Direitos Creditórios Elegíveis, passíveis de cessão ao Fundo, poderá levar à diminuição da rentabilidade das Cotas e/ou liquidação do Fundo.

### *3.4.2. Não Observância das Condições de Cessão e dos Critérios de Elegibilidade*

As Condições de Cessão e os Critérios de Elegibilidade têm a finalidade de selecionar os Direitos Creditórios passíveis de aquisição pelo Fundo. Não obstante tais Condições de Cessão e Critérios de Elegibilidade assegurem a

seleção dos Direitos Creditórios com base em critérios objetivos preestabelecidos, a observância pelo Gestor e pelo Custodiante, respectivamente, das Condições de Cessão e dos Critérios de Elegibilidade, não constitui garantia de adimplência dos Sacados e/ou dos Cedentes.

#### *3.4.3. Risco de Concentração*

O risco da aplicação no Fundo tem íntima relação com a concentração de sua carteira, sendo que, quanto maior for a concentração da carteira do Fundo, nos termos permitidos pelo Regulamento, maior será a chance de o Fundo sofrer perda patrimonial significativa que afete negativamente a rentabilidade das Cotas Seniores.

#### *3.4.4. Inexistência de Garantias para as Aplicações no Fundo*

As aplicações no Fundo não contam com garantia da Instituição Administradora, do Gestor, do Custodiante, de quaisquer terceiros, de qualquer mecanismo de seguro, ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Igualmente, nem o Fundo, nem a Instituição Administradora, nem o Gestor, nem o Custodiante prometem ou asseguram aos Cotistas qualquer rentabilidade ou remuneração decorrentes da aplicação em Cotas. Desse modo, todos os eventuais rendimentos, bem como o pagamento do principal, provirão exclusivamente da carteira de ativos do Fundo, a qual está sujeita a riscos diversos, e cujo desempenho é incerto.

#### *3.4.5. Despesas com a Defesa dos Direitos dos Cotistas Seniores*

Caso o Fundo não possua recursos disponíveis suficientes para a adoção e manutenção dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos e dos Ativos Financeiros de sua titularidade e à defesa dos seus direitos, interesses e prerrogativas, a maioria dos titulares das Cotas Seniores, reunidos em assembléia geral, poderá aprovar aporte de recursos ao Fundo para assegurar, se for o caso, a adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos. Nesses casos, nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pela Instituição Administradora antes do recebimento integral de tal adiantamento e da assunção pelos titulares das Cotas Seniores do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser eventualmente condenado. Na hipótese de a maioria dos Cotistas Seniores não aprovar referido aporte de recursos, a Instituição Administradora, o Custodiante, os Cedentes, seus administradores, empregados e demais prepostos não se responsabilizarão por danos ou prejuízos sofridos em decorrência da não propositura ou prosseguimento de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de direitos, garantias e prerrogativas do Fundo, o patrimônio do Fundo poderá ser afetado negativamente.

#### *3.4.6. Intervenção ou Liquidação do Custodiante*

O Fundo terá conta-corrente no Custodiante. Na hipótese de intervenção, liquidação extrajudicial ou regime de administração temporária deste, há possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados e somente por via judicial serem recuperados para o Fundo, o que afetaria sua rentabilidade e poderia levá-lo a perder parte do seu patrimônio.

#### *3.4.7. Redução das Cotas Subordinadas*

As Cotas Subordinadas deverão representar, no mínimo, 26% (vinte e seis por cento) do patrimônio do Fundo, conforme definição de Relação Mínima prevista no Regulamento e neste Prospecto, e arcar com os prejuízos do Fundo antes das Cotas Seniores. Por diversos motivos, tais como inadimplência dos Sacados e/ou dos Cedentes dos Direitos Creditórios Adquiridos e problemas de repasse de recursos ao Fundo, as Cotas Subordinadas poderão ter

seu patrimônio reduzido. Nestes casos, nos termos do Regulamento e deste Prospecto, o Gestor poderá decidir pelo reenquadramento do Fundo à Relação Mínima por meio do Resgate Antecipado Compulsório de Cotas Seniores, ou por meio da integralização de novas Cotas Subordinadas pelos Cotistas Subordinados. Além disso, caso as Cotas Subordinadas tenham seu patrimônio reduzido a zero, as Cotas Seniores passarão a arcar com eventuais prejuízos do Fundo, o que poderá causar perda de patrimônio aos seus detentores.

#### *3.4.8. Alteração do Regulamento*

O Regulamento, por exigência de normas legais, regulamentares ou determinação da CVM, pode ser alterado independentemente da realização de assembléia geral de Cotistas. Tais alterações poderão afetar o modo de operação do Fundo e acarretar perdas patrimoniais aos Cotistas.

#### *3.4.9. Resgate Antecipado Compulsório*

Conforme estabelecido no Regulamento e neste Prospecto, a Instituição Administradora poderá proceder ao Resgate Antecipado Compulsório para re-enquadramento da Relação Mínima, mediante a autorização da assembléia geral de Cotistas, da totalidade ou de parte das Cotas Seniores em circulação, concomitantemente e em igualdade de condições e proporcionalmente à quantidade de Cotas Seniores detidas por cada Cotista, por seu valor apurado na forma descrita no Regulamento e neste Prospecto. Neste caso, os Cotistas Seniores terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo a Instituição Administradora, o Gestor, o Custodiante e suas respectivas Partes Relacionadas, todavia, qualquer indenização, multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

#### *3.4.10. Prazo de Carência*

As Cotas Seniores do Fundo estão sujeitas a um prazo de carência para resgate de 30 (trinta) dias contados da data de integralização das respectivas Cotas Seniores. Durante o referido prazo de carência não é permitido o resgate de Cotas Seniores. Dessa forma, o Fundo não é indicado para investidores que visem aplicar no curto prazo.

#### *3.4.11. Taxa de Saída*

O Fundo cobrará Taxa de Saída dos Cotistas que solicitarem resgate de suas Cotas, nas seguintes hipóteses: (i) observado o prazo de carência das Cotas Seniores, caso o Cotista Sênior opte por realizar o resgate de suas Cotas Seniores em até 180 (cento e oitenta) dias contados da data da integralização das respectivas Cotas Seniores; e (ii) caso o Cotista Subordinado opte por solicitar o resgate de suas Cotas Subordinadas em até 180 (cento e oitenta) dias contados da data da integralização das respectivas Cotas Subordinadas. Dessa forma, o Fundo não é indicado para investidores que visem aplicar no curto prazo.

#### *3.4.12. Propriedade das Cotas e propriedade dos Direitos Creditórios*

Apesar da carteira do Fundo ser constituída, predominantemente, pelos Direitos Creditórios Adquiridos, a propriedade das Cotas não confere aos Cotistas propriedade direta sobre os Direitos Creditórios Adquiridos. Os direitos dos Cotistas são exercidos sobre todos os ativos da carteira do Fundo de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Cotas possuídas.

### *3.4.13. Riscos Operacionais*

O não cumprimento das obrigações para com o Fundo por parte da Instituição Administradora, do Gestor, do Custodiante e/ou dos Cedentes, conforme descritas no Regulamento e nos respectivos contratos celebrados com cada um desses entes, poderá implicar falha nos procedimentos de cessão, cobrança, gestão, administração e custódia referentes ao Fundo. Tais falhas poderão acarretar perdas patrimoniais ao Fundo e, consequentemente, aos Cotistas.

### *3.4.14. Riscos Específicos de cada Cessão de Direitos Creditórios Elegíveis*

Tendo em vista que o Fundo buscará adquirir, de tempos em tempos, Direitos Creditórios Elegíveis originados por Originadores distintos e cedidos por Cedentes distintos, os investimentos do Fundo em Direitos Creditórios Elegíveis estarão sujeitos a uma série de fatores de risco peculiares a cada operação de cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, os quais poderão impactar negativamente nos resultados do Fundo, inclusive riscos relacionados:

- a) à possibilidade de os Direitos Creditórios Adquiridos virem a ser alcançados por obrigações dos Originadores, dos Cedentes ou de terceiros, inclusive em decorrência de pedidos de recuperação judicial ou de falência, ou planos de recuperação extrajudicial, ou em outro procedimento de natureza similar; e
- b) a eventuais restrições de natureza legal ou regulatória que possam afetar adversamente a validade da constituição e da cessão dos Direitos Creditórios Adquiridos ao Fundo.

### *3.4.15. Operações na Contraparte da Instituição Administradora e do Gestor e Potenciais Conflitos de Interesse*

Conforme estabelecido no Regulamento e neste Prospecto, o Fundo poderá adquirir Direitos Creditórios Elegíveis de empresas controladoras, controladas, sob controle comum, coligadas e/ou subsidiárias dos Cedentes, dos Cotistas, da Instituição Administradora e/ou do Gestor ou, ainda, com carteiras e/ou fundos de investimento administrados e/ou geridos pela Instituição Administradora e/ou pelo Gestor ou pelas pessoas a eles ligadas acima mencionadas. Dessa forma, não se pode afastar o risco de eventual conflito de interesses por parte da Instituição Administradora e/ou do Gestor no exercício de suas respectivas funções relacionadas ao Fundo. Neste caso, tais prestadores de serviços poderiam, no exercício de suas atividades, privilegiar seus interesses individuais em detrimento dos interesses do Fundo, como, por exemplo, fixando a Taxa de Cessão no percentual mínimo permitido no Regulamento.

## **3.5. Riscos dos Cedentes**

### *3.5.1. Rescisão do Contrato de Promessa de Cessão*

Os Cedentes podem, a qualquer momento e por diversos fatores, deixar de ceder Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo. Assim, a existência do Fundo está condicionada à continuidade das operações dos Cedentes com Direitos Creditórios Elegíveis nos termos do Regulamento e, inclusive em volume suficiente para alcançar a meta de rentabilidade das Cotas Seniores, o que poderá depender do setor da economia onde atuam os Cedentes e da concorrência por eles enfrentada, bem como da vontade unilateral dos Cedentes em ceder Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, observada a possibilidade de os Cotistas deliberarem a alteração dos Critérios de Elegibilidade e das Condições de Cessão estabelecidos no Regulamento e neste Prospecto em assembléia geral de Cotistas.



### *3.5.2. Cessão de Créditos*

O Fundo poderá incorrer no risco de os Direitos Creditórios Adquiridos serem alcançados por obrigações dos seus respectivos Cedentes e/ou de seus respectivos Originadores, inclusive em decorrência de pedidos de recuperação judicial ou de falência, ou planos de recuperação extrajudicial, ou em outro procedimento de natureza similar, contra tais Cedentes e/ou Originadores. Os principais eventos que podem afetar a cessão dos Direitos Creditórios Adquiridos consistem (i) na existência de garantias reais sobre os Direitos Creditórios Adquiridos, constituídas antes da sua cessão ao Fundo, sem conhecimento do Fundo, (ii) na existência de penhora ou outra forma de constrição judicial sobre os Direitos Creditórios Adquiridos, ocorridas antes da sua cessão ao Fundo e sem o conhecimento do Fundo, (iii) na verificação, em processo judicial, de fraude contra credores ou fraude à execução praticadas pelos seus Cedentes e/ou Originadores, e (iv) na revogação da cessão dos Direitos Creditórios Adquiridos ao Fundo na hipótese de falência do respectivo Cedente e/ou Originador, quando restar comprovado que tal cessão foi praticada com a intenção de prejudicar os credores do Cedente e/ou do Originador. Nestas hipóteses os Direitos Creditórios Adquiridos cedidos ao Fundo poderão ser alcançados por obrigações dos seus respectivos Cedentes e/ou Originadores e o patrimônio do Fundo poderá ser afetado negativamente.

### *3.5.3. Eventuais Irregularidades dos Documentos Representativos de Crédito e Ausência de Verificação de Lastro dos Direitos Creditórios Adquiridos*

Os Direitos Creditórios Elegíveis a serem cedidos ao Fundo são originados de contratos firmados entre os Originadores e os Sacados. Nos termos do Regulamento, o Custodiante está isento de sua obrigação de realizar a verificação do lastro dos Direitos Creditórios Adquiridos, ou seja, dos Documentos Representativos de Crédito, sem prejuízo de sua faculdade de realizar auditorias no Gestor, na qualidade de depositário dos Documentos Representativos de Crédito, caso entenda necessário, para o melhor interesse dos Cotistas. Tendo em vista que a auditoria acima referida será realizada após a cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, a carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios Adquiridos cujos Documentos Representativos de Crédito apresentem irregularidades e/ou Direitos Creditórios Adquiridos que não sejam amparados por Documentos Representativos de Crédito, o que poderá dificultar ou até mesmo inviabilizar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios Adquiridos.

### *3.5.4. Procedimentos de Cobrança*

O procedimento de cobrança dos Direitos Creditórios Adquiridos, inclusive dos Direitos Creditórios Inadimplidos, não assegurará que os valores devidos ao Fundo relativos a tais Direitos Creditórios serão pagos/recuperados. O Fundo, a Instituição Administradora, o Gestor e o Custodiante não assumem qualquer responsabilidade pela recuperação dos Direitos Creditórios Adquiridos ou pela solvência dos Sacados e/ou dos Cedentes dos Direitos Creditórios Adquiridos. O Fundo poderá sofrer impacto da não recuperação dos pagamentos referentes a Direitos Creditórios Inadimplidos que venham a vencer e fiquem pendentes de pagamento após sua cessão ao Fundo, bem como do eventual descumprimento, pelo Gestor, de suas obrigações de cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos para com o Fundo. Ademais, os documentos relativos aos Direitos Creditórios Adquiridos do Fundo podem ser emitidos a partir de informações constantes de sistema eletrônico de contas a pagar dos Sacados. Neste caso, os Direitos Creditórios Adquiridos do Fundo não estarão vinculados a títulos executivos extrajudiciais. Por esse motivo, eventual necessidade de cobrança em juízo dos Sacados não poderá ocorrer por meio de processo de execução, que é mais célere, mas apenas por processo monitório ou processo de conhecimento. Assim, o Fundo poderá permanecer longo tempo sem receber pelos recursos oriundos dos Direitos Creditórios Inadimplidos discutidos judicialmente, o que pode lhe causar prejuízo patrimonial. Por fim, durante o procedimento de cobrança judicial, eventuais multas moratórias superiores a 2% (dois por cento) ou 10% (dez por cento) previstas nos

Documentos do Fundo, conforme o caso, podem ser consideradas abusivas, seja por força do Código de Defesa do Consumidor e/ou por outra legislação pertinente aplicável. Nestas hipóteses, a rentabilidade e o patrimônio do Fundo poderiam ser prejudicados.

### **3.6. Riscos do Gestor**

#### *3.6.1. Potencial Conflito de Interesses do Gestor*

O Gestor, suas Partes Relacionadas ou fundos exclusivos cujos investidores sejam investidores qualificados, conforme definidos pela Instrução CVM nº 409/04, ou demais investidores que venham a ser autorizados a subscrever e adquirir as Cotas, nos termos da regulamentação, são considerados Investidores Autorizados, podendo participar do Fundo, na qualidade de Cotista. A ocorrência deste evento poderá ensejar conflito de interesse do Gestor, em relação ao papel de gestão da carteira do Fundo e sua qualidade de Cotista, podendo afetar o valor do Patrimônio Líquido do Fundo.

### **3.7. Riscos Provenientes do Uso de Derivativos**

#### *3.7.1. Oscilações no Patrimônio Líquido do Fundo*

O Fundo pode realizar operações com derivativos, com o objetivo de proteger posições detidas no mercado à vista, até o limite dessas. No entanto, há a possibilidade de a Instituição Administradora não conseguir contratar tais operações ou, ainda, de a outra parte não cumprir o contratado. Além disso, a realização de operações pelo Fundo no mercado de derivativos pode causar oscilações no Patrimônio Líquido do Fundo e levar a perdas patrimoniais para os Cotistas.



(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

#### **4. TREND BANK MULTICREDIT – FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**

---

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

# TREND BANK MULTICREDIT – FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

*Os termos utilizados nesta seção do Prospecto terão os mesmos significados que lhes são atribuídos no Regulamento e na seção “Definições” deste Prospecto. Esta Seção traz um breve resumo das disposições previstas no Regulamento, mas a sua leitura não substitui a leitura do Regulamento.*

## 4.1. Forma, Base Legal e Prazo de Duração

O TrendBank Multicredit - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, constituído sob a forma de condomínio aberto, tem como base legal a Resolução do CMN n.º 2.907/01 e a Instrução CVM n.º 356/01. O Fundo é regulado pelo CMN e pela CVM, estando sujeito aos termos e condições de seu Regulamento. O Fundo é classificado pela ANBIMA na categoria “FIDC Outros”.

O Fundo tem prazo de duração indeterminado, sendo que as Cotas poderão ser resgatadas de acordo com os termos e condições descritos no Regulamento e neste Prospecto.

## 4.2. Público Alvo e Valor Mínimo de Investimento

O Fundo é destinado aos Investidores Autorizados, assim considerados (i) os investidores qualificados, conforme definidos pela Instrução CVM n.º 409/04, e demais investidores que venham a ser autorizados a subscrever e adquirir cotas de fundos de investimento em direitos creditórios regulados pela Instrução CVM n.º 356/01, nos termos da regulamentação aplicável, e/ou (ii) o próprio Gestor, suas Partes Relacionadas (as quais sejam investidores qualificados, conforme definidos pela Instrução CVM n.º 409/04) ou (iii) fundos exclusivos cujo investidor seja alguma das pessoas listadas nos itens (i) e (ii) acima. É vedado o ingresso como Cotista do Fundo de qualquer pessoa que não seja um Investidor Autorizado.

O valor mínimo de aplicação inicial no Fundo é de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), não existindo valores mínimos para outras aplicações ou para manutenção de investimentos no Fundo após a aplicação inicial de cada Cotista.

## 4.3. Objetivo de Investimento

O objetivo do Fundo é proporcionar rendimento a seus Cotistas por meio do investimento preponderante dos recursos do Fundo na aquisição de Direitos Creditórios originados a partir de (i) vendas a prazo de bens, (ii) operações comerciais, (iii) operações de crédito, (iv) locação de imóveis, bens de capital e/ou equipamentos, e/ou (v) prestação de serviços, que tenham sido efetivamente entregues ou prestados pelos Originadores aos seus respectivos Sacados, e que atendam, cumulativamente, a todos os Critérios de Elegibilidade e Condições de Cessão estabelecidos no Regulamento e descritos neste Prospecto.

O Fundo busca atingir parâmetro de rentabilidade para as Cotas Seniores, a médio e longo prazo, equivalente a 120% (cento e vinte por cento) da Taxa DI.

O parâmetro de rentabilidade a ser buscado para as Cotas Seniores não representará e nem deverá ser considerado como uma promessa, garantia ou sugestão de rentabilidade aos Cotistas por parte do Fundo, da Instituição Administradora, do Gestor, do Custodiante e/ou de quaisquer terceiros.

Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os Cotistas Seniores não farão jus a uma rentabilidade superior ao parâmetro de rentabilidade das Cotas Seniores, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para as Cotas Seniores.

As Cotas Subordinadas não terão parâmetro de remuneração definido.

#### **4.4. Política de Investimento, Composição e Diversificação da Carteira do Fundo**

Após o 90 (noventa) dias do início de suas atividades, o Fundo deverá ter, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) e, no máximo, 100% (cem por cento) de seu Patrimônio Líquido representado por Direitos Creditórios Adquiridos. Caso o Fundo não disponha de ofertas de Direitos Creditórios Elegíveis suficientes para atingir o percentual mínimo aqui previsto, a Instituição Administradora poderá solicitar à CVM autorização para prorrogar o prazo de enquadramento do limite de que trata este item por novo período de 90 (noventa) dias, sem necessidade de autorização da Assembléia Geral.

Se e quando tal autorização for obtida pela Instituição Administradora, os Cotistas serão notificados do fato (i) mediante anúncio publicado no Periódico, (ii) por meio de correio eletrônico, ou ainda (iii) por meio de carta com aviso de recebimento endereçados a cada Cotista.

A parcela do Patrimônio Líquido do Fundo que não estiver alocada em Direitos Creditórios Elegíveis, poderá ser aplicada, isolada ou cumulativamente, em Ativos Financeiros, os quais serão representados por:

- a) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- b) títulos de emissão do Bacen; e
- e) operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais.

O Gestor envidará seus melhores esforços para adquirir Ativos Financeiros cujos vencimentos propiciem à carteira do Fundo classificação de investimento de “longo prazo”, para fins de tributação dos Cotistas. Todavia, a carteira do Fundo poderá apresentar variação do seu prazo médio, passando a ser caracterizada como de curto prazo para efeitos tributários. Para os fins do disposto neste item e no Regulamento, os Direitos Creditórios Elegíveis não são considerados para fins de cálculo do prazo médio da carteira do Fundo.

O Fundo poderá adquirir Direitos Creditórios Elegíveis de empresas controladoras, controladas, sob o controle comum, coligadas e/ou subsidiárias dos Cedentes, dos Cotistas, da Instituição Administradora e/ou do Gestor ou, ainda, com carteiras e/ou fundos de investimento administrados e/ou geridos pela Instituição Administradora e/ou pelo Gestor ou pelas pessoas a eles ligadas acima mencionadas. Tais operações serão objeto de registro segregado das demais operações da carteira do Fundo, de modo a serem facilmente identificáveis.

O Fundo não alocará recursos na aquisição de títulos de emissão privada.

O Fundo não aplicará seus recursos em Direitos Creditórios: (i) que estejam vencidos e pendentes de pagamento quando de sua pretendida cessão para o Fundo; (ii) decorrentes de receitas públicas originárias ou derivadas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de suas autarquias e fundações; (iii) que resultem de ações judiciais em curso, constituam seu objeto de litígio, ou tenham sido judicialmente penhorados ou dados em garantia; (iv) cuja constituição ou validade jurídica da cessão para o Fundo seja considerada um fator preponderante de risco; (v) originados de empresas em processo de recuperação judicial ou extrajudicial; (vi) de existência futura e montante desconhecido, desde que emergentes de relações já constituídas; e (vii) de natureza diversa, não enquadráveis no disposto no inciso I do art. 2º da Instrução CVM nº 356/01.

O Fundo poderá alocar o equivalente a até 49% (quarenta e nove por cento) de seu Patrimônio Líquido em operações em mercados de derivativos, desde que exclusivamente com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite destas. As operações com derivativos podem ser realizadas nos mercados administrados por bolsas de mercadorias e de futuros, apenas na modalidade com garantia. Adicionalmente, devem ser considerados, para efeito de cálculo de Patrimônio Líquido do Fundo, os dispêndios efetivamente incorridos a título de prestação de margens de garantia em espécie, ajustes diários, prêmios e custos operacionais, decorrentes da manutenção de posições em mercados organizados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações.

É vedado ao Fundo realizar operações de “day trade”, assim consideradas aquelas operações iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo.

Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao seu Patrimônio Líquido.

#### **4.5. Características, Direitos, Condições de Emissão e Integralização das Cotas**

##### *4.5.1. Características das Cotas*

As Cotas correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo e são divididas em 2 (duas) classes, sendo 1 (uma) única classe de Cotas Seniores e 1 (uma) única classe de Cotas Subordinadas.

Todas as Cotas serão escriturais e serão mantidas em conta de depósito em nome dos Cotistas mantida pelo Custodiante.

A qualidade de Cotista caracteriza-se pelo registro das Cotas na conta de depósito aberta em nome do Cotista no Custodiante.

As Cotas são resgatáveis nos termos do Regulamento, não sendo admitida sua amortização.

##### *4.5.2. Direitos Patrimoniais*

As Cotas Seniores não se subordinam às demais para efeito de resgate e apresentam preferência na distribuição dos resultados da carteira do Fundo, em relação às Cotas Subordinadas. Não há qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os Cotistas Seniores.

As Cotas Subordinadas se subordinam às Cotas Seniores para efeito de resgate e distribuição dos resultados da carteira do Fundo, nos termos descritos no Regulamento e neste Prospecto. Não há qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os Cotistas Seniores.

#### *4.5.3. Direito de Voto das Cotas*

Os Cotistas terão direito a voto nas Assembléias Gerais, correspondendo a cada Cota um voto, independentemente da respectiva classe, observado que as Cotas Subordinadas terão restrições direito a voto, nos termos da Cláusula Dezesseis do Regulamento.

Os quoruns de deliberação da Assembléia Geral estão previstos na Cláusula Dezesseis do Regulamento.

#### *4.5.4. Relação Mínima*

O Fundo deverá observar a Relação Mínima entre as Cotas Seniores e o Patrimônio Líquido, de modo que as Cotas Seniores não poderão, durante toda a vigência do Fundo, ultrapassar 74% (setenta e quatro por cento) do Patrimônio Líquido. A relação mínima entre o Patrimônio Líquido e valor das Cotas Seniores é de 135,1% (cento e trinta e cinco inteiros e um décimo por cento).

A Relação Mínima será apurada diariamente pela Instituição Administradora, exclusivamente com base nos parâmetros e informações disponibilizados pelo Custodiante, e disponibilizada aos Cotistas em sua sede e em sua página na rede mundial de computadores.

Na hipótese de a Relação Mínima deixar de ser observada, a Instituição Administradora deverá suspender a aquisição de Direitos Creditórios para compor a carteira do Fundo e comunicar tal ocorrência ao Gestor, no mesmo dia de sua verificação, por correspondência ou correio eletrônico, para que o Gestor, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados do recebimento da comunicação enviada pela Instituição Administradora:

(i) informe se providenciará o atendimento da Relação Mínima por meio da integralização de Cotas Subordinadas em moeda corrente nacional e/ou em Direitos Creditórios Elegíveis; e/ou

(ii) informe sua intenção em re-enquadrar a Relação Mínima por meio do Resgate Antecipado Compulsório, observados os procedimentos definidos nos itens a seguir.

Na hipótese do item (i) acima, a Instituição Administradora, mediante solicitação do Gestor, notificará os Cotistas Subordinados para que, num prazo de 5 (cinco) Dias Úteis a contar da data de recebimento da referida notificação, integram novas Cotas Subordinadas, por meio do aporte de novos recursos em moeda corrente nacional e/ou da entrega de novos Direitos Creditórios Elegíveis, proporcionalmente à quantidade de Cotas Subordinadas detidas por cada Cotista Subordinado no momento da verificação do desenquadramento, até que seja reestabelecida a Relação Mínima. Caso os Cotistas Subordinados, após notificados, não integram novas Cotas Subordinadas em quantidade suficiente para o re-enquadramento da Relação Mínima no prazo aqui mencionado, tal fato será considerado um Evento de Liquidação, nos termos do Regulamento.

Na hipótese do item (ii) acima, a Instituição Administradora deverá convocar Assembléia Geral de Cotistas para deliberar sobre o Resgate Antecipado Compulsório, da totalidade ou de parte das Cotas Seniores em circulação, concomitantemente, em igualdade de condições e proporcionalmente à quantidade de Cotas Seniores detidas por cada Cotista, pelo valor da Cota apurado na forma estabelecida no Regulamento.

#### *4.5.5. Emissões de Cotas*

As Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas poderão ser emitidas, a qualquer tempo, pelo valor da Cota de abertura apurado na respectiva data de emissão, na forma definida no Regulamento.

Serão emitidas inicialmente Cotas no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) cada, independentemente da classe, ficando a critério da Instituição Administradora a quantidade de Cotas a ser emitida, desde que respeitada a Relação Mínima entre o Patrimônio Líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores, descrita no item 4.5.4. acima.

As Cotas somente serão distribuídas por instituição integrante do sistema de distribuição de títulos e valores mobiliários, nos termos da regulamentação em vigor.

#### *4.5.6. Distribuição Pública das Cotas Seniores*

As Cotas Seniores serão objeto de distribuição pública a ser conduzida pela Instituição Administradora, nos termos do Regulamento e da Instrução da CVM n.º 356/01. A distribuição pública das Cotas Seniores será realizada sob o regime de melhores esforços.

#### *4.5.7. Colocação das Cotas Subordinadas*

As Cotas Subordinadas não serão objeto de distribuição pública e serão subscritas e integralizadas exclusivamente pelo Gestor e por suas Partes Relacionadas.

#### *4.5.8. Aquisição e Integralização das Cotas*

O Cotista, ao ingressar no Fundo, (i) receberá exemplar do Regulamento e deste Prospecto, (ii) firmará o Termo de Adesão, nos termos do Anexo III ao Regulamento, entre outras coisas, atestando que recebeu cópia do Regulamento e deste Prospecto e que tomou ciência dos riscos envolvidos no investimento no Fundo, conforme descritos no Regulamento e neste Prospecto e da política de investimento do Fundo, e (iii) firmará declaração de condição de investidor qualificado, nos termos da Instrução CVM n.º 409/04. Além disso, no ato de cada subscrição de Cotas Seniores, o Cotista subscritor deverá assinar o boletim de subscrição.

A aplicação nas Cotas obedece às seguintes regras:

(i) a aplicação inicial mínima de cada Cotista nas Cotas é aquela determinada pela Instrução CVM n.º 356/01, atualmente em R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), sendo que aplicações posteriores pelo mesmo Cotista não terão valor mínimo;

(ii) a aplicação nas Cotas poderá ser efetuada por débito em conta-corrente ou em conta-investimento, transferência eletrônica disponível ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Bacen à escolha da Instituição Administradora;

(iii) para o cálculo do número de Cotas a que tem direito o investidor, não serão deduzidas do valor entregue à Instituição Administradora quaisquer taxas, comissões, honorários ou despesas;



- (iv) as aplicações são consideradas efetivadas somente após a devida disponibilidade dos recursos na conta-corrente do Fundo, observado que, na emissão de Cotas, deverá ser utilizado o valor da Cota de abertura do próprio dia da disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Instituição Administradora;
- (v) somente poderão ser emitidas, subscritas e integralizadas Cotas Seniores se houverem sido subscritas e integralizadas Cotas Subordinadas no montante necessário para manter a Relação Mínima; e
- (vi) a Instituição Administradora atenderá aos pedidos de aplicação dos investidores, em valores e quantidade de Cotas, observado o disposto no Regulamento e neste Prospecto, e o seu critério de seleção e aceitação de investidores.

Para o cálculo do número de Cotas a que tem direito o investidor, devem ser deduzidas, do valor entregue à Instituição Administradora, as taxas ou despesas convencionadas no Regulamento.

Em se tratando de Cotas Subordinadas, admite-se que a sua integralização de seja efetuada em Direitos Creditórios Elegíveis, nos termos descritos no Regulamento.

#### *4.5.9. Resgate das Cotas*

O resgate das Cotas Seniores obedecerá às seguintes regras:

- (i) os Cotistas Seniores estarão sujeitos a um prazo de carência para o resgate de suas Cotas Seniores equivalente a 30 (trinta) dias a contar da data de integralização das respectivas Cotas Seniores, de modo que não serão processados pela Instituição Administradora os pedidos de resgate de Cotas Seniores recebidos durante tal período;
- (ii) caso o Cotista Sênior opte por realizar o resgate de suas Cotas Seniores em até 180 (cento e oitenta) dias contados da data de integralização das respectivas Cotas Seniores, será cobrada a Taxa de Saída sobre suas Cotas Seniores resgatadas, equivalente a 70% (setenta por cento) dos rendimentos líquidos auferidos por suas Cotas Seniores durante o período entre a data de integralização da Cota Sênior e a data de resgate, observado que a totalidade dos valores recebidos a título de Taxa de Saída serão revertidos ao Fundo, em benefício dos demais Cotistas;
- (iii) o Cotista Sênior deve comunicar à Instituição Administradora a sua intenção de resgatar as Cotas Seniores;
- (iv) caso a data de solicitação do resgate das Cotas Seniores não seja um Dia Útil, ou seja recebida após as 13:00 horas, a solicitação de resgate será considerada recebida no Dia Útil subsequente;
- (v) o valor líquido do resgate das Cotas Seniores será creditado ao Cotista que o tiver solicitado em até 5 (cinco) Dias Úteis da data da respectiva solicitação;
- (vi) para fins de resgate, o valor da Cota Sênior será o valor da Cota de abertura da data do pagamento;
- (vii) se, na data de pagamento do resgate das Cotas Seniores, não existirem recursos em moeda corrente nacional suficientes para atender ao montante total do resgate solicitado, o Fundo realizará o pagamento do resgate da quantidade de Cotas Seniores equivalente ao montante disponível em moeda corrente nacional e interromperá a aquisição de novos Direitos Creditórios Elegíveis e Ativos Financeiros até que a totalidade do pagamento do

resgate de Cotas Seniores solicitado tenha sido efetivamente realizado. O Fundo realizará o pagamento de resgate das Cotas Seniores remanescentes na medida em que houver a disponibilidade de recursos em moeda corrente nacional; e

(viii) o resgate das Cotas Seniores poderá ser efetuado mediante crédito em conta-corrente ou conta-investimento, transferência eletrônica disponível ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Bacen, à escolha da Instituição Administradora, correndo os custos correspondentes às tarifas de serviço bancário por conta do Cotista.

Caso as ordens de resgate de Cotas Seniores excedam a liquidez do Fundo em determinado dia, de forma que não existam recursos suficientes para cobrir em sua totalidade os pedidos de resgate, a Instituição Administradora atenderá aos pedidos de resgates de Cotas Seniores conforme a ordem cronológica de recebimento de tais pedidos, observando-se o disposto no item (vii) acima. Neste caso, a Instituição Administradora comunicará os Cotistas que solicitarem o resgate de suas Cotas Seniores sobre os procedimentos que serão utilizados para pagamento dos respectivos resgates.

O resgate das Cotas Subordinadas obedecerá às seguintes regras:

(i) caso o Cotista Subordinado opte por solicitar o resgate de suas Cotas Subordinadas em até 180 (cento e oitenta) dias contados da data da integralização das respectivas Cotas Subordinadas, será cobrada a Taxa de Saída sobre as Cotas Subordinadas resgatadas, equivalente ao valor total dos rendimentos auferidos pelas Cotas Subordinadas resgatadas, de forma que o valor de resgate de cada Cota Subordinada a ser pago ao Cotista Subordinado será, no máximo, igual ao valor da Cota Subordinada no momento de sua integralização, deduzido dos tributos incidentes e demais taxas e despesas do Fundo;

(ii) o Cotista Subordinado deve comunicar à Instituição Administradora a sua intenção de resgatar as Cotas Subordinadas;

(iii) caso a data de solicitação do resgate das Cotas Subordinadas não seja um Dia Útil, ou seja recebida após as 13:00 horas, a solicitação de resgate será considerada recebida no Dia Útil subsequente;

(iv) o pagamento do resgate das Cotas Subordinadas será realizado ao Cotista que o tiver solicitado em até 5 (cinco) dias da data da respectiva solicitação, observado que, caso a solicitação do resgate das Cotas Subordinadas ocorra antes do resgate das Cotas Seniores, o pagamento ocorrerá somente depois de transcorrido um prazo mínimo de 60 (sessenta) dias contado do pedido de resgate das Cotas Subordinadas;

(v) para fins de resgate, o valor da Cota Subordinada será o valor da cota de abertura da data do pagamento; e

(vi) computada, pro forma, o resgate pretendido, o Fundo deverá atender à Relação Mínima prevista no Regulamento e neste Prospecto.

Na hipótese de solicitação de resgate das Cotas Subordinadas, a Instituição Administradora deverá, no máximo, no terceiro Dia Útil após o recebimento do pedido de resgate, comunicar aos titulares das Cotas Seniores em circulação a solicitação do resgate e a data prevista para sua realização, nos termos do Regulamento. Os titulares das Cotas Seniores em circulação, a partir da comunicação aqui referida, poderão requerer o resgate de suas Cotas Seniores, o qual deverá ser integralmente concluído antes do respectivo resgate das Cotas Subordinadas, observadas as condições previstas no Regulamento.

Em se tratando de Cotas Subordinadas, admite-se que o resgate seja efetuados em Direitos Creditórios Adquiridos, nos termos do Regulamento. Admite-se o resgate de Cotas Seniores, em Direitos Creditórios Adquiridos, exclusivamente na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, nos termos do Regulamento.

Em casos excepcionais de iliquidez dos ativos componentes da carteira do Fundo, inclusive em decorrência de pedidos de resgates incompatíveis com a liquidez existente, ou que possam implicar alteração do tratamento tributário do Fundo ou dos Cotistas, em prejuízo destes últimos, a Instituição Administradora poderá declarar o fechamento do Fundo para a realização de resgates, sendo obrigatória a convocação de assembléia geral extraordinária, no prazo máximo de 1 (um) Dia Útil, para deliberar, no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis, a contar da data do fechamento para resgate, sobre as seguintes possibilidades: (i) substituição da Instituição Administradora, do Gestor ou de ambos; (ii) reabertura ou manutenção do fechamento do Fundo para resgate; (iii) possibilidade do pagamento de resgate em Direitos Creditórios Adquiridos e/ou em Ativos Financeiros; (iv) cisão do Fundo; e/ou (v) liquidação do Fundo.

Observado o disposto no item 3.2. acima, não há valores mínimos e máximos para movimentações de recursos no Fundo.

#### *4.5.10. Critérios para Apuração do Valor das Cotas Seniores*

As Cotas Seniores serão valorizadas todo Dia Útil, conforme a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo descrita abaixo. A primeira valorização ocorrerá no Dia Útil seguinte à Data de Início, e a última na data de liquidação do Fundo.

Após o pagamento ou provisionamento da Taxa de Administração e das demais despesas e encargos do Fundo, será incorporado ao valor de cada Cota Sênior, a título de distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo relativos ao Dia Útil imediatamente anterior, o valor equivalente ao parâmetro de rentabilidade das Cotas Seniores, correspondente a 120% (cento e vinte por cento) da Taxa DI, incidente sobre o valor anterior da Cota Sênior.

O valor unitário das Cotas Seniores será o menor dos seguintes valores:

- (i) o valor apurado conforme o disposto no parágrafo acima; ou
- (ii) o resultado da divisão do Patrimônio Líquido pelo número de Cotas Seniores.

Nos termos acima, independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os Cotistas Seniores não farão jus a uma rentabilidade superior ao parâmetro de rentabilidade das Cotas Seniores, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para as Cotas Seniores.

A forma de cálculo do valor das Cotas Seniores aqui descrita e o parâmetro de rentabilidade das Cotas Seniores não representarão e nem deverão ser considerados como uma promessa, garantia ou sugestão de rentabilidade aos Cotistas por parte do Fundo, da Instituição Administradora, do Gestor, do Custodiante e/ou de quaisquer terceiros.

#### *4.5.11. Critérios para Apuração do Valor das Cotas Subordinadas*

As Cotas Subordinadas serão valorizadas todo Dia Útil, conforme a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo. A primeira valorização ocorrerá no Dia Útil seguinte à Data de Início, e a última na data de liquidação do Fundo.

Após a distribuição dos rendimentos para as Cotas Seniores, na forma descrita no item 4.5.10 acima, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado proporcionalmente às Cotas Subordinadas.

O valor unitário das Cotas Subordinadas será o resultado da divisão do eventual saldo remanescente do Patrimônio Líquido, após a subtração do valor de todas as Cotas Seniores, pelo número total de Cotas Subordinadas em circulação.

#### *4.5.12. Negociação das Cotas*

As Cotas não poderão ser negociadas no mercado secundário, de forma que os Cotistas somente poderão obter o valor correspondente às suas Cotas mediante resgate das mesmas junto à Instituição Administradora, nos termos do Regulamento e deste Prospecto.

#### *4.5.13. Classificação de Risco das Cotas Seniores*

As Cotas Seniores serão trimestralmente avaliadas pela Agência Classificadora de Risco. Nos termos da regulamentação em vigor, a Agência Classificadora de Risco não realizará avaliação de risco das Cotas Subordinadas.

Na data deste Prospecto, a classificação de risco atribuída pela Agência Classificadora de Risco às Cotas Seniores era “brAf”.

A ocorrência de rebaixamento da classificação de risco (*rating*) originalmente atribuída às Cotas Seniores em dois níveis será considerada um Evento de Avaliação, conforme previsto no Regulamento, implicando a adoção das medidas cabíveis pela Instituição Administradora, pelo Gestor ou pelo Custodiante, nos termos descritos no Regulamento e neste Prospecto.

#### *4.5.14. Procedimentos de Resgate de Cotas Mediante a Entrega de Direitos Creditórios Elegíveis e de Ativos Financeiros*

Em se tratando de Cotas Subordinadas admite-se que o resgate seja efetuados em Direitos Creditórios Adquiridos, nos termos do Regulamento. O resgate de Cotas Seniores em Direitos Creditórios Adquiridos é admitido exclusivamente na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, nos termos do Regulamento.

Os Direitos Creditórios Adquiridos conferidos aos titulares de Cotas Seniores em pagamento do resgate e, conforme o caso, conferidos aos titulares das Cotas Subordinadas, serão compulsoriamente mantidos em condomínio, nos termos do artigo 1.314 e seguintes do Código Civil, a ser necessariamente constituído no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias contado da realização da assembléia geral que deliberar sobre o Evento de Avaliação ou o Evento de Liquidação ocorrido. O quinhão de cada Cotista será equivalente ao valor dos Direitos Creditórios Adquiridos a este efetivamente atribuídos. Os termos e as condições da convenção de condomínio

conterão avença assegurando aos Cotistas, originalmente titulares das Cotas Seniores, o direito de preferência no recebimento de quaisquer verbas decorrentes da cobrança dos Direitos Creditórios Adquiridos mantidos em condomínio.

Antes do pagamento do resgate em Direitos Creditórios Adquiridos pelo Fundo, a Instituição Administradora deverá convocar uma assembléia geral com a finalidade de proceder à eleição, pelos Cotistas, de um administrador para o condomínio civil referido no parágrafo anterior. Caso os titulares das Cotas não procedam à eleição do administrador do condomínio civil, essa função será atribuída ao Cotista que detenha, direta ou indiretamente, o maior quinhão.

Caso os titulares das Cotas Seniores, por qualquer motivo, não venham a constituir o condomínio civil no prazo referido acima, a Instituição Administradora e o Custodiante poderão promover o pagamento em consignação dos Direitos Creditórios Adquiridos de titularidade do Fundo aos Cotistas, na forma do artigo 334 do Código Civil.

O Custodiante fará a guarda dos documentos relativos aos Direitos Creditórios Adquiridos mantidos em condomínio pelo prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias contado de sua constituição. Ao término do prazo acima referido, o administrador do condomínio civil indicará à Instituição Administradora a hora e o local para a entrega dos referidos documentos.

#### **4.6. Assembléia Geral de Cotistas**

As matérias de competência da Assembléia Geral, bem como o quorum de instalação e de deliberação das Assembléias Gerais para cada uma dessas matérias, encontram-se definidos na Cláusula Dezesesseis do Regulamento.

#### **4.7. Critérios de Avaliação dos Direitos Creditórios Elegíveis e dos Ativos Financeiros Integrantes da Carteira do Fundo**

Entende-se por Patrimônio Líquido do Fundo a soma algébrica do caixa disponível com o valor dos ativos integrantes da carteira mais os valores a receber, menos as exigibilidades referentes às despesas do Fundo e provisões.

Na apuração do valor da carteira serão observadas as normas e procedimentos constantes no COSIF, exceto se a CVM expedir normas contábeis específicas para este fim, hipótese em que estas deverão ser observadas.

Os ativos integrantes da carteira do Fundo terão seu valor calculado todo Dia Útil, mediante a utilização da metodologia abaixo referida de apuração do seu valor de mercado.

Os Ativos Financeiros terão seu valor de mercado apurado com base no manual de precificação do Custodiante, disponível para consulta no site da ANBIMA. Caso não haja previsão de precificação de certo Ativo Financeiro ou não haja a concordância com a metodologia apresentada no manual de precificação do Custodiante pela Instituição Administradora ou pelo Gestor, tal Ativo Financeiro será precificado pelo Gestor.

Os Direitos Creditórios Adquiridos, integrantes da carteira do Fundo, serão registrados pelo valor efetivamente pago e os rendimentos auferidos com os mesmos serão reconhecidos em razão da fluência de seus respectivos prazos de vencimento, amortizações e outros elementos dos respectivos Direitos Creditórios Adquiridos.

Os Direitos Creditórios Adquiridos, integrantes da carteira do Fundo, terão seu valor calculado, todo Dia Útil, pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos, *pro rata temporis*, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, apurados com base na respectiva Taxa de Cessão, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.

Na hipótese de se verificar a existência de um mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios Adquiridos, estes passarão a ser avaliados pelo seu valor de mercado. São elementos que denotam a existência de um mercado ativo de direitos creditórios:

- (i) a criação de segmento específico de negociação para tais ativos em bolsa ou em mercado de balcão organizado; e
- (ii) a existência de negociações com direitos creditórios em volume financeiro relevante, com frequência e regularidade, de modo a conferir efetiva liquidez para os direitos creditórios.

#### **4.8. Patrimônio do Fundo**

O patrimônio do Fundo será formado por 2 (duas) classes de Cotas, com valor unitário inicial de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na Data de Início.

As Cotas serão emitidas, distribuídas, integralizadas e resgatadas de acordo com o disposto no item 4.5. deste Prospecto.

#### **4.9. Eventos de Avaliação, Eventos de Liquidação e Direito de Dissidência dos Cotistas Seniores**

##### *4.9.1. Eventos de Avaliação*

São considerados Eventos de Avaliação do Fundo:

- I - inobservância pela Instituição Administradora de seus deveres e obrigações previstos no Regulamento;
- II - renúncia da Instituição Administradora, do Gestor e/ou do Custodiante referente às suas funções perante o Fundo não resolvida em 30 (trinta) dias;
- III - inobservância pelo Custodiante de seus deveres e obrigações previstos no Regulamento, desde que, comunicado pela Instituição Administradora para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento da referida comunicação;
- IV - aquisição, pelo Fundo, de Direitos Creditórios em desacordo com os Critérios de Elegibilidade ou com as Condições de Cessão;

V - rebaixamento da classificação de risco inicial de Cotas Seniores do Fundo em dois níveis, considerando-se a tabela da Agência Classificadora de Risco;

VI – caso seja verificado pela Instituição Administradora, em qualquer Data de Verificação, que o somatório do valor de todos os Direitos Creditórios Adquiridos que estejam em atraso para com o Fundo, por prazo superior a 60 (sessenta) e inferior a 181 (cento e oitenta e um) dias, contado de suas respectivas datas de vencimento, supere o percentual de 12,5% (doze inteiros e cinco décimos por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo na respectiva Data de Verificação;

VII - caso seja verificado pela Instituição Administradora, em qualquer Data de Verificação, que o somatório do valor de todos os Direitos Creditórios Adquiridos que estejam em atraso para com o Fundo, por prazo superior a 180 (cento e oitenta) dias, contado de suas respectivas datas de vencimento, supere o percentual de 12,5% (doze inteiros e cinco décimos por cento) do somatório do valor de todos os Direitos Creditórios Adquiridos pelo Fundo desde o início de suas atividades (de forma cumulativa);

VIII - caso a Agência Classificadora de Risco não divulgue a atualização trimestral da classificação de risco referente às Cotas Seniores por prazo igual ou superior a 150 (cento e cinquenta) dias contados da data-base do último relatório disponível; e

IX – se houver rescisão do Contrato de Custódia e não tenha sido deliberado pelos Cotistas, reunidos em assembléia geral, a escolha de um novo custodiante para o Fundo no prazo de 30 (trinta) dias.

Na ocorrência de qualquer Evento de Avaliação será convocada assembléia geral para deliberar sobre (i) se a ocorrência de tal Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação; ou (ii) a alteração do Regulamento ou dos demais Documentos do Fundo

Além disso, na ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação acima, a Instituição Administradora deixará de adquirir novos Direitos Creditórios Elegíveis.

No caso de a assembléia geral de Cotistas deliberar que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Liquidação do Fundo, a Instituição Administradora observará os procedimentos de que tratam o item 4.9.2 abaixo, sem que, para tanto, seja necessária a convocação de uma nova assembléia geral de Cotistas, podendo a assembléia geral que considerar um Evento de Avaliação como um Evento de Liquidação do Fundo deliberar sobre os procedimentos relacionados à liquidação do Fundo independentemente de qualquer notificação aos Cotistas ausentes à referida assembléia geral.

#### *4.9.2. Eventos de Liquidação*

Além das hipóteses previstas na regulamentação, são considerados Eventos de Liquidação do Fundo quaisquer das seguintes ocorrências:

I – renúncia do Gestor em relação às suas obrigações perante o Fundo;

II - se o Fundo mantiver Patrimônio Líquido médio inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), pelo período de 03 (três) meses consecutivos e não for incorporado a outro fundo de investimento em direitos creditórios;



III - caso seja deliberado em assembléia geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação;

IV – impossibilidade do Fundo adquirir Direitos Creditórios Elegíveis, pelo prazo 90 dias; e

V – caso o Fundo deixe de atender à Relação Mínima e, tendo o Gestor decidido pelo re-enquadramento do Fundo por meio da integralização de novas Cotas Subordinadas, os Cotistas Subordinados não integralizarem tais novas Cotas Subordinadas em quantidade suficiente para o re-enquadramento da Relação Mínima no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis a contar da data de recebimento da notificação encaminhada pela Instituição Administradora.

Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, a Instituição Administradora (i) notificará os Cotistas, (ii) suspenderá imediatamente os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis; e (iii) convocará assembléia geral para deliberar sobre a eventual liquidação do Fundo.

Na hipótese (i) de não instalação da assembléia geral de Cotistas mencionada acima por falta de quorum, ou (ii) de aprovação pelos Cotistas da liquidação do Fundo, a Instituição Administradora deverá dar início imediato aos procedimentos referentes à liquidação do Fundo estabelecidos no Regulamento.

No caso de ocorrência dos Eventos de Liquidação, aplicam-se, no que couber, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria Instituição Administradora.

#### *4.9.3. Direito de Dissidência dos Cotistas Seniores*

Na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação em que a assembléia geral de Cotistas deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo, será assegurado o resgate das Cotas Seniores, pelo seu valor na data de realização da referida assembléia geral, aos Cotistas Seniores que não concordarem com tal decisão assemblear. Os Cotistas Seniores dissidentes deverão informar à Instituição Administradora sua intenção de resgatar suas Cotas Seniores na assembléia geral referida acima. Os pagamentos do resgate das Cotas Seniores de titularidade dos Cotistas Seniores dissidentes serão realizados pela Instituição Administradora na medida em que o Fundo tenha recursos para efetuar os pagamentos de resgate devidos. Se ao final do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, os Cotistas Seniores dissidentes não tiverem recebido o pagamento integral do resgate de suas Cotas Seniores em moeda corrente nacional, tais Cotistas Seniores receberão Direitos Creditórios Adquiridos e Ativos Financeiros como pagamento de seu direito de dissidência.

#### **4.10. Ordem de Alocação dos Recursos do Fundo**

A partir da Data de Início e até a liquidação do Fundo, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, a Instituição Administradora obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de titularidade do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Cotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo, na seguinte ordem:

(i) no pagamento de despesas e encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos do Regulamento e da legislação aplicável;



- (ii) no pagamento de resgate das Cotas Seniores, observados os termos e as condições do Regulamento e deste Prospecto;
- (iii) no pagamento de resgate das Cotas Subordinadas, observados os termos e as condições do Regulamento e deste Prospecto;
- (iv) no pagamento do preço de aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, em moeda corrente nacional, nos termos do respectivo Contrato de Promessa de Cessão; e
- (v) na aquisição dos Ativos Financeiros, quando for o caso, observados os limites, os termos e as condições do Regulamento, deste Prospecto e da regulamentação aplicável.

#### **4.11. Política de Exercício de Direito de Voto**

Em decorrência de sua política de investimento, conforme estabelecida no Regulamento e descrita no item 4.4. acima, o Fundo não adota política de exercício de direito de voto.

#### **4.12. Mecanismos de Garantia**

Os Cedentes dos Direitos Creditórios Adquiridos respondem solidariamente pela solvência dos Sacados, nos termos do art. 275 e seguintes do Código Civil Brasileiro, sendo obrigados a efetuar o pagamento dos Direitos Creditórios Inadimplidos em até 4 (quatro) Dias Úteis a contar da data de vencimento do respectivo Direito Creditório Inadimplido, pelo valor exigível do respectivo Sacado inadimplente, inclusive os encargos moratórios contratados no respectivo Direito Creditório Adquirido, incidentes a partir da data de seu vencimento.

Adicionalmente, o Gestor, a seu exclusivo critério, no melhor interesse do Fundo, poderá exigir dos Cedentes a constituição de garantias reais ou pessoais para a cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo.

Além das hipóteses descritas acima, o Fundo não conta com qualquer outro mecanismo de reforço de crédito, seguro ou garantia que possa ajudar ou facilitar o pagamento dos valores devidos aos Cotistas a título de resgate de suas Cotas.

#### **4.13. Administração**

O Fundo é administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade devidamente autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, por meio do Ato declaratório n.º 6.696, de 21 de fevereiro de 2002, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 36.113.876/0001-91.

A Instituição Administradora tem por função precípua praticar todos os atos de administração ordinária do Fundo nos termos da Instrução CVM 356/01 e do Regulamento, de modo a manter sua boa ordem legal, operacional e

administrativa. Os deveres, obrigações e vedações aplicáveis à Instituição Administradora encontram-se definidos no Regulamento.

A Instituição Administradora, mediante aviso divulgado no Periódico ou por meio de correio eletrônico, ou ainda por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista, pode renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, assembléia geral para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação deste Fundo, nos termos da Instrução CVM nº 356/01. Na hipótese de deliberação pela liquidação do Fundo, a Instituição Administradora obriga-se a permanecer no exercício de sua função até a liquidação total do Fundo.

Os Cotistas reunidos em assembléia geral também poderão (i) deliberar pela substituição da Instituição Administradora, devendo encaminhar a esta documento contendo as razões e os motivos da solicitação de substituição da mesma, e (ii) indicar o nome, a qualificação, experiência e remuneração de instituições notoriamente capazes de assumir, com o mesmo grau de confiabilidade e qualidade, todos os deveres e as obrigações da Instituição Administradora relativos ao Fundo, nos termos da legislação aplicável, do Regulamento e dos demais Documentos do Fundo.

Na hipótese de deliberação pela assembléia geral da substituição da Instituição Administradora, esta deverá permanecer no exercício regular de suas funções pelo menor prazo entre (i) 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período uma única vez, a critério da assembléia geral, ou (ii) até que seja contratada outra instituição administradora.

A Instituição Administradora poderá ser contatada no seguinte endereço:

***Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.***

Avenida das Américas, n.º 500, bloco 13, sala 205

Rio de Janeiro, RJ, CEP 22640-100

Tel.: (21) 3514-0000

Fax.: (21) 3514-0099

Correio Eletrônico: [fundos@oliveiratrust.com.br](mailto:fundos@oliveiratrust.com.br)

Website: [www.oliveiratrust.com.br](http://www.oliveiratrust.com.br)

#### **4.14. Gestão**

Nos termos do Regulamento, a Instituição Administradora contratou o Trendbank S.A. Banco de Fomento, sociedade devidamente autorizada pela CVM a administrar carteira de valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório CVM nº 7.724, de 13 de abril de 2004, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1993, 3º andar, conjunto 38, Jardim Paulista, inscrita no CNPJ/MF sob nº 48.880.116/0001-99, para ser responsável pela gestão da carteira de investimentos do Fundo.

O Gestor é responsável pela gestão da carteira do Fundo e por exercer as demais funções que lhe são designadas pelo Regulamento, incluindo, mas não se limitando a:

(i) gerenciar diariamente o fluxo de caixa do Fundo;

(ii) verificar a situação cadastral dos Originadores e dos Cedentes;

(iii) diligenciar para que somente façam parte integrante da carteira do Fundo, Direitos Creditórios Elegíveis devidamente acompanhados pelos Documentos Representativos de Crédito;

(iv) definir o valor da Taxa de Cessão a ser utilizada na determinação do preço da cessão de cada Direito Creditório Elegível, observado o disposto no Regulamento e no respectivo Contrato de Promessa de Cessão;

(v) iniciar ou fazer com que se iniciem, quando for o caso, quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários (a) à cobrança dos Direitos Creditórios Adquiridos e Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, na hipótese de atraso; (b) à excussão de quaisquer garantias eventualmente prestadas; e (c) à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas dos Cotistas do Fundo;

(vi) contratar instituição financeira encarregada da cobrança não ordinária dos Direitos Creditórios Adquiridos, o que se configura inclusive, mas não de maneira limitada, ao envio a cartório de protestos dos títulos cedidos ao Fundo;

(vii) verificar, em cada Data de Aquisição, o atendimento dos Direitos Creditórios ofertados às Condições da Cessão; e

(viii) realizar a custódia física, guarda, conservação e manutenção dos Documentos Representativos de Crédito, nos termos do Contrato de Depósito.

A substituição do Gestor somente será realizada nas hipóteses de (i) ocorrência de Evento de Liquidação, (ii) ocorrência de Evento de Avaliação, que seja deliberado pelos Cotistas tratar-se de Evento de Liquidação, ou (iii) justa causa, assim entendida como a hipótese em que haja a comprovada atuação do Gestor com dolo ou culpa grave no âmbito de suas responsabilidades para com o Fundo.

A substituição do Gestor deverá ser aprovada pela assembléia geral de Cotistas, observados os termos estabelecidos no Regulamento, e comunicada à CVM na forma da legislação em vigor.

O Gestor poderá ser contatado no seguinte endereço:

***Trendbank S.A. Banco de Fomento***

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1993, 3º andar, conjunto 38  
São Paulo, SP, CEP 01451-000

At.: Sr. Adolpho Júlio da Silva Mello Neto

Tel.: (11) 3039-5900

Fax: (11) 3039-5768

Correio Eletrônico: amello@trendbank.com.br

Website: www.trendbank.com.br

**4.15. Custódia, Controladoria e Escrituração de Cotas**

Para a prestação dos serviços de escrituração das Cotas, custódia e controladoria dos Direitos Creditórios e demais Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, foi contratado o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão,

instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 13º, 14º e 15º andares, inscrita no CNPJ/MF sob nº 62.331.228/0001-11.

O Custodiante é responsável por executar as funções previstas no artigo 38, da Instrução CVM nº 356/01, sem prejuízo de outros procedimentos que lhe são designados pelo Regulamento e pelo Contrato de Custódia, incluindo, mas não se limitando a:

- (i) validar os Direitos Creditórios em relação aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Regulamento;
- (ii) realizar a liquidação física e financeira dos Direitos Creditórios Adquiridos, evidenciados pelos Documentos Representativos de Crédito;
- (iii) fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda de documentação relativos aos Direitos Creditórios Adquiridos e aos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo;
- (iv) diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem, a documentação dos Direitos Creditórios Adquiridos, com metodologia preestabelecida e de livre acesso para a Empresa de Auditoria, para a Agência Classificadora de Risco e órgãos reguladores; e
- (v) cobrar e receber, por conta e ordem de seus clientes, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na conta de depósitos dos mesmos.

A Instituição Administradora, por conta e ordem do Fundo, com a interveniência e anuência do Custodiante, sem prejuízo das responsabilidades deste, (i) contratou o Gestor, por meio do Contrato de Depósito, para realizar a custódia física, guarda, conservação e manutenção dos Documentos Representativos de Crédito, e (ii) contratou o Gestor, por meio do Contrato de Cobrança, para realizar a cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos, a ser realizada nos termos dos Procedimentos de Cobrança.

Nos termos do artigo 38, parágrafos 1º, 2º e 3º, da Instrução CVM nº 356/01, o Custodiante está eximido da responsabilidade de verificação do lastro dos Direitos Creditórios por amostragem, tendo em vista (i) a significativa quantidade de Direitos Creditórios Elegíveis cedidos e expressiva diversificação de Sacados, e (ii) que o reduzido valor médio dos Direitos Creditórios Elegíveis não justifica a referida verificação por amostragem.

Sem prejuízo do disposto acima, será facultado ao Custodiante realizar auditorias no Gestor, na qualidade de depositário dos Documentos Representativos de Crédito, caso entenda necessário, para o melhor interesse dos Cotistas.

Em decorrência da dispensa da responsabilidade de verificação do lastro dos Direitos Creditórios por amostragem, o Custodiante não poderá ser responsabilizado por qualquer perda que venha a ser imposta ao Fundo ou aos Cotistas por conta de qualquer irregularidade ou não completude dos Documentos Representativos de Crédito. Todo Cotista, ao ingressar no Fundo, deverá atestar por escrito estar ciente e concordar com o disposto neste parágrafo, por meio de assinatura de Termo de Adesão.

A substituição do Custodiante deverá ser aprovada pela assembléia geral de Cotistas e comunicada à CVM na forma da legislação em vigor. Na hipótese de substituição do Custodiante pelos Cotistas, deverão ser observados os procedimentos e os prazos definidos no Regulamento.

A Instituição Administradora, na qualidade de instituição Administradora do Fundo, firmou o Contrato de Custódia por meio do qual contratou o Custodiante para prestar os serviços de custódia qualificada, controladoria e liquidação dos ativos integrantes da carteira do Fundo, inclusive dos serviços dos quais trata o artigo 38 da Instrução CVM nº 356/01. Pela prestação dos serviços de custódia, o Custodiante faz jus à remuneração de, no mínimo, R\$ 12.000,00 (doze mil reais), a ser paga mensalmente pelo Fundo. Poderá ser cobrada taxa adicional no caso de ocorrer eventos pontuais.

O Custodiante poderá ser contatado no seguinte endereço:

***Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão***

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 13º, 14º e 15º andares  
São Paulo, SP, CEP 04538-132

At.: Sr. Renato Cury

Tel.: (11) 2113-5819

Fax: (11) 2113-5170

Correio Eletrônico: [renato.cury@db.com](mailto:renato.cury@db.com)

Website: [www.db.com/brazil](http://www.db.com/brazil)

**4.16. Agência Classificadora de Risco das Cotas Seniores**

O Fundo contratou a Agência Classificadora de Risco para realizar a avaliação de risco das Cotas Sênior.

As Cotas Seniores são trimestralmente avaliadas pela Agência Classificadora de Risco. A Agência Classificadora de Risco não realizará avaliação das Cotas Subordinadas.

O Fundo poderá contratar outras agências classificadoras de risco para elaborar e divulgar relatório de classificação de risco das Cotas Seniores, sem a necessidade de Assembleia Geral. No entanto, a substituição da Agência Classificadora de Risco, a qualquer tempo, somente poderá ocorrer mediante aprovação da Assembleia Geral.

Como remuneração pelos serviços prestados ao Fundo, a Agência Classificadora de Risco recebeu R\$ 70.000,00 (setenta mil reais). A remuneração da Agência Classificadora de Risco é considerada encargo do Fundo e seu pagamento foi efetuado nos termos do Regulamento.

A Agência Classificadora de Risco poderá ser contatada no seguinte endereço:

***Standard & Poor's Rating Services***

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 201, 18º andar  
São Paulo, SP, CEP 05426-100

At.: Sr. Jean-Pierre Cote Gil

Tel.: (11) 3039-9743

Correio eletrônico: [jp\\_gil@standardandpoors.com](mailto:jp_gil@standardandpoors.com)

Website: [www.standardandpoors.com.br](http://www.standardandpoors.com.br)

#### **4.17. Empresa de Auditoria**

A Empresa de Auditoria contratada pelo Fundo é a KPMG Auditores Independentes, responsável pela revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo, assim como pela análise da situação do Fundo e da atuação da Instituição Administradora.

Poderão ser contratadas outras empresas de auditoria independente para realizar a revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo, assim como a análise da situação do Fundo e da atuação da Instituição Administradora, sem a necessidade de Assembléia Geral. No entanto, a substituição da Empresa de Auditoria, a qualquer tempo, somente poderá ocorrer mediante deliberação da Assembléia Geral.

Como remuneração pelos serviços prestados ao Fundo, a Empresa de Auditoria recebe o montante anual de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais). A remuneração da Empresa de Auditoria é considerada encargo do Fundo e seu pagamento é efetuado nos termos do item 3.11.2. deste Prospecto.

A Empresa de Auditoria pode ser contatada no seguinte endereço:

***KPMG Auditores Independentes***

Rua Dr. Renato Paes de Barros, n.º 33

São Paulo - SP

At.: Sr. Pedro Zago

Tel.: (11) 2183-3000

Fax: (11) 2183-3001

Website: [www.kpmg.com.br](http://www.kpmg.com.br)

#### **4.18. Outros Prestadores de Serviços**

##### *4.18.1. Assessores Legais*

Os assessores legais do Fundo podem ser contatados no seguinte endereço:

***Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados***

Alameda Joaquim Eugênio de Lima, n.º 447

São Paulo - SP

At.: Dra. Marina Procknor

Tel.: (11) 3147-7822

Fax: (11) 3147-7770

Correio eletrônico: [marina@mattosfilho.com.br](mailto:marina@mattosfilho.com.br)

Website: [www.mattosfilho.com.br](http://www.mattosfilho.com.br)

#### **4.19. Taxa de Administração**

Pela prestação do serviço de administração do Fundo, é cobrada uma Taxa de Administração de 2% (dois por cento) ao ano, aplicada, diariamente, sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo do Dia Útil imediatamente anterior.

A Taxa de Administração é calculada e provisionada todo Dia Útil, com base no Patrimônio Líquido do Fundo do Dia Útil imediatamente anterior, e paga mensalmente, sendo a primeira parcela devida no último Dia Útil do mês da Data de Início e as demais no último Dia Útil dos meses subsequentes.

A Taxa de Administração compreende, além da remuneração da Instituição Administradora, a remuneração do Gestor, sendo que fica assegurado exclusivamente à Instituição Administradora, o recebimento de 0,15% (quinze centésimos por cento) ao ano, aplicada, diariamente, sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo do Dia Útil imediatamente anterior, sendo o valor mínimo mensal equivalente à R\$ 12.000,00 (doze mil reais). O valor em reais aqui definido, será atualizado pela Instituição Administradora a partir de 01 de agosto de 2011, pela variação do IGP-M, sendo informado anualmente ao Custodiante.

Pela prestação do serviço de gestão do Fundo, conforme a seguir descrito, o Gestor recebe, diretamente do Fundo, a Taxa de Gestão, correspondente a 1,85% (um inteiro e oitenta e cinco centésimos por cento) ao ano, aplicada diariamente sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo do Dia Útil imediatamente anterior, a ser deduzida da Taxa de Administração.

Os tributos incidentes sobre a remuneração descrita acima (ISS, PIS, COFINS, CSLL e IR na fonte e outros que porventura venham a incidir) serão a ela acrescidos nas alíquotas vigentes nas respectivas datas de pagamento.

A Instituição Administradora pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviço contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração prevista neste item.

Na Taxa de Administração não estão incluídas as despesas previstas no item 4.20 abaixo, as quais serão debitadas do Fundo pela Instituição Administradora.

O equivalente a 50% (cinquenta por cento) da parcela da Taxa de Administração devida exclusivamente à Instituição Administradora, prevista acima, é paga diretamente pelo Fundo à Oliveira Trust Servicer S.A., sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 500, bloco 13, sala 206, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.150.453/0001-20, de acordo com o artigo 56, parágrafo 2º da Instrução CVM n.º 356/01, na qualidade de prestadora de serviços para a Instituição Administradora, nas mesmas datas de pagamento da Taxa de Administração, sem qualquer encargo adicional para o Fundo. A Oliveira Trust Servicer S.A. prestará à Instituição Administradora serviços auxiliares à administração do Fundo, incluindo, mas não se limitando, os serviços de (i) controle e cobrança da documentação necessária à administração do Fundo, inclusive elaboração dos relatórios gerenciais devidos à CVM que sejam de responsabilidade da Instituição Administradora; e (ii) elaboração e atualização da página na rede mundial de computadores onde serão disponibilizadas aos Cotistas todas as informações pertinentes ao Fundo. O valor pago nos termos deste item é deduzido da parcela da Taxa de Administração devida exclusivamente à Instituição Administradora.

#### **4.20. Despesas e Encargos do Fundo**



Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração e da Taxa de Gestão:

- (i) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (ii) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- (iii) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- (iv) despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de assembléia geral de Cotistas;
- (v) a contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Cotas admitidas à negociação, na hipótese de vir a ser admitida a negociação das Cotas nesses mercados;
- (vi) despesas com profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas, nos termos do Regulamento, se houver;
- (vii) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- (viii) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Cotistas;
- (ix) honorários e despesas da Empresa de Auditoria, encarregada da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação da Instituição Administradora;
- (x) taxas de custódia de ativos do Fundo; e
- (xi) despesas com a contratação de Agência Classificadora de Risco.

Quaisquer despesas não previstas acima como encargos do Fundo correrão por conta da Instituição Administradora.

A Instituição Administradora pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados nos termos do Regulamento, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração a que se refere o item 4.19 acima.

#### **4.21. Sistema de Gerenciamento de Riscos e Compliance**

A administração e a gestão do Fundo orientam-se pela transparência, competência e cumprimento do Regulamento e da legislação vigente.

A política de investimento do Fundo, bem como o nível desejável de exposição a risco, definidos no Regulamento, são determinados em comitê do qual participam os diretores da Instituição Administradora.

A Instituição Administradora privilegia, como forma de controle de riscos, decisões tomadas pelo comitê acima



referido, o qual traça os parâmetros de atuação do Fundo acompanhando as exposições a riscos, mediante a avaliação das condições dos mercados financeiro e de capitais.

Os riscos a que está exposto o Fundo, dentre os quais, exemplificativamente, os descritos na Seção “Fatores de Risco” deste Prospecto, e o cumprimento da política de investimento do Fundo, descrita no Regulamento, são monitorados por área de gerenciamento de risco e de compliance completamente separada da área de gestão. A área de gerenciamento de risco utiliza modelo de controle de risco de mercado, visando a estabelecer o nível máximo de exposição a risco.

A utilização dos mecanismos de controle de riscos aqui descritos não elimina a possibilidade de perdas pelos Cotistas. As aplicações efetuadas pelo Fundo de que trata este Prospecto apresentam riscos para os Cotistas. Ainda que a Instituição Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para seus investidores.

#### **4.22. Política de Divulgação de Informações**

A Instituição Administradora divulgará, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, de modo a garantir aos Cotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influenciar as decisões dos Cotistas quanto à permanência no mesmo ou, no caso de potenciais investidores, quanto à aquisição de novas Cotas.

Sem prejuízo de outras ocorrências relativas ao Fundo, considera-se fato relevante a alteração da classificação de risco das Cotas Seniores.

Todas as publicações mencionadas neste item são feitas no Periódico, que na data deste Prospecto é o jornal “Monitor Mercantil”, publicado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Qualquer alteração no Periódico deve ser precedida de aviso aos Cotistas

A Instituição Administradora deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Cotistas, em sua página na rede mundial de computadores, sua sede e dependências, informações sobre: (i) o número de Cotas de propriedade de cada um e o respectivo valor; (ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês vencido; e (iii) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios e Ativos Financeiros do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

A Instituição Administradora deve enviar à CVM por meio do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, em até 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício social ao qual se refiram, as demonstrações financeiras do Fundo, acompanhadas do parecer da Empresa de Auditoria, conforme listadas na Instrução CVM nº 489, de 14 de janeiro de 2011 (“Instrução nº 489”).

A Instituição Administradora deve divulgar em sua página na rede mundial de computadores, quaisquer informações relativas ao Fundo divulgadas para Cotistas ou terceiros, com exceção de informações divulgadas a: (i) prestadores de serviços do Fundo, desde que tais informações sejam necessárias à execução de suas atividades; e (ii) órgãos reguladores e autorreguladores, quando tais informações visem atender solicitações legais, regulamentares ou estatutárias.

As demonstrações financeiras do fundo serão colocadas à disposição na sede da Instituição Administradora e na CVM.

#### **4.23. Regras de Tributação do Fundo**

O disposto a seguir foi elaborado com base na legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Cotistas e ao Fundo. Existem algumas exceções e tributos adicionais que podem ser aplicados, motivo pelo qual os Cotistas devem consultar seus assessores jurídicos com relação à tributação aplicável aos investimentos realizados no Fundo.

##### *4.23.1. Da Tributação Aplicável aos Cotistas*

##### **Imposto sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários (“IOF/Títulos”)**

O IOF/Títulos é cobrado sobre as operações de aquisição, cessão, resgate de aplicações financeiras, sendo a alíquota atual de 0% para a maior parte das operações. No caso de resgate, o IOF/Títulos é cobrado à alíquota de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor do resgate ou de liquidação das Cotas, limitado a um percentual do rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto n.º 6.306, de 14 de dezembro de 2007, sendo este limite igual a 0% (zero por cento) do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias. Contudo, em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) ao dia, relativamente a transações ocorridas após este eventual aumento.

##### **Imposto sobre Operações de Câmbio (“IOF/Câmbio”)**

As conversões de moeda estrangeira para a moeda brasileira, bem como de moeda brasileira para moeda estrangeira, porventura geradas no investimento em Cotas, estão sujeitas ao IOF/Câmbio. Atualmente, a alíquota do IOF/Câmbio aplicável à maioria das operações de câmbio é de 0,38% (trinta e oito centésimos por cento). Contudo, as operações de câmbio para ingresso e remessa de recursos, conduzidas por Cotistas não residentes no Brasil que investem nos mercados financeiro e de capitais brasileiros por meio da Resolução CMN n.º 2.689, de 26 de janeiro de 2000 (“Cotistas Qualificados”), e vinculadas às aplicações no Fundo estão sujeitas à alíquota de 6,0% seis por cento) e zero, respectivamente para os ingressos e para as saídas.. Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Câmbio pode ser majorada a qualquer tempo por ato do Poder Executivo, até o percentual de 25% (vinte e cinco por cento), relativamente a transações ocorridas após este eventual aumento.

##### **Imposto de Renda**

O Imposto de Renda aplicável aos Cotistas tomará por base: (i) a residência dos Cotistas (a) no Brasil ou (b) no exterior; e (ii) 3 (três) eventos financeiros que caracterizam o aferimento de rendimentos ou ganhos e a sua consequente tributação, quais sejam, (a) a cessão ou alienação de Cotas, (b) o resgate de Cotas, e (c) a amortização de Cotas.

##### **I. Cotistas Residentes no Brasil**

(i) Cessão ou Alienação de Cotas: Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Cotas devem ser tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 15% (quinze por cento). Adicionalmente, sobre as operações realizadas em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda à alíquota de 0,005% (cinco milésimos por cento).

(ii) Resgate das Cotas: No resgate/liquidação de Cotas, o rendimento será constituído pela diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das Cotas, sendo tributado pelo Imposto de Renda na fonte conforme a seguir descrito.

A carteira do Fundo será avaliada como de longo ou de curto prazo, em observância ao disposto na legislação pertinente. Não há garantia de que o Fundo receberá tratamento tributário de longo prazo.

Caso o Fundo seja classificado como de longo prazo, ou seja, cuja carteira de títulos tenha prazo médio superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, os rendimentos auferidos pelos Cotistas serão tributados pelo Imposto de Renda Retido na Fonte (“IRFonte”) (a) no último dia útil dos meses de maio e novembro de cada ano (“come-cotas”) à alíquota de 15% (quinze por cento); e (b) no resgate, às alíquotas complementares e decrescentes de: (i) 22,5% (vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento) para aplicações com prazo de até 180 (cento e oitenta) dias; (ii) 20% (vinte por cento) para aplicações com prazo de 181 (cento e oitenta e um) dias até 360 (trezentos e sessenta) dias; (iii) 17,5% (dezessete inteiros e cinco décimos por cento) para aplicações com prazo de 361 (trezentos e sessenta e um) dias até 720 (setecentos e vinte) dias; e (iv) 15% (quinze por cento) para aplicações com prazo superior a 720 (setecentos e vinte) dias.

Caso o Fundo seja classificado como de curto prazo, ou seja, cuja carteira de títulos tenha prazo médio igual ou inferior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, os rendimentos auferidos pelos Cotistas serão tributados pelo IRFonte (a) no último dia útil dos meses de maio e novembro de cada ano (“come-cotas”), à alíquota de 20% (vinte por cento); e (b) no resgate, às alíquotas complementares e decrescentes de (i) 22,50% (vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento), para aplicações com prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, ou (ii) 20% (vinte por cento), para aplicações com prazo acima de 180 (cento e oitenta) dias.

(iii) Amortização de Cotas: No caso de amortização de Cotas, o Imposto de Renda deverá incidir na fonte sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, em relação à parcela amortizada, à alíquota aplicável com base no prazo médio dos títulos componentes da Carteira, às alíquotas regressivas descritas na hipótese de resgate/liquidação das Cotas, definidas em função do prazo do investimento do Cotista respectivo.

## II. Cotistas Residentes no Exterior

Aos Cotistas Qualificados, é aplicável tratamento tributário específico determinado em função de residirem ou não em país ou jurisdição que não tribute a renda, ou que a tribute a alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento) (“Jurisdição de Baixa ou Nula Tributação”).

### II.a. Cotistas Qualificados Não Residentes em Jurisdição de Baixa ou Nula Tributação

(i) Cessão ou Alienação de Quotas: Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Cotas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota máxima de 15% (quinze por cento), a depender da forma como for conduzida a operação.

(ii) Resgate das Cotas: Na situação de resgate de Cotas, o rendimento será constituído pela diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das Cotas, sendo tributado pelo Imposto de Renda à alíquota de 15% (quinze por cento).

(iii) Amortização de Cotas: No caso de amortização de Cotas, o Imposto de Renda deverá incidir sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, em relação à parcela amortizada, proporcionalmente aos juros amortizados, à alíquota de 15% (quinze por cento) na modalidade fonte.

#### II.b. Cotistas Qualificados Residentes em Jurisdição de Baixa ou Nula Tributação

Os Cotistas Qualificados residentes em Jurisdição de Tributação Favorecida não se beneficiam do tratamento descrito no item II.a acima, sujeitando-se ao mesmo tratamento tributário quanto ao Imposto de Renda aplicável aos Cotistas residentes no Brasil, no que tange à tributação da amortização e resgate das Cotas.

Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Cotas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de (i) 15% (quinze por cento) em caso de negociação conduzida em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado; ou (ii) 25% (vinte e cinco por cento), em caso de negociação conduzida em outro ambiente, tal como em mercado de balcão não organizado. Adicionalmente, sobre as operações realizadas em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda, à alíquota de 0,005% (cinco milésimos por cento).

#### 4.23.2. Da Tributação Aplicável ao Fundo

Uma vez que o Fundo não tem personalidade jurídica, a legislação tributária geralmente isenta de tributação ou sujeita à alíquota zero as operações de sua carteira. Assim, ao contrário das pessoas jurídicas, o Fundo não está, em regra, sujeito ao pagamento de tributos.

#### IOF/Títulos

As operações realizadas pela carteira do Fundo estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0% (zero por cento), sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia, relativamente a transações ocorridas após este eventual aumento.

#### Imposto de Renda

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da carteira do Fundo são isentos do Imposto de Renda.

#### 4.24. Atendimento aos Cotistas

Para solicitar informações adicionais sobre o Fundo, obter cópias do Regulamento e/ou deste Prospecto, bem como para fazer reclamações e/ou sugestões, os Cotistas poderão entrar em contato com a Instituição Administradora no seguinte endereço:

***Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.***

Avenida das Américas, n.º 500, bloco 13, sala 205  
Rio de Janeiro, RJ, CEP 22640-100  
Tel.: (21) 3514-0000  
Fax.: (21) 3514-0099  
Correio Eletrônico: fundos@oliveiratrust.com.br  
Website: www.oliveiratrust.com.br

#### **4.25. Informações Financeiras e Histórico do Fundo**

##### ***Histórico***

Desde o início de suas operações até o dia 29 de abril de 2011, o Fundo vem atingindo as metas de rendimento prioritário e apresentando crescimento do seu patrimônio líquido.

Dentro os indicadores que atestam este desempenho, destacam-se:

- Patrimônio Líquido: O Patrimônio Líquido do Fundo alcançou R\$ 112.730.339,79 em 29 de abril de 2011.
- Relação Mínima: A relação mínima manteve-se nos patamares estabelecidos no Regulamento do Fundo. Em 29 de abril de 2011 a Relação Mínima correspondia a 135,68%.

##### ***Desempenho da Carteira do Fundo***

A tabela abaixo apresenta a evolução da rentabilidade da Carteira do Fundo, nos períodos indicados:

<b>Data</b>	<b>Senior</b>	<b>Subordinada</b>
	<b>Rentabilidade</b>	<b>Rentabilidade</b>
30/10/2009	0,12%	-4,85%
30/11/2009	0,79%	-1,92%
31/12/2009	0,87%	5,36%
29/1/2010	0,79%	3,68%
26/2/2010	0,71%	20,42%
31/3/2010	0,91%	-4,46%
30/4/2010	0,79%	1,48%
31/5/2010	0,90%	3,75%
30/6/2010	0,95%	5,13%
30/7/2010	1,03%	7,40%
31/8/2010	1,06%	0,44%
30/9/2010	1,01%	3,05%
29/10/2010	0,97%	2,37%
30/11/2010	0,97%	2,95%
31/12/2010	1,11%	1,21%
31/1/2011	1,03%	2,17%
28/2/2011	1,01%	1,49%
31/3/2011	1,10%	2,45%
29/4/2011	1,01%	2,71%



## **5. DIREITOS CREDITÓRIOS**

---

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)



## **DIREITOS CREDITÓRIOS**

### **5.1. Direitos Creditórios**

Caracterizam-se como passíveis de cessão ao Fundo os Direitos Creditórios de titularidade dos Cedentes, originados pelos Originadores, decorrentes de operações nos segmentos comercial, industrial, financeiro, petrolífero, imobiliário, de serviços e/ou do agronegócio, que consistam em (i) vendas a prazo de bens, (ii) operações comerciais, (iii) operações de crédito, (iv) locação de imóveis, bens de capital e/ou equipamentos, e/ou (v) prestação de serviços, que tenham sido efetivamente entregues ou prestados pelos Originadores aos seus respectivos Sacados.

Os Cedentes dos Direitos Creditórios Adquiridos respondem solidariamente pela solvência dos Sacados, nos termos do art. 275 e seguintes do Código Civil Brasileiro, sendo obrigados a efetuar o pagamento dos Direitos Creditórios Inadimplidos em até 4 (quatro) Dias Úteis a contar da data de vencimento do respectivo Direito Creditório Inadimplido, pelo valor exigível do respectivo Sacado inadimplente, inclusive os encargos moratórios contratados no respectivo Direito Creditório Adquirido, incidentes a partir da data de seu vencimento. Adicionalmente, o Gestor, a seu exclusivo critério, no melhor interesse do Fundo, poderá exigir dos Cedentes a constituição de garantias reais ou pessoais para a cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo.

### **5.2. Características dos Direitos Creditórios**

A carteira de Direitos Creditórios do Fundo corresponde a 1.354 (mil trezentos e cinquenta e quatro) Termos de Cessão, com valor médio de R\$ 399.164,03 (trezentos e noventa e nove mil, cento e sessenta e quatro reais e três centavos) por contrato.

A taxa média de juros é de 40,50% (2,87% a.m.), pelo método de juros compostos, apurada com base no histórico da carteira do Fundo.

O prazo médio inicial de amortização é de 15 (quinze) dias, com fluxo de vencimento programado até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Informações adicionais sobre os Direitos Creditórios Adquiridos serão disponibilizadas aos Cotistas e ao público em geral por meio dos relatórios relativos ao Fundo a serem elaborados e divulgados pela Instituição Administradora nos termos da Instrução CVM n.º 356/01, bem como por meio da disponibilização de seções atualizadas deste Prospecto na página na rede mundial de computadores da Instituição Administradora.

### **5.3. Características Homogêneas e Níveis de Concentração dos Sacados dos Direitos Creditórios**

Nos termos da política de investimento do Fundo estabelecida no Regulamento e descrita neste Prospecto nos itens 4.3. e 4.4., bem como nesta seção 5, o Fundo realizará seus investimentos nos Direitos Creditórios, os quais são direitos creditórios de diversas naturezas.

Além disso, os Direitos Creditórios podem ser originados por uma grande diversidade de Originadores, bem como cedidos por uma grande diversidade de Cedentes, sendo que os Originadores e Cedentes podem ser pessoas físicas ou jurídicas atuantes em diversos segmentos, quais sejam, segmentos comercial, industrial, financeiro, petrolífero, imobiliário, de serviços e/ou do agronegócio, nos termos do Regulamento e desse Prospecto.

O Fundo não estabelece como requisito qualquer característica aplicável aos Sacados, além destes serem clientes dos Originadores e terem sido submetidos às respectivas políticas de cadastro e concessão de créditos dos Originadores, a qual deverá abranger, no mínimo, os procedimentos descritos no item 5.3 abaixo.

Dessa forma, os Sacados, assim entendidos como os devedores dos Direitos Creditórios, podem ser de uma grande diversidade de perfis e não possuir qualquer característica homogênea entre si.

A tabela abaixo descreve os níveis de concentração dos Direitos Creditórios Adquiridos, por Cedente e por Sacado, em relação ao valor total dos Direitos Creditórios Elegíveis que compõem a carteira do Fundo / do Patrimônio Líquido do Fundo na data de 29 de abril de 2009.

SACADO		CEDENTE	
RANKING	% SOBRE O PL	RANKING	% SOBRE PL
1	25,01%	1	6,39%
2	4,96%	2	5,71%
3	2,87%	3	3,67%
4	2,66%	4	3,53%
5	2,28%	5	3,27%
6	2,16%	6	3,23%
7	2,09%	7	2,87%
8	1,83%	8	2,70%
9	1,77%	9	2,66%
10	1,71%	10	2,55%

O único Sacado responsável pela liquidação de mais de 10% dos Direitos Creditórios Adquiridos é a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás (“Petrobrás”), companhia aberta, cujas Demonstrações Financeiras estão disponíveis em sua página da rede mundial de computadores ([www.petrobras.com.br](http://www.petrobras.com.br)), bem como na página da rede mundial de computadores da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)).

Sem prejuízo do disposto acima, cabe destacar que, de acordo com as Condições de Cessão estabelecidas no Regulamento e descritas neste Prospecto, (i) o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios Adquiridos devidos por Sacados de um mesmo Grupo Econômico não poderá exceder o percentual de 3% (três por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo na respectiva Data de Aquisição; (ii) o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios Adquiridos representados por CCBs devidos por Sacados de um mesmo Grupo Econômico poderá representar até o limite de 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo na respectiva Data de Aquisição,

observadas as condições descritas no Regulamento e neste Prospecto; e (iii) o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios Adquiridos devidos por Sacados de um mesmo Grupo Econômico poderá representar até o limite de 35% (trinta e cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo na respectiva Data de Aquisição, observadas as condições descritas no Regulamento e neste Prospecto.

### **5.3. Política de Cadastro e Concessão de Crédito**

O Fundo apenas adquirirá Direitos Creditórios Elegíveis originados por Originadores que adotem políticas de concessão de crédito aos Sacados, as quais deverão contemplar, no mínimo, a análise das seguintes informações:

I. *Administração e Controle* - Análise da administração e da estrutura de controle, incluindo a experiência dos sócios/administradores do Sacado.

II. *Informações Cadastrais* - Análise do cadastro do Sacado contemplando: (i) pontualidade nos pagamentos, (ii) existência de restrições cadastrais relevantes (por meio dos sistemas Equifax e/ou Serasa), (iii) tradição da empresa no mercado, (iv) porte da empresa, e (v) pesquisa de mercado (liquidez externa).

III. *Produção/Produtos* - Análise (i) da capacidade instalada de produção e da capacidade de produção utilizada, (ii) qualidade do produto e/ou serviço, (iii) tecnologia utilizada, (iv) porte dos clientes do Sacado, (v) prazo médio de pagamento, (vi) prazo médio de recebimento, e (vii) demais fornecedores do Sacado.

IV. *Estrutura Operacional* - Análise da quantidade de funcionários e instalações.

V. *Análise Econômico-financeira* - Análise dos 3 últimos balanços publicados pelo Sacado e balancete recente, histórico de faturamento, endividamento bancário.

VI. *Análise Setorial* - Análise geral da situação do setor em que atua o Sacado.

### **5.4. Procedimentos de Cobrança dos Direitos Creditórios e dos Direitos Creditórios Inadimplidos**

Os Direitos Creditórios Adquiridos são cobrados, ordinariamente, por meio de boletos bancários emitidos por instituições financeiras sediadas no país, devidamente autorizadas a funcionar pelo Bacen, selecionadas pelo Gestor, devendo tais pagamentos ser direcionados para contas correntes de titularidade do Fundo.

A cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos é realizada pelo Gestor, nos termos do Contrato de Cobrança, em observância aos Procedimentos de Cobrança descritos abaixo:

1. No 1º (primeiro) Dia Útil seguinte ao inadimplemento de qualquer Direito Creditório Adquirido, o Gestor e a Instituição Administradora são informados do fato, pelo Custodiante, por meio eletrônico.

2. Recebida a comunicação mencionada acima, o Gestor (i) realizará contato telefônico com o respectivo Sacado, visando identificar os motivos do inadimplemento dos Direitos Creditórios Adquiridos e solicitando o imediato pagamento destes, inclusive acompanhado dos encargos moratórios contratados, e (ii) notificará o respectivo Cedente, informando-o sobre o inadimplemento dos Direitos Creditórios Adquiridos e solicitando o pagamento dos Direitos Creditórios Inadimplidos em até 4 (quatro) Dias Úteis a contar da data de vencimento dos

respectivos Direitos Creditórios Inadimplidos, caso o Sacado não se disponha a realizar o pagamento dos Direitos Creditórios Inadimplidos dentro deste prazo.

3. Na hipótese dos Direitos Creditórios Inadimplidos não serem pagos pelo respectivo Sacado ou pelo respectivo Cedente dentro de 4 (quatro) Dias Úteis, o Gestor deverá, no 5º (quinto) Dia Útil após o vencimento de cada Direito Creditório Inadimplido, (i) nos casos de Direitos Creditórios Inadimplidos que sejam representados por títulos de crédito, encaminhar os respectivos títulos para cartório a fim de protestar os respectivos Sacados, e (ii) no caso dos demais Direitos Creditórios Inadimplidos, (a) iniciar os procedimentos de excussão das garantias eventualmente vinculadas aos respectivos Direitos Creditórios Inadimplidos ou (b) consultar a Instituição Administradora sobre a adequação (custo versus benefício) de propositura de procedimento de cobrança extrajudicial e/ou judicial dos Direitos Creditórios Inadimplidos.

3.1. Caso os títulos de crédito que representam os Direitos Creditórios Inadimplidos venham a ser protestados, sem que o respectivo Sacado e/ou Cedente realize o pagamento devido, o Gestor deverá, no dia subsequente ao protesto (i) iniciar os procedimentos de excussão das garantias eventualmente vinculadas aos respectivos Direitos Creditórios Inadimplidos ou (ii) consultar a Instituição Administradora sobre a adequação (custo versus benefício) de propositura de procedimento de cobrança extrajudicial e/ou judicial dos Direitos Creditórios Inadimplidos.

3.2. Nas hipóteses dos itens 3 (ii) “b” e 3.1 (ii) acima, caso o Gestor e a Instituição Administradora decidam pela adequação da propositura de procedimentos extrajudiciais e/ou judiciais, o Gestor deverá imediatamente iniciar ou fazer com que se iniciem os referidos procedimentos extrajudiciais e/ou judiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos.

4. Os custos incorridos com os Procedimentos de Cobrança aqui descritos são de responsabilidade do Fundo. Na hipótese de cobrança judicial dos Direitos Creditórios Inadimplidos, a Instituição Administradora deverá, caso necessário, iniciar os procedimentos descritos na Cláusula Vinte e Um do Regulamento.

5. Nenhuma medida judicial será iniciada ou mantida pela Instituição Administradora e/ou pelo Gestor antes do recebimento integral dos valores necessários à sua propositura e/ou manutenção e da assunção pelos titulares das Cotas Seniores do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser eventualmente condenado.

6. A Instituição Administradora, o Gestor, o Custodiante, seus administradores, empregados e demais prepostos não são responsáveis por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e pelos titulares das Cotas Seniores em decorrência da não propositura ou prosseguimento de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos, garantias e prerrogativas, no caso dos referidos Cotistas não aportarem os recursos suficientes para tanto, na forma descrita no Regulamento.

7. Caso 100% (cem por cento) do valor de face do Direito Creditório Adquirido deixe de ser pago, ou caso o Sacado pague valor inferior ao valor de face do respectivo Direito Creditório Adquirido após o vencimento, tais circunstâncias são consideradas mero inadimplemento do Sacado, ficando o Cedente responsável pelo pagamento do montante não pago pelo Sacado, nos termos do Regulamento.

8. Os direitos do Fundo contra o Sacado e o Cedente podem ser exercidos simultaneamente contra todos ou contra cada parte, independentemente da ordem.

## **5.5. Cessão, Alienação e Permuta dos Direitos Creditórios Adquiridos**

O Gestor, a seu exclusivo critério poderá, no melhor interesse do Fundo, ceder ou alienar os Direitos Creditórios Adquiridos e os Direitos Creditórios Inadimplidos integrantes da carteira do Fundo, bem como permutar os Direitos Creditórios Adquiridos e os Direitos Creditórios Inadimplidos integrantes da carteira do Fundo por outros Direitos Creditórios Elegíveis.

## 5.6. Informações Estatísticas sobre os Direitos Creditórios

A tabela abaixo contém dados estatísticos referentes aos inadimplimentos e perdas da carteira de Direitos Creditórios Elegíveis, nos últimos 20 (vinte) meses e sua performance de pagamento. No período analisado, a inadimplência média da carteira foi de 9,86%.

<b>Mês</b>	<b>Valor R\$ - PL</b>	<b>Inadimplência %</b>	<b>Variação Mensal %</b>
<b>OUT/2009</b>	<b>4.207.187,40</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>NOV/2009</b>	<b>17.895.294,41</b>	<b>9,01</b>	<b>9,01</b>
<b>DEZ/2009</b>	<b>34.225.245,57</b>	<b>11,17</b>	<b>2,16</b>
<b>JAN/2010</b>	<b>36.106.715,07</b>	<b>7,36</b>	<b>-3,80</b>
<b>FEV/2010</b>	<b>42.189.190,96</b>	<b>15,70</b>	<b>8,34</b>
<b>MAR/2010</b>	<b>40.045.352,42</b>	<b>9,69</b>	<b>-6,01</b>
<b>ABR/2010</b>	<b>46.595.116,50</b>	<b>8,95</b>	<b>-0,74</b>
<b>MAIO/2010</b>	<b>52.368.884,57</b>	<b>11,48</b>	<b>2,54</b>
<b>JUN/2010</b>	<b>62.940.435,82</b>	<b>8,61</b>	<b>-2,88</b>
<b>JUL/2010</b>	<b>67.253.919,23</b>	<b>10,07</b>	<b>1,47</b>
<b>AGO/2010</b>	<b>70.480.931,46</b>	<b>14,69</b>	<b>4,62</b>
<b>SET/2010</b>	<b>67.238.008,35</b>	<b>6,49</b>	<b>-8,21</b>
<b>OUT/2010</b>	<b>72.625.790,23</b>	<b>7,37</b>	<b>0,88</b>
<b>NOV/2010</b>	<b>77.751.411,39</b>	<b>11,87</b>	<b>4,49</b>
<b>DEZ/2010</b>	<b>82.119.915,25</b>	<b>4,06</b>	<b>-7,80</b>
<b>JAN/2011</b>	<b>83.151.718,56</b>	<b>10,37</b>	<b>6,31</b>
<b>FEV/2011</b>	<b>85.084.275,37</b>	<b>7,46</b>	<b>-2,91</b>
<b>MAR/2011</b>	<b>84.362.943,25</b>	<b>7,73</b>	<b>0,28</b>
<b>ABR/2011</b>	<b>112.730.339,79</b>	<b>10,46</b>	<b>2,73</b>

As perdas e provisões relacionadas aos Direitos Creditórios Adquiridos vencidos e não pagos são suportados única e exclusivamente pelo Fundo e serão reconhecidas no resultado do período, conforme as regras e procedimentos definidos na Resolução do CMN 2.682, de acordo com os percentuais a seguir indicados (“Percentual de Provisão”), em cada dia útil:

<b>Faixa</b>	<b>Período de Atraso</b>	<b>Percentual de Provisão sobre o Valor dos Direitos Creditórios Adquiridos.</b>

A	Atraso entre 0 e 14 dias	0,5%
B	Atraso entre 15 e 30 dias	1%
C	Atraso entre 31 e 60 dias	3%
D	Atraso entre 61 e 90 dias	10%
E	Atraso entre 91 e 120 dias	30%
F	Atraso entre 121 e 150 dias	50%
G	Atraso entre 151 e 180 dias	70%
H	Atraso superior a 180 dias	100%

O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas e provisões passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão de tais perdas e provisões, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada aos seus respectivos valores, acrescidos dos rendimentos auferidos.

A provisão para devedores duvidosos atingirá os demais Direitos Creditórios do mesmo devedor inadimplente, ou seja, será estabelecido um valor adicional de provisão, mesmo que ainda não conhecidas por se referirem a Direitos Creditórios a vencer, mas comuns ao mesmo devedor, ocorrendo, assim, o chamado “efeito vagão”.

Ademais, cumpre ressaltar que, nos termos da Resolução 2.682, do BACEN, o atraso superior a 180 dias é considerado como perda.

Quanto aos pré-pagamentos ocorridos e o seu impacto sobre o Fundo, conclui-se que, tal relevância e impacto são insignificantes, tendo em vista o prazo médio dos Direitos Creditórios ser inferior a 70 (setenta) dias, o que acarretaria que eventual antecipação da totalidade dos Direitos Creditórios pelos respectivos Sacados, em sua totalidade, geraria uma perda total ao Fundo de até 0,87% sobre o valor do Patrimônio Líquido, bastante inferior ao montante de Cotas Subordinadas do Fundo.

## **5.7. Informações sobre os Direitos Creditórios Adquiridos**

Pela aquisição dos Direitos Creditórios, o Fundo efetua o pagamento às Cedentes, na Data de Aquisição, do valor de face dos Direitos Creditórios, descontada a Taxa de Cessão pré-fixada pelo Gestor, nos termos do respectivo Contrato de Promessa de Cessão e/ou Termo de Cessão.

Até a data de 29 de abril de 2009, a média da Taxa de Cessão praticada pelo Fundo foi de 42,29%.

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

## **6. OPERAÇÕES DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS AO FUNDO**

---



(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

## OPERAÇÕES DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS AO FUNDO

### 6.1. Características Gerais

A cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo deverá ocorrer de acordo com os termos e condições previstos nos respectivos Contrato de Promessa de Cessão e Termos de Cessão.

A cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo será irrevogável e irretroatável, com a transferência, para o Fundo, em caráter definitivo, da plena titularidade dos respectivos Direitos Creditórios Adquiridos, juntamente com todos os direitos (inclusive direitos reais de garantia), privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionadas, bem como reajustes monetários, juros e encargos.

Para que possam ser adquiridos para a carteira do Fundo, os Direitos Creditórios alvo de aquisição pelo Fundo devem atender na Data de Aquisição, às Condições de Cessão e aos Critérios de Elegibilidade definidos no Regulamento, os quais encontram-se descritos nesta seção do Prospecto.

Na hipótese do Direito Creditório Adquirido perder qualquer Condição de Cessão ou Critério de Elegibilidade após sua aquisição pelo Fundo, não haverá direito de regresso contra a Instituição Administradora, o Gestor, ou o Custodiante, salvo na existência de má-fé, dolo ou culpa grave.

### 6.2. Critérios de Elegibilidade

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo devem obedecer, cumulativamente, os seguintes Critérios de Elegibilidade que serão validados exclusivamente pelo Custodiante nas respectivas Datas de Aquisição:

I – os Direitos Creditórios não poderão ser oriundos de Sacados devedores de Direitos Creditórios Adquiridos, que estejam inadimplentes para com o Fundo por prazo superior a 30 (trinta) dias;

II – ressalvadas as hipóteses previstas nas Condições de Cessão estabelecidas nos incisos XI e XII do item 6.3. abaixo e sem prejuízo da Condição de Cessão estabelecida no inciso IX do item 6.3. abaixo, a qual será validada exclusivamente pelo Gestor, considerada, *pro forma*, a aquisição pretendida, o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios Adquiridos devidos por um único Sacado não poderá exceder o percentual de 3% (três por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo na respectiva Data de Aquisição;

III – os Direitos Creditórios deverão possuir prazo mínimo de vencimento de 15 (quinze) dias, e máximo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias; e

IV – sem prejuízo da Condição de Cessão estabelecida no inciso X do item 6.3 abaixo, a qual será validada exclusivamente pelo Gestor, o total de Direitos Creditórios Adquiridos cedidos ao Fundo por um único Cedente não poderá representar, após decorrido o prazo de 90 (noventa) dias previsto no item 4.4. acima, percentual superior a 8% (oito por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo.

Será responsabilidade do Gestor informar ao Custodiante em cada Data de Aquisição os Direitos Creditórios que se enquadrem nas hipóteses previstas nas Condições de Cessão estabelecidas nos incisos XI e XII do item 6.3. abaixo,

de modo a permitir ao Custodiante validar o atendimento dos Direitos Creditórios alvo de aquisição pelo Fundo ao Critério de Elegibilidade previsto no inciso III acima.

### **6.3. Condições da Cessão**

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo devem atender cumulativamente às seguintes Condições de Cessão que serão validadas exclusivamente pelo Gestor:

I – os Direitos Creditórios devem decorrer de (i) vendas a prazo de bens, (ii) operações comerciais, (iii) operações de crédito, (iv) locação de imóveis, bens de capital e/ou equipamentos, e/ou (v) prestação de serviços, que tenham sido efetivamente entregues ou prestados pelos Originadores aos seus respectivos Sacados;

II – os Direitos Creditórios devem decorrer de Cedentes que sejam pessoas físicas, pessoas jurídicas ou fundos de investimento, observado que (i) os Cedentes poderão ser, inclusive, (a) os próprios Originadores, (b) pessoas jurídicas controladas, sob controle comum ou coligadas ao Gestor, ou, ainda, (c) fundos de investimento geridos pelo Gestor, e (ii) os Cedentes que sejam pessoas físicas apenas poderão ceder ao Fundo Direitos Creditórios Elegíveis do agronegócio;

III – os Sacados não deverão estar em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, insolvência ou procedimento similar, conforme verificação a ser realizada pelo Gestor;

IV – os Direitos Creditórios devem ser previamente avaliados e aprovados pelo Gestor;

V – os Direitos Creditórios devem estar amparados pelos respectivos Documentos Representativos de Crédito;

VI – os Direitos Creditórios devem ter sido originados pelo Originador observando-se a política geral de concessão de créditos descrita no Anexo I;

VII – considerada, *pro forma*, a aquisição pretendida, o prazo médio de vencimento dos Direitos Creditórios Adquiridos a vencer, não poderá ser superior a 70 (setenta) dias;

VIII – o somatório do valor de todos os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo pelos 05 (cinco) maiores Cedentes, em conjunto, considerados dentro do Grupo Econômico a que pertençam, não poderá representar, após decorrido o prazo de 90 (noventa) dias previsto no item 4.4. acima, percentual superior a 30% (trinta por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;

IX – ressalvadas as hipóteses dos incisos XI e XII abaixo, considerada, *pro forma*, a aquisição pretendida, o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios Adquiridos devidos por Sacados de um mesmo Grupo Econômico não poderá exceder o percentual de 3% (três por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo na respectiva Data de Aquisição;

X – o total de Direitos Creditórios Adquiridos cedidos ao Fundo por Cedentes de um mesmo Grupo Econômico não poderá representar, após decorrido o prazo de 90 (noventa) dias previsto no item 4.4. acima, percentual superior a 8% (oito por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;

XI – considerada, *pro forma*, a aquisição pretendida, o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios

Adquiridos representados por CCBs devidos por Sacados de um mesmo Grupo Econômico poderá representar até o limite de 10% (dez por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo na respectiva Data de Aquisição; desde que:

a) para as CCBs cujo prazo de liquidação seja superior a 90 (noventa) dias e o valor de face seja igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), deverão possuir classificação de risco atribuída pela Agência Classificadora de Risco, em escala nacional, igual ou superior a “A” (A simples); e

b) para as CCBs cujo prazo de liquidação seja superior a 90 (noventa) dias e o valor de face seja igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), deverão possuir classificação de risco atribuída pela Agência Classificadora de Risco, em escala nacional, igual ou superior a “AA-” (duplo A menos).

XII – considerada, *pro forma*, a aquisição pretendida, o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios Adquiridos devidos por Sacados de um mesmo Grupo Econômico poderá representar até o limite de 35% (trinta e cinco por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo na respectiva Data de Aquisição; desde que:

a) o Sacado possua registro de companhia aberta; e

b) o Sacado possua classificação de risco, em escala nacional, igual ou superior a AA- (duplo A menos), ou equivalente, com qualquer agência classificadora de risco atuante no país.

É responsabilidade do Gestor obter periodicamente os relatórios de classificação de risco citados nas alíneas “a” e “b” da Condição de Cessão descrita no inciso XI acima e na alínea “b” da Condição de Cessão descrita no inciso XII acima.

#### **6.4. Procedimentos Aplicáveis às Operações de Cessão de Direitos Creditórios ao Fundo**

A cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo observará os seguintes procedimentos:

(i) O Cedente enviará ao Gestor, por meio eletrônico, o arquivo eletrônico contendo as informações relativas aos Direitos Creditórios que está disposto a ceder ao Fundo naquela data, o que caracterizará a oferta de cessão dos Direitos Creditórios pelo Cedente ao Fundo;

(ii) O Gestor enviará ao Custodiante arquivo eletrônico (Arquivo de Remessa) informando os Direitos Creditórios selecionados para serem cedidos ao Fundo, declarando, por tal ato, que tais Direitos Creditórios atendem às Condições de Cessão e informando, ainda, qual o valor e a Taxa de Cessão de cada Direito Creditório;

(iii) Após o recebimento do arquivo do Gestor, o Custodiante deverá verificar quais dos Direitos Creditórios oferecidos pelo Cedente atendem aos Critérios de Elegibilidade. Após a conclusão deste procedimento, o Custodiante colocará à disposição do Gestor, por meio eletrônico, (A) arquivo retorno contendo a relação dos respectivos Direitos Creditórios que atendam aos Critérios de Elegibilidade; e (B) arquivo retorno contendo a relação dos Direitos Creditórios que não atendam a qualquer dos Critérios de Elegibilidade;

(iv) O Gestor relacionará dentre os Direitos Creditórios validados pelo Custodiante, os Direitos Creditórios objeto de cessão no Termo de Cessão a ser celebrado junto ao Cedente;

(v) O Gestor enviará ao Custodiante, via fac-símile, arquivo eletrônico “PDF” ou outro meio de comunicação

válido, na respectiva Data de Aquisição, uma cópia assinada do Termo de Cessão celebrado, para que seja realizado o pagamento relativo à cessão dos Direitos Creditórios ao respectivo Cedente; e

(vi) O Gestor enviará notificação aos respectivos Sacados informando sobre a cessão ao Fundo dos Direitos Creditórios Adquiridos e indicando o número da conta-corrente de titularidade do Fundo em que deverão ser feitos os pagamentos de tais Direitos Creditórios Adquiridos.

#### **6.5. Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis**

Pela aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, o Fundo pagará ao respectivo Cedente o preço de aquisição pactuado, o qual deverá ser estabelecido pelo Gestor em observância à Taxa Mínima de Cessão.

O Cedente receberá o valor referente ao preço de aquisição dos Direitos Creditórios Adquiridos na Data de Aquisição, após o recebimento de cópia do Termo de Cessão pelo Custodiante.

## **7. SUMÁRIO DOS CONTRATOS DO FUNDO**

---

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

## SUMÁRIO DOS CONTRATOS DO FUNDO

### 7.1. Contrato de Cobrança

Por meio do “Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança”, celebrado entre a Instituição Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Gestor, com a interveniência e anuência do Custodiante na Data de Início, o Gestor foi contratado para a prestação dos serviços de cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos. Os Procedimentos de Cobrança adotados pelo Gestor estão discriminados no item 5.4 deste Prospecto, bem como no Regulamento do Fundo.

### 7.2. Contrato de Custódia

Por meio do “Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Custódia, Controladoria e Escrituração de Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, Termo e Condições de Uso de Sistema Operacional e Outras Avenças”, celebrado entre a Instituição Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Custodiante, com a interveniência e anuência do Gestor, na Data de Início, o Custodiante foi contratado para a prestação dos serviços de escrituração das Cotas, custódia e controladoria dos Direitos Creditórios e demais Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo.

Conforme indicado neste Prospecto e no Regulamento do Fundo e nos termos do artigo 38, parágrafos 1º, 2º e 3º, da Instrução CVM nº 356/01, o Custodiante está eximido da responsabilidade de verificação do lastro dos Direitos Creditórios por amostragem, tendo em vista (i) a significativa quantidade de Direitos Creditórios Elegíveis cedidos e expressiva diversificação de Sacados, e (ii) que o reduzido valor médio dos Direitos Creditórios Elegíveis não justifica a referida verificação por amostragem.

### 7.3. Contrato de Depósito

Por meio do “Contrato de Prestação de Serviços de Depósito” celebrado entre a Instituição Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Gestor, com a interveniência e anuência do Custodiante até a Data de Início, o Gestor será contratado para realizar a custódia física, guarda, conservação e manutenção dos Documentos Representativos de Crédito referente aos Direitos Creditórios Adquiridos.

### 7.4. Contrato de Gestão

Por meio do “Contrato de Prestação de Serviços de Gestão da Carteira do Fundo”, celebrado entre a Instituição Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Gestor até a Data de Início, o Gestor será contratado para a prestação dos serviços de gestão da carteira do Fundo, indicados no item 4.14 deste Prospecto, tendo poderes para, inclusive, iniciar ou fazer com que se iniciem, quando for o caso, quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários (a) à cobrança dos Direitos Creditórios Adquiridos e Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, na hipótese de atraso; (b) à excussão de quaisquer garantias eventualmente prestadas; e (c) à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas dos Cotistas do Fundo.



## **7.5. Contrato de Promessa de Cessão**

Por meio de cada Contrato de Promessa de Cessão e Termo de Cessão a ser firmado entre cada Cedente e a Instituição Administradora, por conta e ordem do Fundo, com a interveniência e anuência do Gestor, serão formalizadas as cessões ao Fundo de Direitos Creditórios Elegíveis, de titularidade dos respectivos Cedentes.

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

## **8. RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO E A OFERTA**

---

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

## **RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO E A OFERTA**

### **8.1. Informações sobre as Partes**

*As informações referentes à Instituição Administradora, ao Gestor, ao Custodiante e aos seus respectivos mercados de atuação contidos neste Prospecto foram preparadas por cada uma dessas instituições e são de sua inteira e exclusiva responsabilidade.*

#### *8.1.1. A Instituição Administradora*

##### ***Histórico***

Em maio de 1991, a Oliveira Trust DTVM S.A. foi adquirida pelos atuais controladores, com objetivo específico de dar continuidade aos 22 anos de trabalho dedicados ao mercado de capitais, em especial ao mercado primário e secundário de valores mobiliários.

A evolução da empresa levou à prestação de outros serviços ligados a esta atividade, destacando-se o de agente fiduciário, *trustee* em operações estruturadas de securitização de recebíveis, administrador de fundos de investimento e consultor na estruturação e reestruturação de emissões de debêntures.

##### ***Administração***

A empresa é administrada diretamente por seus sócios controladores, quais sejam: Mauro Sergio de Oliveira, Cesar Reinaldo Leal Pinto, José Alexandre Costa de Freitas e Alexandre Lodi de Oliveira, os quais fazem parte da equipe permanente de mais de 100 (cem) profissionais, dedicados às atividades de agente fiduciário, *trustee* em operações de securitização de recebíveis e administrador de fundos de investimento em condomínio aberto ou fechado, notadamente fundos imobiliários e fundos de investimento em direitos creditórios.

Há 13 anos a Instituição Administradora submete-se ao processo de classificação de risco realizado pela SR RATING, tendo sido mantida em maio de 2010 a nota de longo prazo brAA.

##### ***Administração de Fundos de Investimento***

A Instituição Administradora tem experiência de mais de 13 anos na administração de fundos de investimento.

A atuação da Instituição Administradora, na qualidade de administradora de fundos de investimento em direitos creditórios, é marcada pela gestão dos recursos de maneira vinculada às regras instituídas nos respectivos regulamentos e demais contratos do fundo, sem discricionariedade.

Enquanto administrador de fundos de investimento em direitos creditórios, a Instituição Administradora disponibiliza aos cedentes de direitos creditórios e aos Cotistas dos respectivos fundos informações diárias sobre a composição de ativo e passivo dos fundos. Para tanto, são disponibilizadas aos cedentes dos direitos creditórios e aos respectivos Cotistas que participam diretamente do fundo senhas de acesso às informações e composições diárias da carteira dos fundos administrados.

Atualmente a Oliveira Trust administra Fundos de Investimento em Direitos Creditórios de patrimônio aproximado de R\$ 3 bilhões.

#### *8.1.2. O Gestor*

O Trendbank S.A. Banco de Fomento, com sede na cidade de São Paulo – SP, é uma empresa de fomento mercantil com ativos totais de R\$ 243.645.337,00 mil e Patrimônio Líquido de R\$73.045.993,00

O Trendbank Fomento foi constituído sob a forma de sociedade anônima, sendo controlado em 99,56% pela Brasco Holding- Inc. (Brasco Holding). A Brasco Holding, assim como o Trendbank, Fomento é presidida pelo Sr. Adolpho Julio da Silva Mello Neto, que além de principal executivo, é o responsável pela política que norteia a empresa, bem como representante do acionista majoritário nas AGOS/AGES do Trendbank Fomento. O Sr. Adolpho detém o controle acionário do Trendbank Ltd. (Trend Bank), banco de investimentos estrangeiros, que está representado no Brasil pela Trendbank Investimentos, Participações e Representações Ltda., instituição devidamente autorizada pelo Banco Central do Brasil e atuar no País.

#### ***Breve Histórico***

O Trendbank Fomento tem histórico de atuação relativamente curto. Foi constituído em 2002, tendo como objeto social: I) efetuar negócios de fomento mercantil (factoring), que consistem na: a) prestação de serviços, caráter contínuo, de alavancagem mercadológica ou de acompanhamento das contas a receber e a pagar ou de seleção e avaliação dos sacados (devedores) ou dos fornecedores das empresas-clientes contratantes; b) conjugadamente, na compra, à vista, total ou parcial, de direitos resultantes de vendas mercantis e/ou de prestação de serviços realizados a prazo por suas empresas-clientes contratantes; e c) na realização de negócios de *factoring* no comércio internacional de exportação e importação; II) prestar serviços de assessoria empresarial e de gestão; III) participar como sócia ou acionista de outras sociedades; e IV) exercer a atividade de administração de carteira de títulos e valores mobiliários.

Atualmente, o foco da empresa está na prestação de soluções financeiras para empresas dos setores industrial e de prestação de serviços, especialmente daquelas localizadas na Região Sudeste. Os principais serviços e produtos de créditos direcionados para estas empresas são: i) transação de recebíveis: aquisição de ativos creditórios de empresas resultantes de suas vendas mercantis a prazo ou prestação de serviços já realizados, como cheques e duplicatas; ii) compra de matéria-prima: aquisição de um contrato de compra e venda entre uma empresa cliente e seu sacado, providenciando, assim, o adiantamento do capital para a compra de matéria-prima por parte da cliente; iii) cobrança e assessoria financeira: assessoria na implementação do fluxo de caixa e no planejamento financeiro da empresa.

#### ***Administração***

O Trendbank Fomento possui uma estrutura administrativa adequada ao seu porte. A alta administração da instituição está dividida entre os seus principais executivos (diretores estatutários): o Sr. Adolpho Julio da Silva Mello Neto (Presidente), o Sr. Nelson Chemin (Vice-Presidente), o Sr. Cesário Ramalho da Silva Filho (Diretor-Superintendente), o Sr. Luiz Carlos de Matos (Diretor Comercial) e o Sr. Gilson Edueta (Diretor Administrativo) e um Diretor Comercial não estatutário, Sr. Nelson Almoualem.

Estes executivos possuem experiência considerável no mercado financeiro, destacando-se o seu Presidente, cujo currículo inclui a atuação em diversas empresas financeiras e bolsas de mercadorias e futuros (negociação de *commodities agrícolas*), entre as quais: New York Cotton Exchange (Nova Iorque), Refco International Futures Brazil e Shearson American Express (Nova Iorque). O modelo de gestão da Trendbank Fomento, de modo positivo, de gestão do Trendbank Fomento, de modo positivo, contempla um Comitê de Diretoria, formado pelos seus principais executivos. Este Comitê é o órgão soberano nas decisões da instituição, prevendo sempre a decisão consensual (não existem alçadas individuais).

A atual estrutura operacional do Trendbank Fomento é adequada ao tamanho de suas operações. Ao final de 2010, a empresa contava com cerca de 160 funcionários, distribuídos nos principais departamentos da organização. As suas operações de fomento são originadas por meio de 9 (nove) plataformas comerciais, sendo 6 localizadas nas cidades de São Paulo, uma em Porto Alegre, uma em Fortaleza e uma em Ribeirão Preto.. Na plataforma de São Paulo possui 01 (um) Superintendente Comercial e 01 (um) Gerente Regional abaixo dos quais encontram-se outros 06 (seis) Gerentes Gerais, ; 02 (dois) Gerente Geral Adjunto; 21 (vinte e um) Gerentes Comerciais e 6 (seis) Assistentes Comerciais. Nas Plataformas Regionais de Porto Alegre/RS; Fortaleza/CE e Ribeirão Preto/SP Interior, possuem 02 (dois) Gerentes Regionais; 01 (um) Gerente Geral; 12 (doze) Gerentes Comerciais e 03 (três) Assistentes Comerciais.

O TrendBank S/A Banco de Fomento é uma das maiores instituições de seu segmento. Possui o atendimento a clientes dos mais variados setores nacionais e internacionais.

Essa é a história do TrendBank S/A Banco de Fomento ao longo de sua vida ativa. Uma busca incessante pela criação de um modelo de empresa que prima pela auto-estima de seus colaboradores. Uma história de raízes sólidas pautadas por valores, que começa no bom relacionamento com seus clientes e parceiros.

### *8.1.3. O Custodiante*

O Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão vem prestando os serviços de custódia desde 1870, por meio de suas centrais estabelecidas em Nova York, Cingapura, Londres e Frankfurt sendo considerados atualmente um dos maiores custodiantes no mundo. O Serviço de custódia é um dos focos de atuação do Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, com posição de destaque no cenário mundial. No Brasil, o Banco é uma instituição credenciada pela CVM para a prestação de serviços de custódia de títulos escriturais (dentre outros, títulos públicos federais, títulos privados e de renda variável). O início dessa atividade data de 1994. Inicialmente oferecendo os serviços para investidores estrangeiros e em 1996, para administradores locais de recursos e investidores institucionais tais como fundos de previdência.

### **Breve Histórico**

O Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão está presente no Brasil desde 1911. Com sede em São Paulo, o Deutsche Bank atua como banco múltiplo, com carteira comercial e de investimento, oferecendo um amplo leque de serviços e produtos financeiros para seus clientes - empresas multinacionais, grandes empresas nacionais, instituições financeiras e investidores.

Atualmente, o grupo Deutsche Bank oferece seus serviços em 72 países, conta com mais de 80 mil colaboradores e

é uma das maiores instituições financeiras do mundo.

A unidade de Global Transaction Banking (GTB) do Deutsche Bank oferece uma gama completa de serviços inovadores e líderes no mercado de gestão de caixa, financiamento de operações comerciais, mercado de capital, aplicações e serviços fiduciários no Brasil.

Os serviços de Trust & Securities oferecem uma linha especializada de serviços fiduciários, de agente, de banco depositário, de custódia e administrativos para empresas brasileiras e para investidores institucionais.

O Deutsche Bank ocupa uma posição de destaque no cenário mundial como prestador de serviços para o mercado de capitais. É o líder na prestação desse serviço na Europa e destaca-se entre os grandes agentes na Ásia e também nas Américas. Através da área de “Direct Securities Services – DSS“, oferece a seus clientes acesso a mais de 31 mercados em 4 continentes: América Latina, Ásia, Europa e Oriente Médio. Essa presença mundial, juntamente com a gama de serviços oferecidos, possibilita aos clientes administrar seus ativos de uma forma mais efetiva e segura.

O DSS oferece a seus clientes soluções customizadas para a prestação de serviços de custódia de títulos e valores mobiliários, controladoria e escrituração de cotas para fundos de investimentos, serviços de custódia e representação local para investidores não-residentes, além de serviços de emissor e escrituração de BDRs nível I não patrocinados

#### *8.1.4. A Empresa de Auditoria*

A Empresa de Auditoria uma sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, n.º 33, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 57.755.217/0001-29.

A KPMG foi criada em 1987, com a fusão da Peat Marwick International (PMI) e da Klynveld Main Goerdeler (KMG), assim como suas firmas-membro individuais. Nos últimos três séculos, o histórico da organização foi marcado pelos nomes de seus principais membros-fundadores, cujas iniciais formam o nome "KPMG".

A rede KPMG é uma rede global de firmas independentes que prestam serviços profissionais de “*Audit*”, “*Tax*” e “*Advisory*”. Está presente em 144 países e tem mais de 104.000 profissionais atuando em firmas-membro em todo o mundo.

As firmas-membro da rede KPMG são independentes entre si e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. A KPMG International não presta serviços a clientes.

No Brasil, possui aproximadamente 1.700 profissionais distribuídos em 8 Estados e Distrito Federal, 12 cidades e 13 escritórios situados em São Paulo (sede), Belo Horizonte, Brasília, Campinas, Curitiba, Fortaleza, Goiania, Jaraguá do Sul, Manaus, Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Carlos.

A Empresa de Auditoria presta serviços de auditoria para fundos de investimentos em direitos creditórios, estando entre as empresas líderes neste segmento no Brasil.



### *8.1.5. Agência Classificadora de Risco*

A Standard & Poor's é responsável por classificar o risco das Cotas do Fundo, atualizando-a, no mínimo, a cada três meses.

A Agência de Classificação de Risco é uma divisão da The McGraw-Hill companies (NYSE:MHP), sendo a maior provedora mundial de ratings, índices, avaliação de risco, pesquisas de investimento, dados e avaliações. Com mais de 6.000 funcionários localizados em 21 (vinte e um) países, a Standard & Poor's é parte essencial da infraestrutura financeira mundial e tem desempenhado um papel de liderança por mais de 140 (cento e quarenta) anos na provisão de "benchmarks" independentes para que investidores em todo o mundo possam tomar decisões financeiras e de investimento com mais confiança. A Standard & Poor's tem um longo histórico na criação de benchmarks para o setor financeiro, sendo a primeira a atribuir ratings a financiamentos securitizados; transações com títulos garantidas por seguro; cartas de crédito; solidez financeira de seguradoras não americanas; holdings bancárias; e empresas de garantias financeiras.

Fundada em 1888, a The McGraw-Hill Companies é uma provedora global de serviços de informações que atendem às necessidades mundiais de serviços financeiros, treinamento e informação sobre negócios e mercados, por intermédio de marcas importantes como Standard & Poor's, Business Week e McGraw-Hill Education. A corporação tem mais de 280 (duzentos e oitenta) escritórios em 37 (trinta e sete) países. Suas vendas atingiram US\$5,3 bilhões em 2004.

## **8.2. Relacionamento entre as Partes**

### *8.2.1. Relacionamento entre a Instituição Administradora e o Gestor*

Na data deste Prospecto, a Instituição Administradora e o Gestor não mantinham qualquer relacionamento comercial relevante, possuindo apenas a seguinte relação: o Gestor foi contratado pela Instituição Administradora para prestação de serviços de gestão da carteira do Fundo, nos termos do Contrato de Gestão (para informações adicionais sobre o Contrato de Gestão, vide item "Contrato de Gestão" na Seção "Sumário dos Contratos de Operação" deste Prospecto).

### *8.2.2. Relacionamento entre a Instituição Administradora e o Custodiante*

Na data deste Prospecto, o Administrador atuava como instituição administradora dos seguintes Fundos de Investimento, para os quais o Custodiante também presta serviços de custódia, controladoria e escrituração das respectivas cotas: (i) Finexia Telecom Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Comerciais e de Serviços, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.429.055/0001-23; (ii) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Omni Veículos – V, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.876.796/0001-52; (iii) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados Precatórios Federais DB I, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 09.297.712/0001-99; (iv) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados – Precatório Federal 4870-1, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 09.583.146/0001-81; (v) DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados Precatórios Federais, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.436.207/0001-67; (vi) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Precatórios Federais DB II, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.288.809/0001-14; (vii) Gafisa Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Crédito Imobiliário, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.697.905/0001-16; (viii) Trendbank Multicredit - Fundo de Investimento em Direitos

Creditórios, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.362.512/0001-51; e (ix) Comanche Clean Energy Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.281.021/0001-49.

Na data do presente Prospecto, a Instituição Administradora não presta nenhum serviço ou mantém qualquer relacionamento comercial com o Deutsche Bank S.A – Banco Alemão e/ou qualquer de suas Afiliadas, na qualidade de custodiante, além daqueles acima descritos.

#### *8.2.3. Relacionamento entre a Instituição Administradora e a Agência Classificadora de Risco*

Na data deste Prospecto, a Instituição Administradora e a Agência Classificadora de Risco não mantinham qualquer relacionamento comercial relevante, possuindo apenas relações indiretas: posto que a Agência Classificadora de Risco prestava serviços de classificação de risco das cotas de outros fundos administrados pela Instituição Administradora. A Agência Classificadora de Risco é contratada pelos fundos administrados pela Instituição Administradora, para os quais a Agência Classificadora de Risco presta serviços, e não pela Instituição Administradora. Assim, as remunerações devidas à Agência Classificadora de Risco nos termos dos referidos contratos são pagas diretamente pelos fundos, não sendo desembolsadas pela Instituição Administradora.

#### *8.2.4. Relacionamento entre a Instituição Administradora e a Empresa de Auditoria*

A KPMG é responsável pela auditoria, até a presente data, de 41 fundos de investimento em funcionamento administrados pelo Administrador.

#### *8.2.5. Relacionamento entre o Gestor e o Custodiante*

Na data deste Prospecto, o Gestor e o Custodiante não mantinham qualquer relacionamento comercial relevante, possuindo apenas as seguintes relações indiretas: (i) o Gestor e o Custodiante foram contratados pela Instituição Administradora para prestação de serviços ao Fundo, conforme descrito neste Prospecto; e (ii) o Gestor e o Custodiante prestavam, respectivamente, para o **Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Trendbank Banco de Fomento - Multisetorial**, serviços de gestão de carteira de investimentos e custódia qualificada de ativos e escrituração de cotas. Cabe ressaltar que (i) no caso referido acima, a relação do Gestor com o Custodiante ocorre de forma indireta, uma vez que prestam serviços ao mesmo fundo de investimento em direitos creditórios; e (ii) não existiam, na data deste Prospecto, contratos que regulassem qualquer relação direta entre o Gestor e o Custodiante.

#### *8.2.6. Relacionamento entre o Gestor e a Agência Classificadora de Risco*

Na data deste Prospecto, o Gestor e a Agência Classificadora de Risco não mantinham qualquer relacionamento comercial relevante, salvo pelo relacionamento indireto existente entre o Gestor e a Agência Classificadora de Risco relativo ao Fundo.

#### *8.2.7. Relacionamento entre o Gestor e a Empresa de Auditoria*

Na data deste Prospecto, o Gestor e a Empresa de Auditoria não mantinham qualquer relacionamento comercial relevante, salvo pelo relacionamento indireto existente entre o Gestor e a Empresa de Auditoria (i) relativo ao Fundo, e (ii) relativo a outro fundo de investimento em direitos creditórios para os qual o Gestor presta serviços de gestão de carteira de investimentos e a Empresa de Auditoria presta serviços de auditoria das respectivas demonstrações financeiras, qual seja, o **Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Trendbank Banco de**

**Fomento - Multisetorial.** Cabe ressaltar que (i) nos casos referidos acima, a relação do Gestor com o a Empresa de Auditoria ocorre de forma indireta, uma vez que prestam serviços aos mesmos fundos de investimento em direitos creditórios; e (ii) não existiam, na data deste Prospecto, contratos que regulassem qualquer relação direta entre o Gestor e a Empresa de Auditoria.

#### *8.2.8. Relacionamento entre o Custodiante e a Agência Classificadora de Risco*

Na data deste Prospecto, o Custodiante e a Agência Classificadora de Risco não mantinham qualquer relacionamento comercial relevante, possuindo apenas as seguintes relações indiretas: (i) a Agência Classificadora de Risco é responsável pela avaliação de risco das Cotas Seniores e o Custodiante atua como custodiante dos Direitos Creditórios Elegíveis e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo; e (ii) a Agência Classificadora de Risco prestava serviços de classificação de risco das cotas de outros fundos aos quais o Custodiante também presta serviços de custódia e controladoria de ativos.

#### *8.2.9. Relacionamento entre o Custodiante e a Empresa de Auditoria*

Na data deste Prospecto, o Custodiante e a Empresa de Auditoria não mantinham qualquer relacionamento comercial relevante, possuindo apenas as seguintes relações indiretas: (i) a Empresa de Auditoria é responsável pela revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e o Custodiante atua como custodiante dos Direitos Creditórios Adquiridos e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo; e (ii) a Empresa de Auditoria prestava serviços de revisão das demonstrações financeiras e das contas de outros fundos aos quais o Custodiante também presta serviços de custódia e controladoria de ativos.

#### *8.2.10. Demais relacionamentos*

Diante do fato de que, na data deste Prospecto, inexistia qualquer Direito Creditório Elegível ou Ativo Financeiro na carteira do Fundo, não é possível indicar relacionamentos existentes entre a Instituição Administradora, o Gestor, o Custodiante, a Agência Classificadora de Risco e a Empresa de Auditoria frente aos Cedentes, Originadores e Sacados de Direitos Creditórios.

As informações referidas no parágrafo acima passarão a integrar este Prospecto na medida em que o Fundo venha a adquirir Direitos Creditórios Elegíveis.

### **8.3. Conflitos de Interesse**

Por conta da possibilidade do Fundo contratar operações com empresas controladoras, controladas, sob o controle comum, coligadas e/ou subsidiárias dos Cedentes, dos Cotistas, da Instituição Administradora e/ou do Gestor ou, ainda, com carteiras e/ou fundos de investimento administrados e/ou geridos pela Instituição Administradora e/ou pelo Gestor ou pelas pessoas a eles ligadas acima mencionadas, não se pode afastar eventual conflito de interesses por parte da Instituição Administradora e/ou do Gestor no exercício de suas respectivas funções relacionadas ao Fundo.

O Gestor, suas Partes Relacionadas ou fundos exclusivos cujos investidores sejam investidores qualificados, conforme definidos pela Instrução CVM nº 409/04, ou demais investidores que venham a ser autorizados a subscrever e adquirir as Cotas, nos termos da regulamentação, são considerados Investidores Autorizados, podendo participar do Fundo, na qualidade de Cotista. A ocorrência deste evento poderá ensejar conflito de interesse do

Gestor, em relação ao papel de gestão da carteira do Fundo e sua qualidade de Cotista, podendo afetar o valor do Patrimônio Líquido.

Não obstante o disposto acima, a Instituição Administradora e o Gestor manifestam a sua completa independência na realização de suas respectivas atividades.

## 9. ANEXOS

---

(Esta página foi deixada intencionalmente em branco)

## **ANEXO I**

### **Instrumento Particular de Constituição, Primeira, Segunda, Terceira, Quarta, Quinta, Sexta e Sétima Alterações ao Regulamento do Fundo e Regulamento Consolidado**

**1118247 19-09-08**

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO  
TREND BANK MULTICREDIT – FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**

Pelo presente instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma do seu estatuto social, por seus representantes legais infra assinados ("Instituição Administradora"), resolve:

1. Constituir, nos termos da Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada ("Instrução CVM 356/01"), expedida pela CVM, um fundo de investimento em direitos creditórios, sob a forma de condomínio fechado, com a denominação de **"TREND BANK MULTICREDIT - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS"** ("Fundo");
2. Designar como diretor responsável, nos termos da regulamentação pertinente, o Sr. José Alexandre Costa de Freitas, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade nº 78657 expedida pela OAB/RJ em 04/04/1994, inscrito no CPF sob o nº 008.991.207-17, com endereço profissional na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Barra da Tijuca, diretor da Instituição Administradora, para responder civil e criminalmente pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a esse relativa;
3. Assumir as funções de administração do Fundo, na forma do Regulamento neste ato aprovado;
4. Contratar: (i) o **Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 13º, 14º e 15º andares, inscrita no CNPJ/MF sob nº 62.331.228/0001-11, para prestação dos serviços de custódia e controladoria dos Direitos Creditórios e demais ativos integrantes da carteira do Fundo; (ii) a **Standard & Poor's Rating Services**, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 201, 18º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 02.295.585/0001-40, agência classificadora de risco, para prestar os serviços de classificação de risco das Cotas Seniores do Fundo; (iii) o **Trendbank S.A. Banco de Fomento**, sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.993, 3º andar, conjunto 38, Jardim Paulista, inscrita no CNPJ/MF sob nº 48.880.116/0001-99, para realizar os serviços de gestão da carteira do Fundo; e (iv) a **KPMG Auditores Independentes**, empresa de auditoria independente devidamente registrada na CVM, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros nº 33, 17º andar,

**6ºRTD-RJ - 1118247**  
Emol 193,15/Distrib 10,75/Le 111/06 10,19  
Multa/ACOTERJ 8,15 / FETJ 40,78  
Lei 4.664/05 10,19 / Tot Emol. 273,21  
PARÂM Vias 2 / Norte(s) 1 / Págs 63  
Proc Estr N / Averb N / Diuig





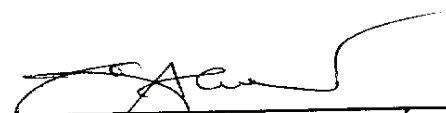
São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.755.217/0001-29, para prestar serviços de auditoria independente para o Fundo.

5. Submeter à CVM esta deliberação de constituição do Fundo e os demais documentos exigidos pela regulamentação para registro do Fundo e da distribuição pública de suas Cotas Seniores.

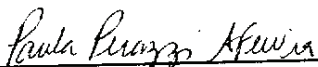
Esta deliberação e o Regulamento do Fundo com seus anexos deverão ser registrados em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

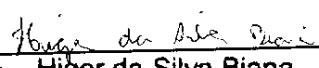
Sendo assim, assina o presente instrumento na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 19 de setembro de 2008

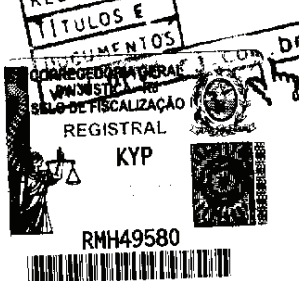
  
OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E  
VALORES MOBILIÁRIOS S.A.  
Jose Alexandre Costa de Freitas  
Diretor

Testemunhas:

1.   
Nome: Paula Perazzi A. Ferreira  
RG: RG: 11812920-4 IFP/RJ  
CPF: CPF: 095.449.027-40

2.   
Nome: Higor da Silva Biana  
RG: RG: 20.474.310-8  
CPF: CPF: 112.027.807-41

6º OFÍCIO  
REGISTRO DE  
TÍTULOS E  
DOCUMENTOS



1118247 19-09-08

6º RTD Rua Buenos Aires, 58-4º Andar - Centro - RJ  
Tels.: (21) 2233-7878 / www.6rt.com.br  
REGISTRADO EM MICROFILME SOB O Nº E DATA DECLARADOS  
A MARGEM, O QUE CERTIFICAR  
☐ Sônia Maria Andrade dos Santos - Oficiala  
☒ Paulo César Andrade dos Santos - 1º Substituto  
CTPS nº 26.122/694 - RJ  
☐ Marco André de A.S. Santos - 2º Substituto  
CTPS nº 25276/015-RN  
☐ Cleia de Araujo Barreto - 3ª Substituta  
CTPS nº 7324/28-001-RJ

1118325 22-09-08

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE RETIFICAÇÃO DE CONSTITUIÇÃO E DE PRIMEIRA  
ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO TREND BANK MULTICREDIT – FUNDO DE  
INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**

Pelo presente instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma do seu estatuto social, por seus representantes legais infra assinados, na qualidade de instituição administradora (“Instituição Administradora”) do **TREND BANK MULTICREDIT - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS** (o “Fundo”), fundo de investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio aberto em 19 de setembro de 2008, e cujo regulamento foi registrado na mesma data perante o 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sob o nº 1118247 (o “Regulamento”):

**CONSIDERANDO QUE:**

- (i) o representante da Instituição Administradora perante a Receita Federal é o Sr. Mauro Sérgio de Oliveira, e o Instrumento Particular de Constituição do Fundo designa o Sr. José Alexandre Costa de Freitas como diretor responsável pelo Fundo;
- (ii) até a presente data, não foi iniciada a distribuição das Cotas do Fundo;
- (iii) a Instituição Administradora deseja realizar alterações no Regulamento; e
- (iii) não havendo Cotistas no Fundo, não são aplicáveis, para a alteração do Regulamento, as disposições dos artigos 25 e 26, II, da Instrução CVM nº 356/01, nem as disposições do item 16.1 “ii” do Regulamento;



**RESOLVE** a Instituição Administradora:

1 **Retificar** o item “2” do Instrumento Particular de Constituição do Fundo, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“2. O Diretor responsável pela Instituição Administradora perante a Receita Federal, nos termos da regulamentação pertinente é o Sr. Mauro Sérgio de Oliveira, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade regº n.º 6.722-9 expedida pelo CRE/RJ - 1ª região em 25/05/93, inscrito no CPF sob o n.º 197.460.087-49, *sendo que a Instituição Administradora resolve designar como diretor responsável, nos termos da Instrução CVM nº 356/01, conforme alterada, o Sr. José Alexandre Costa de Freitas, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade nº 78657 expedida pela OAB/RJ em 04/04/1994, inscrito no CPF sob o nº 008.991.207-17, com endereço profissional na*



1118325 22-09-08

Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Barra da Tijuca, diretor da Instituição Administradora, para responder civil e criminalmente pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a esse relativa"; e

2. **Alterar** os seguintes itens do Regulamento do Fundo que, na forma anexa, passa a vigorar a partir do registro do presente Instrumento no 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro:

- Na cláusula 5, alteração dos itens 5.1; 5.2; 5.3 e 5.8;
- Na cláusula 7, alteração do item 7.2 (ii);
- Na cláusula 11, alteração das alíneas "II" e "IV" do item 11.5, e ainda a exclusão da aliena "V" do mesmo item; e
- Na cláusula 12, a alteração da redação dos itens 12.3; e 12.12.

Todas as demais disposições do Regulamento são ora ratificadas pela Instituição Administradora.

Sendo assim, assina o presente instrumento na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 22 de setembro de 2008

  
**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Jose Alexandre Costa de Freitas  
Diretor

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_  
RG: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_  
RG: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_



**AVERBADO** ao registro n.º 1118.247 do livro protocolo feito neste 6.º Ofício de Registro de Títulos e Documentos - RJ  
Dou fé.  
RJ, 22/09/08  
Oficial \_\_\_\_\_

**6º RTD** Rua Buenos Aires, 56 - 4º Andar - Centro - RJ  
Tels.: (21) 2233-7818 / www.6rid-rj.com.br  
REGISTRADO EM MICROFILME SOB O Nº E DATA DECLARADOS A MARGEM DO QUE CERTIFICO  
☐ Sônia Maria Andrade dos Santos - Oficiala  
☒ Paulo César Andrade dos Santos - 1º Substituto  
CTPS nº 26.122.024 - RJ  
☐ Marco André de A. S. Santos - 2º Substituto  
CTPS nº 452767015 - RN  
☐ Cleia de Arrêjo Barreto - 3ª Substituta  
CTPS nº 7324123-001 - RJ

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE SEGUNDA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO TREND BANK  
MULTICREDIT – FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**

**1123490 17-12-08**

Pelo presente instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma do seu estatuto social, por seus representantes legais infra assinados, na qualidade de instituição administradora ("Instituição Administradora") do **TREND BANK MULTICREDIT - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS** (o "Fundo"), fundo de investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio aberto em 19 de setembro de 2008, e cujo regulamento foi registrado na mesma data, sob o nº 1118247, e alterado através do Instrumento Particular de Retificação de Constituição e de Primeira Alteração ao Regulamento, registrado em 22 de setembro de 2008, sob o nº 1118325, ambos perante o 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro (o "Regulamento"):

**CONSIDERANDO QUE:**

- (i) até a presente data, não foi iniciada a distribuição das Cotas do Fundo;
- (ii) a Instituição Administradora deseja realizar alterações no Regulamento; e
- (iii) não havendo Cotistas no Fundo, não são aplicáveis, para a alteração do Regulamento, as disposições dos artigos 25 e 26, II, da Instrução CVM nº 356/01, nem as disposições do item 16.1 "ii" do Regulamento;

**RESOLVE** a Administradora deliberar pela alteração de alguns itens do Regulamento do Fundo que, na forma anexa, passa a vigorar a partir do registro do presente Instrumento no 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro.

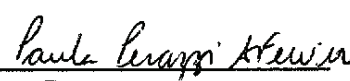
Sendo assim, assina o presente Instrumento na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

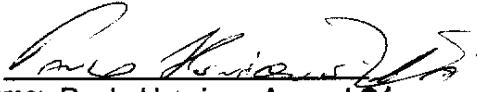
Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 2008

  
**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E  
VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

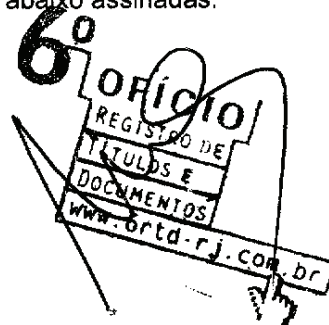
Jose Alexandre Costa de Freitas  
Diretor

Testemunhas:

1.   
Nome: **Paula Perazzi A. Ferreira**  
RG: **RG: 11812920-4 IFP/RJ**  
CPF: **CPF: 095.449.027-40**

2.   
Nome: **Paulo Henrique Amaral Sá**  
RG: **RG: 20.788.384-4**  
CPF: **CPF: 116.871.997-60**

**6ºRTD-RJ - 1123490**  
Emol. 191.33/Distrib. 10.75/Lex 111/06:10,1C  
Mútua/ACOTERJ 8 15 / FETJ 40,42  
Lei 4.664/05 10.10 / Tot Emol : 270,65  
PARÁM Vias: 2 / Nome(s) 1 / Págs 82  
Proc. Estr. N / Averb. S / Dlig.



1123702 19-12-08

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERCEIRA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO TREND BANK  
MULTICREDIT – FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**

Pelo presente instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma do seu estatuto social, por seus representantes legais infra assinados, na qualidade de instituição administradora ("Instituição Administradora") do **TREND BANK MULTICREDIT - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS** (o "Fundo"), fundo de investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio aberto em 19 de setembro de 2008, e cujo regulamento foi registrado na mesma data, sob o nº 1118247, e alterado através do Instrumento Particular de Retificação de Constituição e de Primeira Alteração ao Regulamento, registrado em 22 de setembro de 2008, sob o nº 1118325, assim como pelo Instrumento Particular de Segunda Alteração, registrado em 17 de dezembro de 2008, sob o nº 1123490, ambos perante o 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro (o "Regulamento"):

**CONSIDERANDO QUE:**

- (i) até a presente data, não foi iniciada a distribuição das Cotas do Fundo;
- (ii) a Instituição Administradora deseja realizar alterações no Regulamento; e
- (iii) não havendo Cotistas no Fundo, não são aplicáveis, para a alteração do Regulamento, as disposições dos artigos 25 e 26, II, da Instrução CVM nº 356/01, nem as disposições do item 16.1 "ii" do Regulamento;

**6ºRTD-RJ - 1123702**

Emol: 193,15 / Distrib: 10,75 / Lei: 11.106/10,19  
Mutua/ACOTERJ: 8,15 / FETJ: 40,78  
Lei 4.684/05: 10,19 / Tot. Emol.: 273,21  
PARAM Vias: 2 / Nome(s): 1 / Págs: 63  
Proc. Estr.: N / Averb. S / Dilig.



**RESOLVE** a Administradora deliberar pelas seguintes alterações no Regulamento do do Fundo que, na forma anexa, passa a vigorar a partir do registro do presente Instrumento no 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro:

- Item 11:
  - o No subitem 11.4, a alteração da alínea VII e a inserção da alínea IX;
  - o A inserção do subitem 11.15.

Sendo assim, assina o presente Instrumento na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 2008

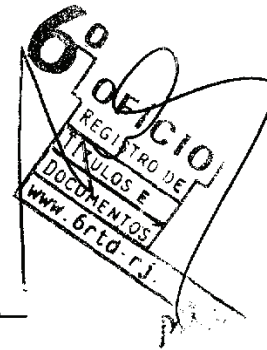
**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E  
VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

**Jose Alexandre Costa de Freitas**  
Diretor

Testemunhas:

1. Paula Parazzi A. Ferreira  
Nome: Paula Parazzi A. Ferreira  
RG: 11812920-4 IFP/RJ  
CPF: 095.449.027-40

2. Higor da Silva Biana  
Nome: Higor da Silva Biana  
RG: 20.474.310-8  
CPF: 112.027.807-41



# INSTRUMENTO PARTICULAR DE QUARTA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO TREND BANK MULTICREDIT - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

Pelo presente instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma do seu estatuto social, por seus representantes legais infra assinados, na qualidade de instituição administradora ("Instituição Administradora") do **TREND BANK MULTICREDIT - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS** (o "Fundo"), fundo de investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio aberto em 19 de setembro de 2008, e cujo regulamento foi registrado na mesma data, sob o nº 1118247, e alterado através do Instrumento Particular de Retificação de Constituição e de Primeira Alteração ao Regulamento, registrado em 22 de setembro de 2008, sob o nº 1118325, assim como pelo Instrumento Particular de Segunda Alteração, registrado em 17 de dezembro de 2008, sob o nº 1123490, e pelo Instrumento Particular de Terceira Alteração, registrado em 19 de dezembro de 2008, sob o nº 1123702, todos perante o 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro (o "Regulamento"):

## CONSIDERANDO QUE:

- (i) até a presente data, não foi iniciada a distribuição das Cotas do Fundo;
- (ii) Se fazem necessárias alterações no Regulamento do Fundo com vistas ao atendimento das exigências formuladas pela CVM no Ofício/CVM/SRE/GER-1/Nº 82/2009, de 22 de janeiro de 2009;
- (iii) O Regulamento do Fundo, em consequência de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, pode ser alterado independentemente de realização de assembléia geral, conforme previsto no item 19.2 do Capítulo XIX do Regulamento, e no parágrafo único do Artigo 26 da Instrução CVM nº 356/01; e
- (iv) não havendo Cotistas no Fundo, não são aplicáveis, para a alteração do Regulamento, as disposições dos artigos 25 e 26, II, da Instrução CVM nº 356/01, nem as disposições do item 16.1 "ii" do Regulamento; e

RESOLVE a Instituição Administradora deliberar por inúmeras alterações no Regulamento do Fundo, que na forma consolidada em anexo, passa a vigorar a partir do registro do presente Instrumento no 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro.

Sendo assim, assina o presente instrumento na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2009

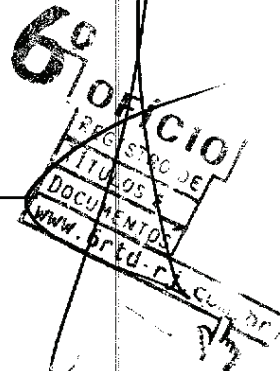
**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Jose Alexandre Costa de Freitas  
Diretor

Testemunhas:

1. Paulo Henrique Amaral Sá  
Nome: Paulo Henrique Amaral Sá  
RG: 20.788.384-4  
CPF: 116.871.997-60

2. Higor da Silva Biana  
Nome: Higor da Silva Biana  
RG: 20.474.310-8  
CPF: 112.027.807-41





**INSTRUMENTO PARTICULAR DE QUINTA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO TREND BANK  
MULTICREDIT – FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**

Pelo presente instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma do seu estatuto social, por seus representantes legais infra assinados, na qualidade de instituição administradora ("Instituição Administradora") do **TREND BANK MULTICREDIT - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS** (o "Fundo"), fundo de investimento em direitos creditórios constituído sob a forma de condomínio aberto em 19 de setembro de 2008, e cujo regulamento foi registrado na mesma data, sob o nº 1118247, e alterado através do Instrumento Particular de Retificação de Constituição e de Primeira Alteração ao Regulamento, registrado em 22 de setembro de 2008, sob o nº 1118325, assim como pelo Instrumento Particular de Segunda Alteração, registrado em 17 de dezembro de 2008, sob o nº 1123490, bem como pelo Instrumento Particular de Terceira Alteração, registrado em 19 de dezembro de 2008, sob o nº 1123702, e pelo Instrumento Particular de Quarta Alteração, registrado em 19 de fevereiro de 2009 sob o nº 1127086, todos perante o 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro (o "Regulamento"):

**CONSIDERANDO QUE:**

- (i) Até a presente data, não foi iniciada a distribuição das Cotas do Fundo;
- (ii) Se fazem necessárias alterações no Regulamento do Fundo com vistas ao atendimento das exigências formuladas pela CVM no Ofício/CVM/SRE/GER-1/Nº 280/2009, de 18 de março de 2009;
- (iii) O Regulamento do Fundo, em consequência de normas legais e regulamentares ou de determinação da CVM, pode ser alterado independentemente de realização de assembléia geral, conforme previsto no item 16.1 do Regulamento, e no parágrafo único do Artigo 26 da Instrução CVM nº 356/01; e
- (iv) Não havendo Cotistas no Fundo, não são aplicáveis, para a alteração do Regulamento, as disposições dos artigos 25 e 26, II, da Instrução CVM nº 356/01, nem as disposições do item 16.1 "ii" do Regulamento; e

RESOLVE a Instituição Administradora deliberar pelas seguintes alterações no regulamento, que na forma consolidada em anexo, passa a vigorar a partir do registro do presente Instrumento no 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro:

- (i) A alteração no índice;
- (ii) A alteração no item 14.8.1; e



(iii) A alteração no item 16.1 (vii);

Sendo assim, assina o presente instrumento na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 02 de abril de 2009

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E  
VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

**Jose Alexandre Costa de Freitas**  
**— Diretor —**

Testemunhas:

1. *Paulo Henrique Amaral Sá*  
Nome: **Paulo Henrique Amaral Sá**  
RG: **20.788.384-4**  
CPF: **116.871.997-80**

2. *Alan Russo Najman*  
Nome: **Alan Russo Najman**  
RG: **20.419.427-8 (Detran)**  
CPF: **101.519.617-94**

**6º RTD** Rua Buenos Aires, 56 - 1º Andar - Centro - RJ  
Tels.: (21) 2233-7878 / www.6rtd-rj.com.br  
REGISTRADO EM MICROFILME SOB O Nº E DATA DECLARADOS  
A MARGEM, O QUE CERTIFICO

☐ Sônia Maria Andrade dos Santos - Oficiala  
CTPS nº 26.122/024 - RJ

☒ Paulo César Andrade dos Santos - 1º Substituto  
CTPS nº 26.122/024 - RJ

☒ Marco André de A.S. Santos - 2º Substituto  
CTPS nº 25276/015 - RN

☐ Cleia de Araujo Barreto - 3ª Substituta  
CTPS nº 7324128-001 - RJ



**AVERBADO** ao registro n.º 1129886 do  
livro protocolo feito neste 6.º Ofício de Registro  
de Títulos e Documentos - RJ  
Dou fé.

RJ, 02/04/09

Oficial *[Signature]*



1140902 12-08-09

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE SEXTA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO  
TREND BANK MULTICREDIT – FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**

Pelo presente instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma do seu estatuto social, por seus representantes legais infra assinados, na qualidade de instituição administradora ("Instituição Administradora") do **TREND BANK MULTICREDIT - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**, fundo de investimento em direitos creditórios inscrito no CNPJ sob o nº 10.362.512/0001-51 (o "Fundo"), constituído sob a forma de condomínio aberto, em 19 de setembro de 2008, e cujo regulamento foi registrado na mesma data, sob o nº 1118247, e alterado através do Instrumento Particular de Retificação de Constituição e de Primeira Alteração ao Regulamento, registrado em 22 de setembro de 2008, sob o nº 1118325, assim como pelos Instrumentos Particulares de Segunda, Terceira, Quarta e Quinta Alterações, registrados em 17 de dezembro de 2008, sob o nº 1123490, em 19 de dezembro de 2008, sob o nº 1123702, em 19 de fevereiro de 2009 sob o nº 1127086, e em 02 de abril de 2009, sob o nº 1129886, respectivamente, todos perante o 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro (o "Regulamento"):

**CONSIDERANDO QUE:**

- (i) até a presente data, não foi iniciada a distribuição das Cotas do Fundo;
- (ii) a Instituição Administradora deseja realizar alterações no Regulamento; e
- (iii) não havendo Cotistas no Fundo, não são aplicáveis, para a alteração do Regulamento, as disposições dos artigos 25 e 26, II, da Instrução CVM nº 356/01, nem as disposições do item 16.1 "ii" do Regulamento;

**RESOLVE** a Instituição Administradora deliberar por alterações no Regulamento do Fundo, que na forma consolidada anexa, passa a vigorar a partir do registro do presente Instrumento no 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro.

Sendo assim, assina o presente instrumento na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2009

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E  
VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

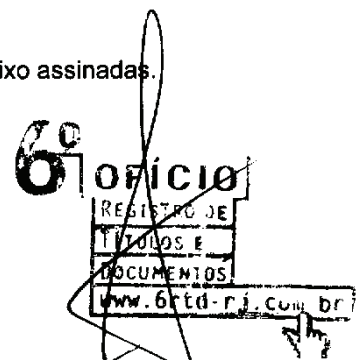
**Jose Alexandre Costa de Freitas**  
Diretor

Testemunhas:

1. Paula Perazzi A. Ferreira  
Nome: **Paula Perazzi A. Ferreira**  
RG: **RG: 11812920-4 IFP/RJ**  
CPF: **CPF: 095.449.027-40**

2. Paulo Henrique Amaral Sá  
Nome: **Paulo Henrique Amaral Sá**  
RG: **RG: 20.788.384-4**  
CPF: **CPF: 116.871.997-60**

**6ºRTD-RJ - 1140902**  
Emol 218,38/Distrib: 11,41/Lel 111/06 11,49  
Mutua/ACOTERJ 8 72 / FETJ 45,86  
Lei 4.664/05 11,49 / Tot.Emol: 307,45  
PARAM Vias 2 / Nome(s) 1 / Págs 70  
Proc Estr N / Averb S / Dili



# INSTRUMENTO PARTICULAR DE SÉTIMA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO TREND BANK MULTICREDIT – FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

Pelo presente instrumento particular, **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma do seu estatuto social, por seus representantes legais infra assinados, na qualidade de instituição administradora ("Instituição Administradora") do **TREND BANK MULTICREDIT - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**, fundo de investimento em direitos creditórios inscrito no CNPJ sob o nº 10.362.512/0001-51 (o "Fundo"), constituído sob a forma de condomínio aberto, em 19 de setembro de 2008, e cujo regulamento foi registrado na mesma data, sob o nº 1118247, e alterado através do Instrumento Particular de Retificação de Constituição e de Primeira Alteração ao Regulamento, registrado em 22 de setembro de 2008, sob o nº 1118325, assim como pelos Instrumentos Particulares de Segunda, Terceira, Quarta, Quinta e Sexta Alterações, registrados em 17 de dezembro de 2008, sob o nº 1123490, em 19 de dezembro de 2008, sob o nº 1123702, em 19 de fevereiro de 2009 sob o nº 1127086, em 02 de abril de 2009, sob o nº 1129886, e em 12 de agosto de 2009, sob o nº 1140902 respectivamente, todos perante o 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro (o "Regulamento"):

## CONSIDERANDO QUE:

- (i) até a presente data, não foi iniciada a distribuição das Cotas do Fundo;
- (ii) a Instituição Administradora deseja realizar alterações no Regulamento; e
- (iii) não havendo Cotistas no Fundo, não são aplicáveis, para a alteração do Regulamento, as disposições dos artigos 25 e 26, II, da Instrução CVM nº 356/01, nem as disposições do item 16.1 "ii" do Regulamento;

**RESOLVE** a Instituição Administradora deliberar pela alteração da alínea (b) do inciso XII do item 11.4 do Regulamento do Fundo, que na forma consolidada anexa, passa a vigorar a partir do registro do presente Instrumento no 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro.

Todas as demais disposições do Regulamento são ora ratificadas pela Administradora.

Sendo assim, assina o presente instrumento na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 24 de agosto de 2009

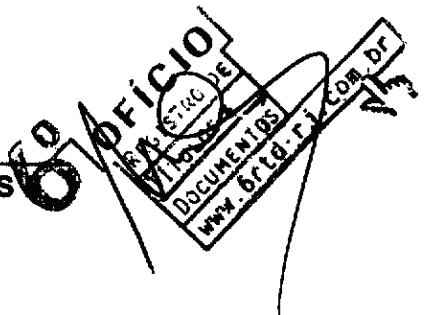
**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS  
VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

**Jose Alexandre Costa de Freitas**  
Diretor

Testemunhas:

1. Paula Perazzi A. Ferreira  
Nome: **Paula Perazzi A. Ferreira**  
RG: **RG: 11812920-4 IFP/RJ**  
CPF: **CPF: 085.449.027-40**

2. Paulo Henrique Amaral Sá  
Nome: **Paulo Henrique Amaral Sá**  
RG: **RG: 20.788.384-4**  
CPF: **CPF: 116.871.997-80**



## REGULAMENTO DO

## TREND BANK MULTICREDIT – FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

## ÍNDICE

1. DEFINIÇÕES.....	2
2. OBJETO, CONSTITUIÇÃO E CARACTERÍSTICAS.....	8
3. ADMINISTRAÇÃO.....	9
4. OBRIGAÇÕES, VEDAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA.....	9
5. REMUNERAÇÃO.....	13
6. SUBSTITUIÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA.....	15
7. CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS.....	16
8. COTAS: CLASSES E RELAÇÃO MÍNIMA.....	19
9. EMISSÃO, INTEGRALIZAÇÃO E RESGATE DE COTAS.....	21
10. VALORIZAÇÃO DAS COTAS.....	27
11. POLÍTICA DE INVESTIMENTO, CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E CONDIÇÕES DE CESSÃO.....	29
12. DESCRIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS.....	34
13. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO E DAS COTAS DE CADA CLASSE.....	35
14. FATORES DE RISCO.....	36
15. DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO.....	47
16. ASSEMBLÉIA GERAL.....	48
17. INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS E PERIÓDICAS.....	52
18. PUBLICAÇÕES.....	56
19. LIQUIDAÇÃO DO FUNDO.....	56
20. ORDEM DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS.....	59
21. CUSTOS REFERENTES À DEFESA DOS COTISTAS SENIORES.....	60
22. PROCEDIMENTOS DE RESGATE EM DIREITOS CREDITÓRIOS.....	62
23. FORO.....	63
ANEXO I.....	64
ANEXO II.....	65
ANEXO III.....	67



## REGULAMENTO DO

## TREND BANK MULTICREDIT – FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

O TREND BANK MULTICREDIT - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS, disciplinado pela Resolução nº 2.907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional ("Resolução CMN nº 2.907/01"), e pela Instrução da Comissão de Valores Mobiliários - CVM ("CVM") nº 356, de 17 de dezembro de 2001, com as alterações promovidas pelas Instruções CVM nºs 393, de 22 de julho de 2003, 435, de 5 de julho de 2006, 442, de 8 de dezembro de 2006, 446, de 19 de dezembro de 2006, e 458, de 16 de agosto de 2007 ("Instrução CVM nº 356/01"), e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, será regido pelo presente Regulamento, conforme o disposto abaixo:

## 1. DEFINIÇÕES

No presente Regulamento, as expressões ou palavras iniciadas em maiúsculas terão o significado atribuído conforme a descrição abaixo, exceto se de outra forma indicar o contexto.

- (i) ANBID: a Associação Nacional dos Bancos de Investimento.
- (ii) Anexo: anexos a este Regulamento, cujos termos e condições são parte integrante e complementar deste instrumento.
- (iii) Agência Classificadora de Risco: Standard & Poor's Ratings Services, divisão da McGraw-Hill Interamericana do Brasil Ltda., sediada na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 201, 18º andar, São Paulo – SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.295.585/0001-40.
- (iv) Ativos Financeiros: os (i) títulos de emissão do Tesouro Nacional, (ii) títulos de emissão do Bacen, e (iii) operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais, que podem ser adquiridos pelo Fundo para alocar a parcela do patrimônio líquido não aplicada em Direitos Creditórios Elegíveis.
- (v) Bacen: Banco Central do Brasil.



- (vi) CCBs: as cédulas de crédito bancário, emitidas nos termos da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, conforme alterada.
- (vii) Cedentes: pessoas físicas ou jurídicas e fundos de investimento cedentes de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, que poderão ser, inclusive, (i) os próprios Originadores, (ii) pessoas jurídicas controladas, sob controle comum ou coligados ao Gestor, ou, ainda, (iii) fundos de investimento geridos pelo Gestor. Os Cedentes pessoas físicas apenas poderão ceder ao Fundo Direitos Creditórios Elegíveis do agronegócio.
- (viii) CMN: Conselho Monetário Nacional.
- (ix) CNPJ/MF: Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda.
- (x) Condições de Cessão: características dos Direitos Creditórios que, adicionalmente aos Critérios de Elegibilidade, são necessárias para a aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, as quais serão validadas exclusivamente pelo Gestor, em cada Data de Aquisição. As Condições de Cessão encontram-se definidas no item 11.4.
- (xi) Contrato de Cobrança: significa o "Contrato de Prestação de Serviços de Cobrança" a ser celebrado entre a Instituição Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Gestor, na qualidade de instituição responsável pela cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos, com a interveniência e anuência do Custodiante.
- (xii) Contrato de Custódia: significa o "Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Custódia, Controladoria e Escrituração de Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, Termo e Condições de Uso de Sistema Operacional e Outras Avenças", a ser celebrado entre a Instituição Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Custodiante.
- (xiii) Contrato de Depósito: significa o "Contrato de Prestação de Serviços de Depósito" a ser celebrado entre a Instituição Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Gestor, na qualidade de instituição responsável pela custódia física, guarda, conservação e manutenção dos Documentos Representativos de Crédito, com a interveniência e anuência do Custodiante.
- (xiv) Contrato de Gestão: significa o "Contrato de Prestação de Serviços de Gestão da Carteira do Fundo", a ser celebrado entre a Instituição Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Gestor.



- (xv) Contrato de Promessa de Cessão: cada instrumento particular a ser firmado entre cada Cedente e a Instituição Administradora, por conta e ordem do Fundo, com a interveniência e anuência do Gestor, tendo por objeto a promessa de cessão de Direitos Creditórios Elegíveis, de titularidade dos respectivos Cedentes.
- (xvi) COSIF: Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional editado pelo Bacen.
- (xvii) Cotas: As Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas, quando tratadas em conjunto.
- (xviii) Cotas Seniores: significado atribuído no item 8.2.
- (xix) Cotas Subordinadas: significado atribuído no item 8.2.
- (xx) Cotista: o titular de Cotas do Fundo.
- (xxi) Cotista Sênior: o titular de Cotas Seniores do Fundo.
- (xxii) Cotista Subordinado: o titular de Cotas Subordinadas do Fundo.
- (xxiii) Crítérios de Elegibilidade: critérios a serem obedecidos pelos Direitos Creditórios alvo de aquisição pelo Fundo, os quais serão verificados pelo Custodiante nas Datas de Aquisição dos respectivos Direitos Creditórios Elegíveis pelo Fundo. Os Crítérios de Elegibilidade encontram-se definidos no item 11.5.
- (xxiv) Custodiante: significado atribuído no item 7.2(i).
- (xxv) CVM: significado atribuído no preâmbulo.
- (xxvi) Data de Aquisição: data em que o Fundo efetua o pagamento pela aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis aos Cedentes, em moeda corrente nacional e/ou quando ocorre o lançamento, na conta de valores mobiliários de titularidade do respectivo Cedente, de Cotas Subordinadas em razão de sua integralização, por meio da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, nos termos descritos no respectivo Contrato de Promessa de Cessão.
- (xxvii) Data de Início: significa a data em que ocorrer a 1ª integralização de Cotas, seja com recursos em moeda corrente nacional ou por meio da cessão de





Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, nos termos deste Regulamento, a qual deverá ser, necessariamente, um Dia Útil.

- (xxviii) Data de Verificação: significa o último Dia Útil de cada mês calendário.
- (xxix) Dia Útil: qualquer dia que não seja (i) sábado, (ii) domingo, (iii) dia em que as instituições financeiras estejam autorizadas ou obrigadas por lei a fechar ou (iv) dia que, por qualquer outro motivo, não haja expediente bancário na sede do Custodiante.
- (xxx) Direitos Creditórios: os direitos creditórios de titularidade dos Cedentes, originados pelos Originadores a partir de (i) vendas a prazo de bens, (ii) operações comerciais, (iii) operações de crédito, (iv) locação de imóveis, bens de capital e/ou equipamentos, e/ou (v) prestação de serviços, que tenham sido efetivamente entregues ou prestados pelos Originadores aos seus respectivos Sacados.
- (xxxi) Direitos Creditórios Adquiridos: significam os Direitos Creditórios Elegíveis de titularidade do Fundo, adquiridos por meio da celebração dos Contratos de Promessa de Cessão e dos Termos de Cessão.
- (xxxii) Direitos Creditórios Elegíveis: significam os Direitos Creditórios que, na respectiva Data de Aquisição, atendam cumulativamente aos Critérios de Elegibilidade e às Condições de Cessão previstos neste Regulamento.
- (xxxiii) Direitos Creditórios Inadimplidos: significam os Direitos Creditórios Adquiridos vencidos e não liquidados pelos respectivos Sacados, nas respectivas datas de vencimento.
- (xxxiv) Documentos do Fundo: significado atribuído no item 4.2(i).
- (xxxv) Documentos Representativos de Crédito: são os documentos que evidenciam o lastro dos Direitos Creditórios Adquiridos, representados, sem prejuízo de eventuais outros, pelo (i) Contrato de Promessa de Cessão, (ii) Termo de Cessão, (iii) (a) contrato de compra e venda de mercadorias, (b) contrato de fornecimento de mercadorias, (c) contrato de locação de imóveis, bens de capital e/ou equipamentos, (d) contrato de prestação de serviços, (e) CCB, (f) nota promissória, (g) cheque, e/ou (h) duplicata mercantil e/ou de prestação de serviços (emitidas em meio físico e/ou por meio eletrônico), do qual se originaram os Direitos Creditórios Adquiridos, (iv) notificação ao Sacado informando sobre a cessão dos respectivos Direitos Creditórios Adquiridos ao Fundo e indicando o número da conta corrente de titularidade do Fundo em que deverão ser feitos os



pagamentos de tais Direitos Creditórios Adquiridos, devidamente acompanhada de comprovante de sua expedição ao respectivo Sacado, e (v) no caso de Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo por Cedentes que não sejam os próprios Originadores dos respectivos Direitos Creditórios, os contratos e/ou termos de cessão que formalizem a cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis desde o Originador até o Cedente que cederá tais Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo.

(xxxvi) Empresa de Auditoria: KPMG Auditores Independentes, sediada na Rua Renato Paes de Barros, nº 33, São Paulo – SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.755.217/0001-29.

(xxxvii) Eventos de Avaliação: significado atribuído no item 19.1.1.

(xxxviii) Eventos de Liquidação: significado atribuído no item 19.3.

(xxxix) Fundo: significado atribuído no item 2.1.

(xl) Gestor: significado atribuído no item 7.2(ii).

(xli) Grupo Econômico: o grupo econômico-financeiro formado por entidades controladoras, entidades direta ou indiretamente controladas, suas coligadas e sociedades sob controle comum de determinada entidade.

(xlii) IGP-M: significa o Índice Geral de Preços do Mercado calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

(xliii) Instituição Administradora: significado atribuído no item 3.1.

(xliv) Instrução CVM nº 356/01: significado atribuído no preâmbulo.

(xlv) Instrução CVM n.º 409/04: Instrução da CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, e alterações posteriores.

(xlvi) Investidores Autorizados: significado atribuído no item 9.4.

(xlvii) Originadores: pessoas físicas e pessoas jurídicas atuantes nos segmentos comercial, industrial, financeiro, petrolífero, imobiliário, de serviços e/ou do agronegócio, vendedoras e/ou fornecedoras de produtos e/ou serviços aos Sacados, originadoras de Direitos Creditórios. Os Originadores pessoas físicas serão necessariamente atuantes no segmento do agronegócio.



- (xlviii) Partes Relacionadas: qualquer pessoa, natural ou jurídica, fundo, universalidade de direitos, entidade, personificada ou não, direta ou indiretamente, controladora, controlada, sob controle comum, coligada, ligada ou de simples participação.
- (xlix) Periódico: significado atribuído no item 18.1.
- (l) Procedimentos de Cobrança: os procedimentos a serem observados pelo Gestor, nos termos do Contrato de Cobrança, na realização da cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos, conforme listados no Anexo II.
- (li) Prospecto: o prospecto do Fundo, preparado nos termos da Instrução CVM nº 356/01.
- (lii) Regulamento: o presente regulamento do Fundo e suas eventuais alterações posteriores.
- (liii) Relação Mínima: significado atribuído no item 8.3.
- (liv) Resgate Antecipado Compulsório: significado atribuído no item 8.3.5.
- (lv) Resolução CMN nº 2.907/01: significado atribuído no preâmbulo.
- (lvi) Sacados: os devedores dos Direitos Creditórios Adquiridos.
- (lvii) SELIC: Sistema Especial de Liquidação e de Custódia.
- (lviii) Taxa de Administração: significado atribuído no item 5.1.
- (lix) Taxa de Cessão: taxa de desconto pré-fixada pelo Gestor, incidente sobre o valor de face de cada Direito Creditório Elegível, a ser adquirido pelo Fundo, nos termos do respectivo Contrato de Promessa de Cessão e/ou Termo de Cessão, obedecida a Taxa Mínima de Cessão.
- (lx) Taxa DI: taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros - DI de 01 (um) dia – “over extragrupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.
- (lxi) Taxa de Gestão: significado atribuído no item 5.4.
- (lxii) Taxa de Saída: valor cobrado pelo Fundo, de cada Cotista que solicitar o resgate de Cotas, apurado na forma a seguir expressa, a ser deduzido do

valor a ser pago ao Cotista quando do pagamento do resgate de suas Cotas: (i) observado o prazo de carência de que trata o item 9.6 (i) abaixo, caso o Cotista Sênior opte por realizar o resgate de suas Cotas Seniores em até 180 (cento e oitenta) dias contados da data da integralização das respectivas Cotas Seniores, será cobrada a Taxa de Saída sobre suas Cotas Seniores resgatadas, equivalente a 70% (setenta por cento) dos rendimentos líquidos auferidos por suas Cotas Seniores durante o período entre a data de integralização da Cota Sênior e a data de resgate; e (ii) caso o Cotista Subordinado opte por solicitar o resgate de suas Cotas Subordinadas em até 180 (cento e oitenta) dias contados da data da integralização das respectivas Cotas Subordinadas, será cobrada a Taxa de Saída sobre as Cotas Subordinadas resgatadas, equivalente ao valor total dos rendimentos auferidos pelas Cotas Subordinadas resgatadas, de forma que o valor de resgate de cada Cota Subordinada a ser pago ao Cotista Subordinado será, no máximo, igual ao valor da Cota Subordinada no momento de sua integralização, deduzido dos tributos incidentes e demais taxas e despesas do Fundo. A totalidade dos valores recebidos a título de Taxa de Saída serão integralmente revertidos ao Fundo, em benefício dos demais Cotistas.

- (Ixi) Taxa Mínima de Cessão: taxa mínima de desconto a ser respeitada quando da determinação da Taxa de Cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis a serem adquiridos pelo Fundo, equivalente a 150% (cento e cinquenta por cento) da Taxa DI na respectiva Data de Aquisição.
- (Ixiv) Taxa SELIC: taxa referencial do SELIC para títulos federais, divulgada pelo Bacen, expressa de forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias.
- (I xv) Termo de Adesão: documento preparado na forma do Anexo III, a ser firmado pelos Cotistas, evidenciando sua adesão aos termos deste Regulamento.
- (I xvi) Termo de Cessão: os termos de cessão de Direitos Creditórios Elegíveis, celebrados no âmbito de cada Contrato de Promessa de Cessão, formalizando a efetiva cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo.

## 2. OBJETO, CONSTITUIÇÃO E CARACTERÍSTICAS

2.1 O TREND BANK MULTICREDIT - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS, doravante designado "Fundo", tem por objeto a captação de recursos para aquisição preponderante de Direitos Creditórios Elegíveis, nos termos da política de investimento descrita na cláusula 11 do presente Regulamento.



**2.2** O Fundo é constituído sob a forma de condomínio aberto, de modo que suas Cotas poderão ser resgatadas nos termos deste Regulamento.

**2.3** O Fundo terá prazo de duração indeterminado.

**2.3.1** Sem prejuízo do item 2.3 acima, o Fundo poderá ser liquidado por deliberação da assembléia geral de Cotistas, observado o disposto na cláusula 19 deste Regulamento.

### **3. ADMINISTRAÇÃO**

**3.1** O Fundo é administrado pela **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade devidamente autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento e administrar carteiras de valores mobiliários, por meio do Ato declaratório n.º 6.696, de 21 de fevereiro de 2002, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º. 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 36.113.876/0001-91, doravante designada "Instituição Administradora".

### **4. OBRIGAÇÕES, VEDAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA**

**4.1** A Instituição Administradora, observadas as limitações estabelecidas no presente Regulamento e nas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, tem amplos e gerais poderes para praticar todos os atos necessários à administração do Fundo e para exercer os direitos inerentes aos Direitos Creditórios Adquiridos e demais Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo.

**4.2.** Incluem-se entre as obrigações da Instituição Administradora:

- (i) aprovar ou celebrar este Regulamento, os Contratos de Promessa de Cessão, os Termos de Cessão, os contratos com prestadores de serviços ao Fundo e os demais documentos relacionados com o Fundo ("Documentos do Fundo"), por conta e ordem do Fundo, e contratar, também por conta e ordem do Fundo, (a) a Agência Classificadora de Risco, para prestar os serviços de classificação de risco das Cotas Seniores e (b) a Empresa de Auditoria;



- (ii) praticar todos os atos de administração ordinária do Fundo, de modo a manter a sua boa ordem legal, operacional e administrativa;
- (iii) monitorar o cumprimento integral pelo Fundo dos limites e critérios estabelecidos neste Regulamento, bem como da Relação Mínima;
- (iv) monitorar, a qualquer tempo e sem qualquer custo adicional para o Fundo, o cumprimento das funções atribuídas ao Gestor e ao Custodiante;
- (v) informar imediatamente à Agência Classificadora de Risco a ocorrência dos seguintes eventos:
  - (a) sua substituição e a substituição da Empresa de Auditoria, do Gestor e/ou do Custodiante;
  - (b) ocorrência de qualquer Evento de Avaliação e/ou Evento de Liquidação; e
  - (c) celebração de aditamentos aos Documentos do Fundo;
- (vi) registrar o documento de constituição do Fundo e o presente Regulamento e seu(s) Anexo(s), bem como suas alterações, em Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro;
- (vii) manter atualizados e em perfeita ordem, por no mínimo 5 (cinco) anos:
  - (a) a documentação relativa às operações do Fundo;
  - (b) o registro dos Cotistas;
  - (c) o livro de atas de assembléias gerais;
  - (d) o livro de presença de Cotistas;
  - (e) o Prospecto;
  - (f) os demonstrativos trimestrais de que trata o item 17.3;
  - (g) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao Fundo; e

- (h) os relatórios da Empresa de Auditoria;
- (viii) receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo diretamente ou por meio do Custodiante;
- (ix) entregar ao Cotista, gratuitamente, exemplar deste Regulamento e do Prospecto, bem como notificá-lo do nome do Periódico e da Taxa de Administração;
- (x) divulgar, anualmente, conforme previsto no item 17.4 abaixo, no Periódico, além de manter disponíveis em sua página na rede mundial de computadores, sua sede e agência(s) e nas instituições que coloquem as Cotas, o valor do patrimônio líquido do Fundo, o valor das Cotas de cada classe, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, a Relação Mínima entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores, e os relatórios da Agência Classificadora de Risco contratada pelo Fundo;
- (xi) divulgar todas as informações exigidas pela regulamentação pertinente ou por este Regulamento, em especial as discriminadas na cláusula 17 abaixo;
- (xii) custear as despesas de propaganda do Fundo;
- (xiii) fornecer anualmente aos Cotistas documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Cotas de sua propriedade e respectivo valor;
- (xiv) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, previstas na Instrução CVM nº 356/01, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a Instituição Administradora e o Gestor junto ao Fundo;
- (xv) providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco das Cotas Seniores; e



- (xvi) além das demais hipóteses prevista na regulamentação e neste Regulamento, requerer imediatamente a convocação de assembléia geral de Cotistas no caso de verificação de qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação do Fundo.

**4.2.1** A divulgação das informações previstas no item 4.2 (x) acima pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódicos de ampla veiculação, observada a responsabilidade do administrador designado nos termos do artigo 8º da Instrução CVM nº 356/01, pela regularidade na prestação dessas informações.

**4.3** É vedado à Instituição Administradora:

- (i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo Fundo, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;
- (ii) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações praticadas pelo Fundo; e
- (iii) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título.

**4.3.1** As vedações de que tratam os incisos "i" a "iii" do item 4.3 acima abrangem os recursos próprios das Partes Relacionadas, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou coobrigação dessas.

**4.4** É vedado à Instituição Administradora, em nome do Fundo:

- (i) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos, desde que com o objetivo de proteger posições detidas à vista;
- (ii) realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos neste Regulamento;
- (iii) aplicar recursos diretamente no exterior;



- (iv) adquirir Cotas;
- (v) pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas neste Regulamento e nas disposições legais e regulamentares pertinentes;
- (vi) vender Cotas a prestação;
- (vii) vender Cotas a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil cedentes de Direitos Creditórios, exceto quando se tratar de Cotas Subordinadas;
- (viii) prometer rendimento predeterminado aos Cotistas;
- (ix) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- (x) delegar poderes de gestão da carteira do Fundo, ressalvado o disposto na cláusula 7 abaixo;
- (xi) obter ou conceder empréstimos, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos, desde que com o objetivo de proteger posições detidas à vista; e
- (xii) efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do Fundo, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações do Fundo realizadas em mercados de derivativos desde que com o objetivo de proteger posições detidas à vista.

## 5. REMUNERAÇÃO

**5.1** Pela prestação do serviço de administração do Fundo, será cobrada uma taxa de administração de 2% (dois por cento) ao ano, aplicada, diariamente, sobre o valor do patrimônio líquido do Fundo do Dia Útil imediatamente anterior ("Taxa de Administração").

**5.2** A Taxa de Administração será calculada e provisionada todo Dia Útil, com base no patrimônio líquido do Fundo do Dia Útil imediatamente anterior, e será paga



mensalmente, sendo a primeira parcela devida no último Dia Útil do mês da Data de Início e as demais no último Dia Útil dos meses subseqüentes.

**5.3** A Taxa de Administração compreende, além da remuneração da Instituição Administradora, a remuneração do Gestor, sendo que fica assegurado exclusivamente à Instituição Administradora, o recebimento de 0,15% (quinze centésimos por cento) ao ano, aplicada, diariamente, sobre o valor do patrimônio líquido do Fundo do Dia Útil imediatamente anterior, sendo o valor mínimo mensal equivalente à R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

**5.3.1.** O valor em reais definido no item 5.3 acima, será atualizado pela Instituição Administradora a partir de 01 de agosto de 2009, pela variação do IGP-M, sendo informado anualmente ao Custodiante.

**5.4** Pela prestação do serviço de gestão do Fundo, conforme a seguir descrito, o Gestor receberá, diretamente do Fundo, uma remuneração correspondente a 1,85% (um inteiro e oitenta e cinco centésimos por cento) ao ano, aplicada diariamente sobre o valor do patrimônio líquido do Fundo do Dia Útil imediatamente anterior ("Taxa de Gestão"), a ser deduzida da Taxa de Administração.

**5.5** Os tributos incidentes sobre a remuneração descrita no item 5.3 acima (ISS, PIS, COFINS, CSLL e IR na fonte e outros que porventura venham a incidir) serão a ela acrescidos nas alíquotas vigentes nas respectivas datas de pagamento.

**5.6.** A Instituição Administradora pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviço contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração prevista no item 5.1 acima.

**5.7.** Na Taxa de Administração não estão incluídas as despesas previstas na cláusula 15 abaixo, as quais serão debitadas do Fundo pela Instituição Administradora.

**5.8.** O equivalente a 50% (cinquenta por cento) da parcela da Taxa de Administração devida exclusivamente à Instituição Administradora, prevista no item 5.3 acima, será paga diretamente pelo Fundo à Oliveira Trust Servicer S.A., sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, sala 206, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.150.453/0001-20, de acordo com o artigo 56, parágrafo 2º da Instrução CVM nº 356/01, na qualidade de prestadora de serviços para a Instituição Administradora, nas mesmas datas de pagamento da Taxa de Administração, sem





qualquer encargo adicional para o Fundo. A Oliveira Trust Servicer S.A. prestará à Instituição Administradora serviços auxiliares à administração do Fundo, incluindo, mas não se limitando, os serviços de (i) controle e cobrança da documentação necessária à administração do Fundo, inclusive elaboração dos relatórios gerenciais devidos à CVM que sejam de responsabilidade da Instituição Administradora; e (ii) elaboração e atualização do *website* onde serão disponibilizadas aos Cotistas todas as informações pertinentes ao Fundo. O valor pago nos termos deste item será deduzido da parcela da Taxa de Administração devida exclusivamente à Instituição Administradora.

## **6. SUBSTITUIÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA**

**6.1** A Instituição Administradora, mediante aviso divulgado no Periódico ou por meio de correio eletrônico, ou ainda por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista, pode renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, assembléia geral para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação deste Fundo, nos termos da Instrução CVM nº 356/01 e da cláusula 19 abaixo.

**6.1.1** Na hipótese de deliberação pela liquidação do Fundo, a Instituição Administradora obriga-se a permanecer no exercício de sua função até a liquidação total do Fundo.

**6.1.2** Os Cotistas reunidos em assembléia geral também poderão (i) deliberar pela substituição da Instituição Administradora, devendo encaminhar a este documento contendo as razões e os motivos da solicitação de substituição da mesma, e (ii) indicar o nome, a qualificação, experiência e remuneração de instituições notoriamente capazes de assumir, com o mesmo grau de confiabilidade e qualidade, todos os deveres e as obrigações da Instituição Administradora relativos ao Fundo, nos termos da legislação aplicável, do Regulamento e dos demais Documentos do Fundo.

**6.2** Na hipótese de deliberação pela assembléia geral da substituição da Instituição Administradora, esta deverá permanecer no exercício regular de suas funções pelo menor prazo entre (i) 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período uma única vez, a critério da assembléia geral, ou (ii) até que seja contratada outra instituição administradora.

**6.3** Nas hipóteses de substituição da Instituição Administradora ou de liquidação do Fundo, aplicam-se, no que couber, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria Instituição Administradora.



## 7. CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS

7.1 A Instituição Administradora pode, em nome do Fundo, sem prejuízo de sua responsabilidade e do seu diretor designado, contratar, em condições de mercado, serviços de:

- (i) consultoria especializada, objetivando a análise e seleção de Direitos Creditórios e Ativos Financeiros para integrarem a carteira do Fundo;
- (ii) gestão da carteira do Fundo; e
- (iii) custódia.

7.1.1. Os poderes de gestão referidos no item 7.1(ii) acima somente podem ser delegados a pessoas jurídicas domiciliadas ou com sede no País, devidamente autorizadas pela CVM para o exercício profissional de administração de carteiras de valores mobiliários, nos termos da regulamentação em vigor.

7.1.2. Qualquer alteração cadastral relativa ao Gestor da carteira do Fundo deve ser comunicada à CVM, no prazo de até 15 (quinze) dias contados de sua ocorrência.

7.2. Serão contratados pela Instituição Administradora os seguintes prestadores de serviços:

- (i) **Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 13º, 14º e 15º andares, inscrita no CNPJ/MF sob nº 62.331.228/0001-11, doravante designado “Custodiante”, para prestação dos serviços de escrituração das Cotas, custódia e controladoria dos Direitos Creditórios e demais Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, nos termos do item 7.3 abaixo; e
- (ii) **Trendbank S.A. Banco de Fomento**, sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1993, 3º andar, conjunto 38, Jardim Paulista, inscrita no CNPJ/MF sob nº 48.880.116/0001-99, devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a administrar carteira de valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório CVM nº 7.724, de 13 de abril de 2004, doravante designado “Gestor”, para realizar os serviços de gestão da carteira do Fundo.



**7.3** O Custodiante contratado para realizar os serviços de custódia tratado no item 7.1(iii) acima será responsável pelas seguintes atividades, além de outras expressamente listadas neste Regulamento e/ou no Contrato de Custódia:

I – validar os Direitos Creditórios em relação aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no item 11.5 deste Regulamento;

II – realizar a liquidação física e financeira dos Direitos Creditórios Adquiridos, evidenciados pelos Documentos Representativos de Crédito;

III - fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda de documentação relativos aos Direitos Creditórios Adquiridos e aos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo;

IV - diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem, a documentação dos Direitos Creditórios Adquiridos, com metodologia preestabelecida e de livre acesso para a Empresa de Auditoria, para a Agência Classificadora de Risco e órgãos reguladores; e

V - cobrar e receber, por conta e ordem de seus clientes, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na conta de depósitos dos mesmos.

**7.3.1** A Instituição Administradora, por conta e ordem do Fundo, com a interveniência e anuência do Custodiante, sem prejuízo das responsabilidades deste, (i) contratará o Gestor, por meio do Contrato de Depósito, para realizar a custódia física, guarda, conservação e manutenção dos Documentos Representativos de Crédito, e (ii) contratará o Gestor, por meio do Contrato de Cobrança, para realizar a cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos, a ser realizada nos termos dos Procedimentos de Cobrança.

**7.3.2** Nos termos do artigo 38, parágrafos 1º, 2º e 3º, da Instrução CVM nº 356/01, o Custodiante está eximido da responsabilidade de verificação do lastro dos Direitos Creditórios por amostragem, tendo em vista (i) a significativa quantidade de Direitos Creditórios Elegíveis cedidos e expressiva diversificação de Sacados, e (ii) que o reduzido valor médio dos Direitos Creditórios Elegíveis não justifica a referida verificação por amostragem.

**7.3.2.1** Sem prejuízo do disposto no item 7.3.2 acima, será facultado ao Custodiante realizar auditorias no Gestor, na qualidade de depositário dos Documentos



Representativos de Crédito, caso entenda necessário, para o melhor interesse dos Cotistas.

**7.3.2.2** Em decorrência do disposto no item 7.3.2 acima, o Custodiante não poderá ser responsabilizado por qualquer perda que venha a ser imposta ao Fundo ou aos Cotistas por conta de qualquer irregularidade ou não completude dos Documentos Representativos de Crédito. Todo Cotista, ao ingressar no Fundo, deverá atestar por escrito estar ciente e concordar com o disposto neste item, por meio de assinatura de Termo de Adesão.

**7.3.3** A substituição do Custodiante deverá ser aprovada pela assembléia geral de Cotistas e comunicada à CVM na forma da legislação em vigor.

**7.3.4** Na hipótese de substituição do Custodiante pelos Cotistas, deverão ser observados os procedimentos e os prazos definidos na cláusula 6, relativos à substituição da Instituição Administradora.

**7.4** O Gestor contratado para realizar o serviço de gestão da carteira do Fundo tratado no item 7.1(ii) acima, também será responsável pelas seguintes atividades, além de outras expressamente listadas neste Regulamento e/ou no Contrato de Gestão:

- (i) gerenciar diariamente o fluxo de caixa do Fundo;
- (ii) verificar a situação cadastral dos Originadores e dos Cedentes;
- (iii) diligenciar para que somente façam parte integrante da carteira do Fundo, Direitos Creditórios Elegíveis devidamente acompanhados pelos Documentos Representativos de Crédito;
- (iv) definir o valor da Taxa de Cessão a ser utilizada na determinação do preço da cessão de cada Direito Creditório Elegível, observado o disposto neste Regulamento e no respectivo Contrato de Promessa de Cessão;
- (v) iniciar ou fazer com que se iniciem, quando for o caso, quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários (a) à cobrança dos Direitos Creditórios Adquiridos e Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo, na hipótese de atraso; (b) à excussão de quaisquer garantias eventualmente prestadas; e (c) à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas dos Cotistas do Fundo;



- (vi) contratar instituição financeira encarregada da cobrança não ordinária dos Direitos Creditórios Adquiridos, o que se configura inclusive, mas não de maneira limitada, ao envio a cartório de protestos dos títulos cedidos ao Fundo;
- (vii) verificar, em cada Data de Aquisição, o atendimento dos Direitos Creditórios ofertados às Condições da Cessão; e
- (viii) realizar a custódia física, guarda, conservação e manutenção dos Documentos Representativos de Crédito, nos termos do Contrato de Depósito.

**7.4.1** A substituição do Gestor somente será realizada nas hipóteses de (i) ocorrência de Evento de Liquidação, (ii) ocorrência de Evento de Avaliação, que seja deliberado pelos Cotistas tratar-se de Evento de Liquidação, ou (iii) justa causa, assim entendida como a hipótese em que haja a comprovada atuação do Gestor com dolo ou culpa grave no âmbito de suas responsabilidades para com o Fundo.

**7.4.1.2** A substituição do Gestor deverá ser aprovada pela assembléia geral de Cotistas, nos termos deste Regulamento, e comunicada à CVM na forma da legislação em vigor.

**7.4.2** Na hipótese de substituição do Gestor pelos Cotistas, deverão ser observados os procedimentos e os prazos definidos na cláusula 6, relativos à substituição da Instituição Administradora.

## **8. COTAS: CLASSES E RELAÇÃO MÍNIMA**

**8.1** As Cotas são escriturais, correspondem a frações ideais do patrimônio do Fundo, mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares e resgatáveis, conforme o disposto no presente Regulamento, não sendo admitida sua amortização, observado o disposto no item 8.2.2 abaixo. A qualidade de Cotista caracteriza-se pelo registro das Cotas na conta de depósito aberta em nome do Cotista no Custodiante.

**8.1.1** As Cotas não poderão ser objeto de cessão ou transferência, salvo por decisão judicial, execução de garantia ou sucessão universal, nos termos da regulamentação em vigor.



**8.2** As cotas do Fundo poderão ser da classe sênior ("Cotas Seniores") ou da classe subordinada ("Cotas Subordinadas" e, em conjunto com as Cotas Seniores, as "Cotas"). Serão emitidas inicialmente Cotas no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) cada, independentemente da classe, ficando a critério da Instituição Administradora a quantidade de Cotas a ser emitida, desde que respeitada a Relação Mínima entre o patrimônio líquido do Fundo e o valor das Cotas Seniores, prevista no item 8.3 abaixo.

**8.2.1** Observado o disposto no item seguinte e nos itens 16.9 e seguintes abaixo, todas as Cotas de mesma classe terão iguais valores e prazos, bem como direitos de voto.

**8.2.2** As Cotas Seniores não se subordinam às demais para efeito de resgate e apresentam preferência na distribuição dos resultados da carteira do Fundo, em relação às Cotas Subordinadas. As Cotas Subordinadas se subordinam às Cotas Seniores para efeito de resgate e distribuição dos resultados da carteira do Fundo.

**8.3** As Cotas Seniores não poderão, durante toda a vigência do Fundo, ultrapassar 74% (setenta e quatro por cento) do patrimônio líquido do Fundo. A relação mínima entre o patrimônio líquido do Fundo e valor das Cotas Seniores é de 135,1% (cento e trinta e cinco inteiros e um décimo por cento) ("Relação Mínima"). A Relação Mínima deve ser apurada diariamente pela Instituição Administradora, exclusivamente com base nos parâmetros e informações disponibilizados pelo Custodiante, e disponibilizada aos Cotistas em sua sede e em seu *website*, na rede mundial de computadores.

**8.3.1** O patrimônio líquido do Fundo corresponde à soma algébrica do caixa disponível com o valor dos ativos integrantes da carteira mais os valores a receber, menos as exigibilidades referentes às despesas do Fundo e provisões. Na apuração do valor da carteira serão observadas as normas e procedimentos constantes no COSIF, exceto se a CVM expedir normas contábeis específicas para este fim, hipótese em que estas deverão ser observadas.

**8.3.2** Na hipótese de a Relação Mínima deixar de ser observada, a Instituição Administradora deverá suspender a aquisição de Direitos Creditórios para compor a carteira do Fundo e comunicar tal ocorrência ao Gestor, no mesmo dia de sua verificação, por correspondência ou correio eletrônico, para que o Gestor, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados do recebimento da comunicação enviada pela Instituição Administradora:



- (i) informe se providenciará o atendimento da Relação Mínima por meio da integralização de Cotas Subordinadas em moeda corrente nacional e/ou em Direitos Creditórios Elegíveis; e/ou
- (ii) informe sua intenção em re-enquadrar a Relação Mínima por meio do Resgate Antecipado Compulsório, observados os procedimentos definidos nos itens a seguir.

**8.3.3** Na hipótese do item 8.3.2 (i) acima, a Instituição Administradora, mediante solicitação do Gestor, notificará os Cotistas Subordinados para que, num prazo de 5 (cinco) Dias Úteis a contar da data de recebimento da referida notificação, integralizem novas Cotas Subordinadas, por meio do aporte de novos recursos em moeda corrente nacional e/ou da entrega de novos Direitos Creditórios Elegíveis, proporcionalmente à quantidade de Cotas Subordinadas detidas por cada Cotista Subordinado no momento da verificação do desenquadramento, até que seja reestabelecida a Relação Mínima.

**8.3.4** Caso o Gestor decida pelo re-enquadrando do Fundo por meio dos procedimentos descritos nos itens 8.3.2 (i) e 8.3.3 acima e os Cotistas Subordinados não integralizem novas Cotas Subordinadas em quantidade suficiente para o re-enquadramento da Relação Mínima no prazo mencionado no item 8.3.3 acima, tal fato será considerado um Evento de Liquidação, conforme previsto no item 19.3 (v).

**8.3.5** Na hipótese do item 8.3.2 (ii) acima, a Instituição Administradora deverá convocar assembléia geral de Cotistas para deliberar sobre o resgate compulsório antecipado, da totalidade ou de parte das Cotas Seniores em circulação, concomitantemente, em igualdade de condições e proporcionalmente à quantidade de Cotas Seniores detidas por cada Cotista, pelo valor da Cota apurado na forma do item 10.2 abaixo (o "Resgate Antecipado Compulsório").

## **9. EMISSÃO, INTEGRALIZAÇÃO E RESGATE DE COTAS**

**9.1** As Cotas Seniores e as Cotas Subordinadas poderão ser emitidas, a qualquer tempo, pelo valor da cota de abertura apurado na respectiva data de emissão na forma definida na cláusula 10 deste Regulamento.

**9.2** As Cotas somente serão distribuídas por instituição integrante do sistema de distribuição de títulos e valores mobiliários, nos termos da regulamentação em vigor.





**9.3 A aplicação nas Cotas obedece às seguintes regras:**

- (i) a aplicação inicial mínima de cada Cotista nas Cotas é aquela determinada pela Instrução CVM nº 356/01, atualmente em R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), sendo que aplicações posteriores pelo mesmo Cotista não terão valor mínimo;
- (ii) a aplicação nas Cotas poderá ser efetuada por débito em conta corrente ou em conta investimento, transferência eletrônica disponível ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Bacen à escolha da Instituição Administradora;
- (iii) para o cálculo do número de Cotas a que tem direito o investidor, não serão deduzidas do valor entregue à Instituição Administradora quaisquer taxas, comissões, honorários ou despesas.
- (iv) as aplicações são consideradas efetivadas somente após a devida disponibilidade dos recursos na conta corrente do Fundo, observado que, na emissão de Cotas, deverá ser utilizado o valor da cota de abertura do próprio dia da disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à Instituição Administradora;
- (v) somente poderão ser emitidas, subscritas e integralizadas Cotas Seniores se houverem sido subscritas e integralizadas Cotas Subordinadas no montante necessário para manter a Relação Mínima.
- (vi) a Instituição Administradora atenderá aos pedidos de aplicação dos investidores, em valores e quantidade de Cotas, observado o disposto neste Regulamento e o seu critério de seleção e aceitação de investidores.

**9.4.** Somente poderão adquirir as Cotas os investidores que: (i) sejam investidores qualificados, conforme definidos pela Instrução CVM nº 409/04, e demais investidores que venham a ser autorizados a subscrever e adquirir cotas de fundos de investimento em direitos creditórios regulados pela Instrução CVM n.º 356/01, nos termos da regulamentação aplicável, e/ou (ii) sejam o próprio Gestor, suas Partes Relacionadas (que sejam investidores qualificados, conforme definidos pela Instrução CVM n.º 409/04) ou fundos exclusivos cujo investidor seja alguma das pessoas listadas em (i) e (ii) neste item ("Investidores





Autorizados"). É vedado o ingresso como Cotista do Fundo de qualquer pessoa que não seja um Investidor Autorizado.

**9.5** O Cotista, ao ingressar no Fundo, deverá firmar o boletim de subscrição e o Termo de Adesão, nos termos do Anexo III, atestando que recebeu cópia deste Regulamento e do Prospecto e que tomou ciência dos riscos envolvidos e da política de investimento, onde indicará um representante responsável pelo recebimento das comunicações a serem enviadas pela Instituição Administradora, nos termos deste Regulamento, fornecendo os competentes dados cadastrais, incluindo endereço completo e endereço eletrônico (*e-mail*). Por meio do Termo de Adesão, o Cotista comprometer-se-á ainda a informar a Instituição Administradora sobre eventuais alterações de seus dados cadastrais.

**9.6** O resgate das Cotas Seniores obedecerá às seguintes regras:

- (i) os Cotistas Seniores estarão sujeitos a um prazo de carência para o resgate de suas Cotas Seniores equivalente a 30 (trinta) dias a contar da data de integralização das respectivas Cotas Seniores, de modo que não serão processados pela Instituição Administradora os pedidos de resgate de Cotas Seniores recebidos durante tal período;
- (ii) caso o Cotista Sênior opte por realizar o resgate de suas Cotas Seniores em até 180 (cento e oitenta) dias contados da data de integralização das respectivas Cotas Seniores, será cobrada a Taxa de Saída sobre suas Cotas Seniores resgatadas, equivalente a 70% (setenta por cento) dos rendimentos líquidos auferidos por suas Cotas Seniores durante o período entre a data de integralização da Cota Sênior e a data de resgate, observado que a totalidade dos valores recebidos a título de Taxa de Saída serão revertidos ao Fundo, em benefício dos demais Cotistas;
- (iii) o Cotista Sênior deve comunicar à Instituição Administradora a sua intenção de resgatar as Cotas Seniores;
- (iv) caso a data de solicitação do resgate das Cotas Seniores não seja um Dia Útil, ou seja recebida após as 13:00 horas, a solicitação de resgate será considerada recebida no Dia Útil subsequente;



- (v) o valor líquido do resgate das Cotas Seniores será creditado ao Cotista que o tiver solicitado em até 5 (cinco) Dias Úteis da data da respectiva solicitação;
- (vi) para fins de resgate, o valor da Cota Sênior será o valor da Cota de abertura da data do pagamento;
- (vii) se, na data de pagamento do resgate das Cotas Seniores, não existirem recursos em moeda corrente nacional suficientes para atender ao montante total do resgate solicitado, o Fundo realizará o pagamento do resgate da quantidade de Cotas Seniores equivalente ao montante disponível em moeda corrente nacional e interromperá a aquisição de novos Direitos Creditórios Elegíveis e Ativos Financeiros até que a totalidade do pagamento do resgate de Cotas Seniores solicitado tenha sido efetivamente realizado. O Fundo realizará o pagamento de resgate das Cotas Seniores remanescentes na medida em que houver a disponibilidade de recursos em moeda corrente nacional; e
- (viii) o resgate das Cotas Seniores poderá ser efetuado mediante crédito em conta corrente ou conta investimento, transferência eletrônica disponível ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Bacen, à escolha da Instituição Administradora, correndo os custos correspondentes às tarifas de serviço bancário por conta do Cotista.

**9.6.1** Caso as ordens de resgate de Cotas Seniores excedam a liquidez do Fundo em determinado dia, de forma que não existam recursos suficientes para cobrir em sua totalidade os pedidos de resgate, a Instituição Administradora atenderá aos pedidos de resgates de Cotas Seniores conforme a ordem cronológica de recebimento de tais pedidos, observando-se o disposto no item 9.6 (vii) acima. Neste caso, a Instituição Administradora comunicará os Cotistas que solicitarem o resgate de suas Cotas Seniores sobre os procedimentos que serão utilizados para pagamento dos respectivos resgates.

**9.7** Em se tratando de Cotas Subordinadas, admite-se que a integralização e o resgate sejam efetuados em Direitos Creditórios, na forma e proporção descritas no item 9.8 abaixo.



**9.8** O resgate das Cotas Subordinadas obedecerá às seguintes regras:

- (i) caso o Cotista Subordinado opte por solicitar o resgate de suas Cotas Subordinadas em até 180 (cento e oitenta) dias contados da data da integralização das respectivas Cotas Subordinadas, será cobrada a Taxa de Saída sobre as Cotas Subordinadas resgatadas, equivalente ao valor total dos rendimentos auferidos pelas Cotas Subordinadas resgatadas, de forma que o valor de resgate de cada Cota Subordinada a ser pago ao Cotista Subordinado será, no máximo, igual ao valor da Cota Subordinada no momento de sua integralização, deduzido dos tributos incidentes e demais taxas e despesas do Fundo;
- (ii) o Cotista Subordinado deve comunicar à Instituição Administradora a sua intenção de resgatar as Cotas Subordinadas;
- (iii) caso a data de solicitação do resgate das Cotas Subordinadas não seja um Dia Útil, ou seja recebida após as 13:00 horas, a solicitação de resgate será considerada recebida no Dia Útil subsequente;
- (iv) o pagamento do resgate das Cotas Subordinadas será realizado ao Cotista que o tiver solicitado em até 5 (cinco) dias da data da respectiva solicitação, observado que, caso a solicitação do resgate das Cotas Subordinadas ocorra antes do resgate das Cotas Seniores, o pagamento ocorrerá somente depois de transcorrido um prazo mínimo de 60 (sessenta) dias contado do pedido de resgate das Cotas Subordinadas;
- (v) para fins de resgate, o valor da Cota Subordinada será o valor da cota de abertura da data do pagamento; e
- (vi) computada, *pro forma*, o resgate pretendido, o Fundo deverá atender à Relação Mínima prevista no item 8.3 deste Regulamento.

**9.8.1** Na hipótese de solicitação de resgate das Cotas Subordinadas, prevista no item 9.8 acima, a Instituição Administradora deverá, no máximo, no terceiro Dia Útil após o recebimento do pedido de resgate, comunicar aos titulares das Cotas Seniores em circulação a solicitação do resgate e a data prevista para sua realização, nos termos do presente Regulamento.



**9.8.2** Os titulares das Cotas Seniores em circulação, a partir da comunicação referida no item anterior, poderão requerer o resgate de suas Cotas, o qual deverá ser integralmente concluído antes do respectivo resgate das Cotas Subordinadas, observadas as condições previstas no presente Regulamento.

**9.9** Admite-se o resgate de Cotas Seniores, em Direitos Creditórios Adquiridos, exclusivamente na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, na forma e proporção descritas no item 9.10 abaixo.

**9.10** Para fins do disposto nos itens 9.7, 9.8 e 9.9 acima:

- (i) deverão ser observados os parâmetros estabelecidos na cláusula 12 abaixo na apuração do valor dos Direitos Creditórios Adquiridos a serem empregados no resgate das Cotas;
- (ii) é vedada a escolha, por parte do Cotista, dos ativos que lhe serão entregues na hipótese de optar por resgate em Direitos Creditórios Adquiridos; e
- (iii) excepcionalmente, será admitido o pagamento, ao Cotista, com Direitos Creditórios Adquiridos por ele previamente cedidos ao Fundo.

**9.11** Em casos excepcionais de iliquidez dos ativos componentes da carteira do Fundo, inclusive em decorrência de pedidos de resgates incompatíveis com a liquidez existente, ou que possam implicar alteração do tratamento tributário do Fundo ou dos Cotistas, em prejuízo destes últimos, a Instituição Administradora poderá declarar o fechamento do Fundo para a realização de resgates, sendo obrigatória a convocação de assembléia geral extraordinária, no prazo máximo de 1 (um) Dia Útil, para deliberar, no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis, a contar da data do fechamento para resgate, sobre as seguintes possibilidades:

- (i) substituição da Instituição Administradora, do Gestor ou de ambos;
- (ii) reabertura ou manutenção do fechamento do Fundo para resgate;
- (iii) possibilidade do pagamento de resgate em Direitos Creditórios Adquiridos e/ou em Ativos Financeiros;
- (iv) cisão do Fundo; e
- (v) liquidação do Fundo.



**9.11.1** A Instituição Administradora é responsável pela não utilização dos poderes conferidos no item 9.11 acima, caso sua omissão cause prejuízo aos Cotistas remanescentes.

**9.11.2** O fechamento do Fundo para resgate deverá, em qualquer caso, ser imediatamente comunicado à CVM e de divulgação ao mercado por meio de fato relevante.

**9.11.3** A assembléia geral extraordinária deverá realizar-se mesmo que a Instituição Administradora delibere reabrir o Fundo antes da data marcada para sua realização.

**9.11.4** A Instituição Administradora poderá solicitar à CVM autorização específica para proceder à cisão do Fundo antes da reabertura para resgates, ficando neste caso vedadas novas aplicações no Fundo resultante da cisão, e devendo, de qualquer modo, realizar-se a assembléia geral extraordinária de que trata o item 9.11.

**9.11.5** Cabe à Instituição Administradora tomar as providências necessárias para que as hipóteses descritas acima não venham a ocorrer em decorrência da liquidação física de ativos do Fundo.

## **10. VALORIZAÇÃO DAS COTAS**

**10.1** As Cotas, independentemente da classe, serão valorizadas todo Dia Útil, conforme a distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo descrita no item 10.2 abaixo. A primeira valorização ocorrerá no Dia Útil seguinte à Data de Início, e a última na data de liquidação do Fundo. Para o cálculo do número de Cotas a que tem direito o investidor, devem ser deduzidas, do valor entregue à Instituição Administradora, as taxas ou despesas convencionadas neste Regulamento.

**10.2** A distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo ocorrerá conforme o seguinte procedimento, desde que o patrimônio do Fundo assim permita:

- (i) após o pagamento ou provisionamento da Taxa de Administração e das demais despesas e encargos do Fundo, será incorporado ao valor de cada Cota Sênior, a título de distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo relativos ao Dia Útil imediatamente anterior, o valor equivalente a 120% (cento e vinte por cento) da taxa média do DI (Depósito Interfinanceiro) de 1 (um) dia, extra-grupo, calculada e divulgada pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e



Derivativos, no respectivo período, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Taxa DI"), incidente sobre o valor anterior da Cota Sênior; e

- (ii) após a distribuição dos rendimentos acima descrita para as Cotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado proporcionalmente às Cotas Subordinadas.

**10.2.1** No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando da distribuição de rendimentos prevista neste Regulamento, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do Fundo quanto pelos titulares das Cotas Seniores, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

**10.2.2** Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 30 (trinta) dias após esta data, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, a Instituição Administradora, mediante aviso aos Cotistas, substituirá a Taxa DI pela taxa média diária do SELIC, divulgada pelo Bacen ("Taxa SELIC"). No caso de não ser possível a substituição da Taxa DI pela Taxa SELIC, a Instituição Administradora deverá convocar assembleia geral de Cotistas para definir o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer distribuições de rendimentos previstas no Regulamento, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, até a data da deliberação da assembleia geral de Cotistas.

**10.3** O valor unitário das Cotas Seniores será o menor dos seguintes valores:

- (i) o resultado da divisão do patrimônio líquido do Fundo, apurado conforme o item 8.3.1 acima, pelo número de Cotas Seniores; ou
- (ii) o valor apurado conforme o disposto no item 10.2 (i) acima.

**10.4** O valor unitário das Cotas Subordinadas será o resultado da divisão do eventual saldo remanescente do patrimônio líquido do Fundo, após a subtração do valor de todas as Cotas Seniores, pelo número total de Cotas Subordinadas em circulação.

**10.5** A presente cláusula não constitui promessa de rendimentos, estabelecendo meramente uma preferência na distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo, bem como critérios de distribuição de rendimentos entre as Cotas das diferentes classes existentes. Portanto, os Cotistas somente receberão rendimentos se o patrimônio do Fundo assim permitir.



## **11. POLÍTICA DE INVESTIMENTO, CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E CONDIÇÕES DE CESSÃO**

**11.1** Visando atingir o objetivo proposto, o Fundo utiliza-se de ativos financeiros e/ou modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro, observados os limites e as restrições previstas na legislação vigente e neste Regulamento.

**11.2** Após 90 (noventa) dias do início das atividades, o Fundo deverá ter, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) e, no máximo, 100% (cem por cento) de seu patrimônio líquido representado por Direitos Creditórios Adquiridos.

**11.3** Para que possam ser adquiridos para a carteira do Fundo, os Direitos Creditórios alvo de aquisição pelo Fundo devem atender na Data de Aquisição, às Condições de Cessão e aos Critérios de Elegibilidade definidos neste Regulamento.

**11.4** Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo devem atender cumulativamente às seguintes Condições de Cessão que serão validadas exclusivamente pelo Gestor ("Condições de Cessão"):

I – os Direitos Creditórios devem decorrer de (i) vendas a prazo de bens, (ii) operações comerciais, (iii) operações de crédito, (iv) locação de imóveis, bens de capital e/ou equipamentos, e/ou (v) prestação de serviços, que tenham sido efetivamente entregues ou prestados pelos Originadores aos seus respectivos Sacados;

II – os Direitos Creditórios devem decorrer de Cedentes que sejam pessoas físicas, pessoas jurídicas ou fundos de investimento, observado que (i) os Cedentes poderão ser, inclusive, (a) os próprios Originadores, (b) pessoas jurídicas controladas, sob controle comum ou coligadas ao Gestor, ou, ainda, (c) fundos de investimento geridos pelo Gestor, e (ii) os Cedentes que sejam pessoas físicas apenas poderão ceder ao Fundo Direitos Creditórios Elegíveis do agronegócio;

III – os Sacados não deverão estar em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, insolvência ou procedimento similar, conforme verificação a ser realizada pelo Gestor;

IV – os Direitos Creditórios devem ser previamente avaliados e aprovados pelo Gestor;

V – os Direitos Creditórios devem estar amparados pelos respectivos Documentos Representativos de Crédito;





VI – os Direitos Creditórios devem ter sido originados pelo Originador observando-se a política geral de concessão de créditos descrita no Anexo I;

VII – considerada, *pro-forma*, a aquisição pretendida, o prazo médio de vencimento dos Direitos Creditórios Adquiridos a vencer, não poderá ser superior a 70 (setenta) dias;

VIII – o somatório do valor de todos os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo pelos 05 (cinco) maiores Cedentes, em conjunto, considerados dentro do Grupo Econômico a que pertençam, não poderá representar, após decorrido o prazo previsto no item 11.2 acima, percentual superior a 30% (trinta por cento) do patrimônio líquido do Fundo;

IX – ressalvadas as hipóteses dos incisos XI e XII abaixo, considerada, *pro-forma*, a aquisição pretendida, o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios Adquiridos devidos por Sacados de um mesmo Grupo Econômico não poderá exceder o percentual de 3% (três por cento) do patrimônio líquido do Fundo na respectiva Data de Aquisição;

X – o total de Direitos Creditórios Adquiridos cedidos ao Fundo por Cedentes de um mesmo Grupo Econômico não poderá representar, após decorrido o prazo previsto no 11.2 acima, percentual superior a 8% (oito por cento) do patrimônio líquido do Fundo;

XI – considerada, *pro-forma*, a aquisição pretendida, o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios Adquiridos representados por CCBs devidos por Sacados de um mesmo Grupo Econômico poderá representar até o limite de 10% (dez por cento) do patrimônio líquido do Fundo na respectiva Data de Aquisição; desde que:

(a) para as CCBs cujo prazo de liquidação seja superior a 90 (noventa) dias e o valor de face seja igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), deverão possuir classificação de risco atribuída pela Agência Classificadora de Risco, em escala nacional, igual ou superior a "A" (A simples); e

(b) para as CCBs cujo prazo de liquidação seja superior a 90 (noventa) dias e o valor de face seja igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), deverão possuir classificação de risco atribuída pela Agência Classificadora de Risco, em escala nacional, igual ou superior a "AA-" (duplo A menos).

XII – considerada, *pro-forma*, a aquisição pretendida, o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios Adquiridos devidos por Sacados de um mesmo Grupo Econômico poderá representar até o limite de 35% (trinta e cinco por cento) do patrimônio líquido do Fundo na respectiva Data de Aquisição; desde que:



(a) o Sacado possua registro de companhia aberta; e

(b) o Sacado possua classificação de risco atribuída pela Agência Classificadora de Risco, em escala nacional, igual ou superior a "AA-" (duplo A menos).

**11.4.1** Será responsabilidade do Gestor obter periodicamente os relatórios de classificação de risco citados nas alíneas "a" e "b" do inciso XI e na alínea "b" do inciso XII supra.

**11.5** Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo devem, ainda, obedecer, cumulativamente, os seguintes Critérios de Elegibilidade que serão validados exclusivamente pelo Custodiante nas respectivas Datas de Aquisição ("Critérios de Elegibilidade"):

I – os Direitos Creditórios não poderão ser oriundos de Sacados devedores de Direitos Creditórios Adquiridos, que estejam inadimplentes para com o Fundo por prazo superior a 30 (trinta) dias;

II – ressalvadas as hipóteses dos incisos XI e XII do item 11.4. acima e sem prejuízo da Condição de Cessão estabelecida no inciso IX do item 11.4 acima, a qual será validada exclusivamente pelo Gestor, considerada, *pro-forma*, a aquisição pretendida, o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios Adquiridos devidos por um único Sacado não poderá exceder o percentual de 3% (três por cento) do patrimônio líquido do Fundo na respectiva Data de Aquisição;

III – os Direitos Creditórios deverão possuir prazo mínimo de vencimento de 15 (quinze) dias, e máximo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias; e

IV – sem prejuízo da Condição de Cessão estabelecida no inciso X do item 11.4 acima, a qual será validada exclusivamente pelo Gestor, o total de Direitos Creditórios Adquiridos cedidos ao Fundo por um único Cedente não poderá representar, após decorrido o prazo previsto no 11.2 acima, percentual superior a 8% (oito por cento) do patrimônio líquido do Fundo.

**11.5.1** Será responsabilidade do Gestor informar ao Custodiante em cada Data de Aquisição os Direitos Creditórios que se enquadrem nas hipóteses dos incisos XI e XII do item 11.4. acima, de modo a permitir ao Custodiante validar o atendimento dos Direitos Creditórios alvo de aquisição pelo Fundo ao Critério de elegibilidade previsto no inciso III do item 11.5. acima.

**11.6** Na hipótese do Direito Creditório Adquirido perder qualquer Condição de Cessão ou Critério de Elegibilidade após sua aquisição pelo Fundo, não haverá direito de regresso contra a Instituição Administradora, o Gestor, ou o Custodiante, salvo na existência de má-fé, dolo ou culpa grave.

**11.7** Os Cedentes serão responsáveis pela existência, certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, solvabilidade, legitimidade e correta formalização dos Diretos Creditórios que comporão a carteira do Fundo, nos termos do artigo 295 do Código Civil Brasileiro, não havendo por parte do Custodiante, da Instituição Administradora e do Gestor qualquer responsabilidade a esse respeito.

**11.7.1** A cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo será irrevogável e irretratável, com a transferência, para o Fundo, em caráter definitivo, da plena titularidade dos respectivos Direitos Creditórios Adquiridos, juntamente com todos os direitos (inclusive direitos reais de garantia), privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionadas, bem como reajustes monetários, juros e encargos.

**11.8** O Gestor, a seu exclusivo critério poderá, no melhor interesse do Fundo, ceder ou alienar os Direitos Creditórios Adquiridos e os Direitos Creditórios Inadimplidos integrantes da carteira do Fundo, bem como permutar os Direitos Creditórios Adquiridos e os Direitos Creditórios Inadimplidos integrantes da carteira do Fundo por outros Direitos Creditórios Elegíveis .

**11.8.1** Caso o Gestor tenha interesse em ceder, alienar ou permutar os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, conforme disposto no item 11.8 acima, deverá enviar as instruções necessárias para a Instituição Administradora até as 14:00hs (quatorze horas) de um Dia Útil, para que a operação, caso esteja de acordo com as disponibilidades financeiras do Fundo, seja realizada no Dia Útil imediatamente seguinte. Na hipótese de o recebimento das instruções pela Instituição Administradora ocorrer após o horário estabelecido acima, a operação desejada pelo Gestor será realizada, caso esteja de acordo com as disponibilidades financeiras do Fundo, até o 2º (segundo ) Dia Útil seguinte.

**11.9** A parcela do patrimônio líquido do Fundo que não estiver alocada em Direitos Creditórios Elegíveis, poderá ser aplicada, isolada ou cumulativamente, em Ativos Financeiros, os quais serão representados por:

a) títulos de emissão do Tesouro Nacional;



- b) títulos de emissão do Bacen; e
- e) operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais.

**11.10** O Fundo poderá adquirir Direitos Creditórios Elegíveis de empresas controladoras, controladas, sob o controle comum, coligadas e/ou subsidiárias dos Cedentes, dos Cotistas, da Instituição Administradora e/ou do Gestor ou, ainda, com carteiras e/ou fundos de investimento administrados e/ou geridos pela Instituição Administradora e/ou pelo Gestor ou pelas pessoas a eles ligadas acima mencionadas. As operações descritas neste item serão objeto de registro segregado das demais operações da carteira do Fundo, de modo a serem facilmente identificáveis.

**11.11** O Fundo não alocará recursos na aquisição de títulos de emissão privada.

**11.12** O Fundo não aplicará seus recursos em Direitos Creditórios: (i) que estejam vencidos e pendentes de pagamento quando de sua pretendida cessão para o Fundo; (ii) decorrentes de receitas públicas originárias ou derivadas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de suas autarquias e fundações; (iii) que resultem de ações judiciais em curso, constituam seu objeto de litígio, ou tenham sido judicialmente penhorados ou dados em garantia; (iv) cuja constituição ou validade jurídica da cessão para o Fundo seja considerada um fator preponderante de risco; (v) originados de empresas em processo de recuperação judicial ou extrajudicial; (vi) de existência futura e montante desconhecido, desde que emergentes de relações já constituídas; e (vii) de natureza diversa, não enquadráveis no disposto no inciso I do art. 2º da Instrução CVM nº 356/01.

**11.13** O Fundo poderá alocar o equivalente a até 49% (quarenta e nove por cento) de seu patrimônio líquido em operações em mercados de derivativos, desde que exclusivamente com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite destas.

**11.13.1** Para o efeito do disposto no "caput" deste item, as operações com derivativos podem ser realizadas nos mercados administrados por bolsas de mercadorias e de futuros, apenas na modalidade com garantia. Adicionalmente, devem ser considerados, para efeito de cálculo de patrimônio líquido do Fundo, os dispêndios efetivamente incorridos a título de prestação de margens de garantia em espécie, ajustes diários, prêmios e custos operacionais, decorrentes da manutenção de posições em mercados organizados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações.



**11.13.2** É vedado ao Fundo realizar operações de "day trade", assim consideradas aquelas operações iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo.

**11.14** Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao seu patrimônio líquido.

## **12. DESCRIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS**

**12.1** Nos termos do inciso X e alíneas do artigo 24 da Instrução CVM nº 356/01, são descritas abaixo características inerentes aos Direitos Creditórios, que se somam àquelas decorrentes dos Critérios de Elegibilidade e das Condições de Cessão descritos na cláusula 11 acima.

**12.2** Os Direitos Creditórios são direitos creditórios de titularidade dos Cedentes, originados pelos Originadores, decorrentes de operações nos segmentos comercial, industrial, financeiro, petrolífero, imobiliário, de serviços e/ou do agronegócio, que consistam em (i) vendas a prazo de bens, (ii) operações comerciais, (iii) operações de crédito, (iv) locação de imóveis, bens de capital e/ou equipamentos, e/ou (v) prestação de serviços, que tenham sido efetivamente entregues ou prestados pelos Originadores aos seus respectivos Sacados.

**12.2.1** Os Direitos Creditórios Elegíveis a serem adquiridos pelo Fundo serão representados pelos Documentos Representativos de Crédito, os quais se constituem, conforme o caso, sem prejuízo de eventuais outros, pelo (i) Contrato de Promessa de Cessão, (ii) Termo de Cessão, (iii) (a) contrato de compra e venda de mercadorias, (b) contrato de fornecimento de mercadorias, (c) contrato de locação de imóveis, bens de capital e/ou equipamentos, (d) contrato de prestação de serviços, (e) CCB, (f) nota promissória, (g) cheque, e/ou (h) duplicata mercantil e/ou de prestação de serviços (emitidas em meio físico e/ou por meio eletrônico), do qual se originaram os Direitos Creditórios Adquiridos, (iv) notificação ao Sacado informando sobre a cessão dos respectivos Direitos Creditórios Adquiridos ao Fundo e indicando o número da conta corrente de titularidade do Fundo em que deverão ser feitos os pagamentos de tais Direitos Creditórios Adquiridos, devidamente acompanhada de comprovante de sua expedição ao respectivo Sacado, e (v) no caso de Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao Fundo por Cedentes que não sejam os próprios Originadores dos respectivos Direitos Creditórios, os contratos e/ou termos de cessão que formalizem a cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis desde o Originador até o Cedente que cederá tais Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo.



**12.2.2** O Gestor, a seu exclusivo critério, no melhor interesse do Fundo, poderá exigir dos Cedentes a constituição de garantias reais ou pessoais para a cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, sem prejuízo da responsabilidade solidária descrita no item 12.4 abaixo.

**12.3** Os Originadores dos Direitos Creditórios Elegíveis deverão observar, quando da originação dos Direitos Creditórios, a política geral de concessão de créditos descrita no Anexo I.

**12.4.** Os Cedentes dos Direitos Creditórios Adquiridos responderão solidariamente pela solvência dos Sacados, nos termos do art. 275 e seguintes do Código Civil Brasileiro, sendo obrigados a efetuar o pagamento dos Direitos Creditórios Inadimplidos em até 4 (quatro) Dias Úteis a contar da data de vencimento do respectivo Direito Creditório Inadimplido, pelo valor exigível do respectivo Sacado inadimplente, inclusive os encargos moratórios contratados no respectivo Direito Creditório Adquirido, incidentes a partir da data de seu vencimento.

**12.5** Os Direitos Creditórios Adquiridos serão cobrados, ordinariamente, por meio de boletos bancários emitidos por instituições financeiras sediadas no país, devidamente autorizadas a funcionar pelo Bacen, selecionadas pelo Gestor, devendo tais pagamentos ser direcionados para contas correntes de titularidade do Fundo.

**12.5.1** A cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos será realizada pelo Gestor, nos termos do Contrato de Cobrança, em observância aos Procedimentos de Cobrança descritos no Anexo II.

### **13. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO E DAS COTAS DE CADA CLASSE**

**13.1** Os ativos integrantes da carteira do Fundo terão seu valor calculado todo Dia Útil, mediante a utilização da metodologia abaixo referida de apuração do seu valor de mercado.

**13.2** Os Ativos Financeiros terão seu valor de mercado apurado com base no manual de precificação do Custodiante, disponível para consulta no site da ANBID. Caso não haja previsão de precificação de certo Ativo Financeiro ou não haja a concordância com a metodologia apresentada no manual de precificação do Custodiante pela Instituição Administradora ou pelo Gestor, tal Ativo Financeiro será precificado pelo Gestor.



**13.3** Os Direitos Creditórios Adquiridos, integrantes da carteira do Fundo, serão registrados pelo valor efetivamente pago e os rendimentos auferidos com os mesmos serão reconhecidos em razão da fluência de seus respectivos prazos de vencimento, amortizações e outros elementos dos respectivos Direitos Creditórios Adquiridos.

**13.3.1** Os Direitos Creditórios Adquiridos, integrantes da carteira do Fundo, terão seu valor calculado, todo Dia Útil, pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos, *pro rata temporis*, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, apurados com base na respectiva Taxa de Cessão, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.

**13.3.2** Na hipótese de se verificar a existência de um mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam semelhantes às dos Direitos Creditórios Adquiridos, estes passarão a ser avaliados pelo seu valor de mercado.

**13.3.3** São elementos que denotam a existência de um mercado ativo de direitos creditórios:

- (i) a criação de segmento específico de negociação para tais ativos em bolsa ou em mercado de balcão organizado; e
- (ii) a existência de negociações com direitos creditórios em volume financeiro relevante, com frequência e regularidade, de modo a conferir efetiva liquidez para os direitos creditórios.

## **14. FATORES DE RISCO**

**14.1** O investidor, antes de adquirir Cotas, deve ler e considerar cuidadosamente os fatores de risco abaixo descritos, à luz de sua própria situação financeira e objetivo de investimento, responsabilizando-se pelo seu investimento no Fundo.

### **14.2 Riscos de Mercado**

**14.2.1 Modalidade de Investimento** – O Fundo se enquadra em modalidade de investimento instituída no Brasil por meio da Resolução CMN nº 2.907/01. Os potenciais investidores devem avaliar minuciosamente suas peculiaridades, tais como restrições de liquidez



dos Direitos Creditórios, que podem eventualmente trazer consequências negativas para o patrimônio do Fundo, ou que podem tornar o investimento ilíquido.

**14.2.2 Complexidade da Estrutura** – O Fundo deve aplicar seus recursos preponderantemente em Direitos Creditórios. Por sua própria natureza, a aplicação em Direitos Creditórios apresenta peculiaridades em relação às aplicações usuais da maioria dos fundos de investimento. Assim, em face da sofisticação e complexidade da estrutura relacionada a uma operação de securitização por meio de fundo de investimento, parte dos potenciais investidores pode decidir não aplicar no Fundo, havendo a conseqüente possibilidade de a captação de recursos pelo Fundo ser menor que a esperada. Isto poderia, eventualmente, acarretar o encerramento precoce do Fundo, por impossibilidade econômica de continuação da operação de securitização.

**14.2.3 Descasamento de Taxas** – Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo são contratados sem indexação, sendo liquidados pelo valor de face. A distribuição dos rendimentos da carteira do Fundo para as Cotas Seniores tem como parâmetro a Taxa DI, conforme previsto no item 10.2.2 acima. Assim, caso a Taxa DI se eleve substancialmente, os recursos do Fundo podem ser insuficientes para pagar parte ou a totalidade dos rendimentos aos detentores de Cotas Seniores. Tendo em vista que nem o Fundo nem a Instituição Administradora, o Gestor ou o Custodiante prometem ou asseguram rentabilidade aos Cotistas, estes somente receberão rendimentos se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

**14.2.4 Oscilações de preços dos Ativos Financeiros decorrentes de fatores de mercado** – Os Ativos Financeiros estão sujeitos às oscilações de preços e cotações de mercado, e a outros riscos, tais como riscos de crédito e de liquidez, de oscilação de mercados e de precificação de ativos, o que pode afetar negativamente o desempenho do Fundo e do investimento realizado pelos Cotistas. A Instituição Administradora, o Gestor e/ou o Custodiante, em hipótese alguma, excetuadas as ocorrências resultantes de comprovado dolo ou má-fé de suas respectivas partes, serão responsabilizados por qualquer depreciação dos ativos da carteira do Fundo, ou por eventuais prejuízos em caso de liquidação do Fundo ou resgate de Cotas.

**14.2.5 Oscilações de preços dos Ativos Financeiros decorrentes de fatores de político-econômicos** – Os Ativos Financeiros estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo, ainda, responder a notícias específicas a respeito dos respectivos emissores. As variações de preços dos Ativos Financeiros poderão ocorrer também em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo inclusive ocorrer mudanças nos padrões



de comportamento de preços dos Ativos Financeiros sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional.

**14.2.6. Marcação a mercado** - A precificação dos Ativos Financeiros deverá ser realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos e valores mobiliários, instrumentos derivativos e demais operações, estabelecidos na regulamentação em vigor e conforme disposto no manual de precificação do Custodiante, disponível no site da ANBID, observado o disposto no item 13.2 acima. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado, poderão ocasionar variações nos valores dos Ativos Financeiros, resultando em aumento ou redução no valor das Cotas do Fundo.

### **14.3 Riscos de Crédito**

**14.3.1 Risco de Inadimplemento** – O Fundo poderá incorrer em risco de crédito dos Sacados, dos Cedentes e demais coobrigados dos Direitos Creditórios Adquiridos e sofrerá o impacto do inadimplemento dos Direitos Creditórios Adquiridos vencidos e não pagos, bem como da impossibilidade de se executar as eventuais garantias vinculadas aos Direitos Creditórios Adquiridos ou da insuficiência dos recursos obtidos com a excussão das referidas garantias para a satisfação da totalidade do crédito do Direito Creditório Inadimplido. O Fundo somente terá recursos para proceder ao resgate das Cotas na medida em que os Direitos Creditórios Adquiridos sejam devidamente pagos pelos respectivos Sacados, Cedentes ou demais coobrigados, não havendo garantia de que o resgate das Cotas ocorrerá integralmente na data estabelecida para pagamento de resgate. Nessas hipóteses, não será devido pelo Fundo, pela Instituição Administradora, pelo Gestor e/ou pelo Custodiante, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza.

**14.3.2 Diversos Setores** – Os Sacados e os Cedentes atuam em diferentes setores da economia, encontrando-se sujeitos portanto à retração em decorrência de recessão e/ou crise econômica. Havendo tais eventos negativos na economia, a capacidade de pagamento dos Sacados e/ou dos Cedentes, em caso de inadimplemento pelo respectivo Sacado dos Direitos Creditórios Adquiridos, poderia ficar comprometida.

**14.3.3 Fatores Macroeconômicos** – O recebimento dos recursos referentes aos Direitos Creditórios Adquiridos pelo Fundo depende da solvência dos Sacados e, conforme o caso, dos Cedentes. Estes são afetados pelo desempenho da economia como um todo. Assim, algum evento ou conjunto de eventos que afete negativamente a economia (tais como desemprego, inflação, alterações da taxa de juros e da taxa de câmbio, bem como outros de ordem macroeconômica) pode prejudicar o desempenho do Fundo, trazendo-lhe perda





patrimonial, pois pode prejudicar a situação financeira e a capacidade de pagamento dos Sacados e/ou dos Cedentes.

**14.3.4 Morte, Falência ou Recuperação dos Sacados e/ou dos Cedentes –**

O falecimento dos Sacados e/ou dos Cedentes, caso sejam pessoas físicas, ou a decretação de falência ou deferimento de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial dos Sacados e/ou dos Cedentes, caso sejam pessoas jurídicas, poderá afetar o pagamento dos Direitos Creditórios Adquiridos e, consequentemente, afetar os resultados do Fundo e rentabilidade das Cotas.

**14.3.5 Ausência de responsabilidade do Fundo, da Instituição**

*Administradora, do Gestor e do Custodiante pela solvência dos Sacados e dos Cedentes –* O Fundo, a Instituição Administradora, o Gestor, e/ou o Custodiante não serão responsáveis pela solvência dos Sacados e/ou dos Cedentes (na hipótese de inadimplência do Sacado). Ainda que, nos termos do item 12.4 acima, os Cedentes dos Direitos Creditórios Adquiridos respondam solidariamente pela solvência dos Sacados, o Fundo sofrerá o impacto do não pagamento dos Direitos Creditórios Inadimplidos, nas hipóteses de inadimplência dos Sacados e dos Cedentes. O procedimento de cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos, não assegurará que os valores devidos ao Fundo relativos a tais Direitos Creditórios serão pagos/recuperados com sucesso.

**14.3.6 Ausência de responsabilidade do Fundo, da Instituição**

*Administradora, do Gestor e do Custodiante pela recuperação dos créditos –* O Fundo, a Instituição Administradora, o Gestor, e o Custodiante não assumem qualquer responsabilidade pelo sucesso da recuperação dos Direitos Creditórios Adquiridos. Ainda que, nos termos do item 12.4 acima, os Cedentes dos Direitos Creditórios Adquiridos respondam solidariamente pela solvência dos Sacados, o Fundo poderá sofrer impacto da não recuperação dos pagamentos referentes a Direitos Creditórios que venham a vencer e fiquem pendentes de pagamento pelo Sacados e pelos Cedentes (na hipótese de inadimplência do Sacado) após sua cessão ao Fundo.

**14.4 Riscos de liquidez**

**14.4.1 Inexistência de Mercado Secundário de Direitos Creditórios –**

O Fundo aplica seus recursos preponderantemente em Direitos Creditórios Elegíveis. Não existe, no Brasil, mercado secundário ativo para negociação de Direitos Creditórios. Assim, caso seja necessária a venda dos Direitos Creditórios Adquiridos integrantes da carteira do Fundo, poderá não haver compradores ou o preço de negociação poderá causar perda ao patrimônio líquido do Fundo.



**14.4.2 Insuficiência de Recursos no Momento do Resgate** - O Fundo é constituído sob a forma de condomínio aberto, de modo que os investidores podem resgatar suas Cotas nos termos dos itens 9.6 e seguintes do presente Regulamento. Quando o resgate for solicitado, o Fundo pode não ter recursos suficientes ou ativos de liquidez imediata para pagar os Cotistas, no prazo previsto, pelo resgate de suas Cotas.

**14.4.3 Insuficiência de Recursos no Momento da Liquidação do Fundo** - O Fundo poderá ser liquidado conforme o disposto na cláusula 19 do presente Regulamento. Ocorrendo liquidação, o Fundo pode não dispor de recursos para pagamento aos Cotistas em hipótese de, por exemplo, o adimplemento das parcelas dos Direitos Creditórios Adquiridos ainda não ser exigível dos Sacados. Neste caso, o pagamento aos Cotistas ficaria condicionado: (i) ao vencimento e pagamento pelos Sacados das parcelas relativas aos Direitos Creditórios Adquiridos; (ii) à venda dos Direitos Creditórios Adquiridos a terceiros, com risco de deságio capaz de comprometer a rentabilidade do Fundo; ou (iii) ao resgate de Cotas Seniores em Direitos Creditórios Adquiridos, exclusivamente nos Eventos de Liquidação. Nas três situações, os Cotistas poderiam sofrer prejuízos patrimoniais.

**14.4.4 Meta de Rentabilidade** - Apesar dos esforços a serem empreendidos pela Instituição Administradora e pelo Gestor a fim de se atingir para as Cotas Seniores o parâmetro de rentabilidade especificado no item 10.2 (i) deste Regulamento, não há qualquer garantia de que tal meta será alcançada, não constituindo ela promessa de rendimentos. Referida meta constitui meramente um parâmetro, não vinculante para a Instituição Administradora, nem para o Gestor. Portanto, os Cotistas somente receberão rendimentos se os resultados da carteira do Fundo assim permitirem.

**14.4.5 Possibilidade de Resgate Antecipado das Cotas** - Em caso de liquidação antecipada do Fundo, nos termos deste Regulamento, após o pagamento das despesas e encargos do Fundo e se o patrimônio líquido do Fundo assim permitir, o Fundo poderá resgatar as Cotas em data anterior às previstas pelos respectivos Cotistas quando de seu investimento no Fundo. Neste caso, os Cotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo a Instituição Administradora, o Gestor, o Custodiante e suas respectivas Partes Relacionadas, todavia, qualquer indenização, multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

**14.4.6 Impossibilidade de negociação das Cotas em mercado secundário** - As Cotas não poderão ser negociadas no mercado secundário, de forma que os Cotistas somente



poderão obter o valor correspondente às suas Cotas mediante resgate das mesmas junto à Instituição Administradora pelo valor da Cota apurado nos termos deste Regulamento.

#### **14.5 Riscos Específicos**

**14.5.1 Continuidade de Constituição de Direitos Creditórios Elegíveis** – Os Direitos Creditórios, para serem adquiridos pelo Fundo, devem observar os Critérios de Elegibilidade e as Condições de Cessão estabelecidos na política de investimento especificada na cláusula 11 acima. A inexistência de novos Direitos Creditórios Elegíveis, passíveis de cessão ao Fundo, poderá levar à diminuição da rentabilidade das Cotas e/ou liquidação do Fundo.

**14.5.2. Não Observância das Condições de Cessão e dos Critérios de Elegibilidade** – As Condições de Cessão e os Critérios de Elegibilidade têm a finalidade de selecionar os Direitos Creditórios passíveis de aquisição pelo Fundo. Não obstante tais Condições de Cessão e Critérios de Elegibilidade assegurem a seleção dos Direitos Creditórios com base em critérios objetivos preestabelecidos, a observância pelo Gestor e pelo Custodiante, respectivamente, das Condições de Cessão e dos Critérios de Elegibilidade, não constitui garantia de adimplência dos Sacados e/ou dos Cedentes.

**14.5.3. Risco de Concentração** - O risco da aplicação no Fundo tem íntima relação com a concentração de sua carteira, sendo que, quanto maior for a concentração da carteira do Fundo, nos termos permitidos por este Regulamento, maior será a chance de o Fundo sofrer perda patrimonial significativa que afete negativamente a rentabilidade das Cotas Seniores.

**14.5.4 Inexistência de Garantias para as Aplicações no Fundo** – As aplicações no Fundo não contam com garantia da Instituição Administradora, do Gestor, do Custodiante, de quaisquer terceiros, de qualquer mecanismo de seguro, ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Igualmente, nem o Fundo, nem a Instituição Administradora, nem o Gestor, nem o Custodiante prometem ou asseguram aos Cotistas qualquer rentabilidade ou remuneração decorrentes da aplicação em Cotas. Desse modo, todos os eventuais rendimentos, bem como o pagamento do principal, provirão exclusivamente da carteira de ativos do Fundo, a qual está sujeita a riscos diversos, e cujo desempenho é incerto.

**14.5.5 Despesas com a Defesa dos Direitos dos Cotistas Seniores** - Caso o Fundo não possua recursos disponíveis suficientes para a adoção e manutenção dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos e dos Ativos Financeiros de sua titularidade e à defesa dos seus direitos, interesses e prerrogativas, a maioria dos titulares das Cotas Seniores, reunidos em assembléia geral, poderá



aprovar aporte de recursos ao Fundo para assegurar, se for o caso, a adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos. Nesses casos, nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pela Instituição Administradora antes do recebimento integral de tal adiantamento e da assunção pelos titulares das Cotas Seniores do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser eventualmente condenado. Na hipótese de a maioria dos Cotistas Seniores não aprovar referido aporte de recursos, a Instituição Administradora, o Custodiante, os Cedentes, seus administradores, empregados e demais prepostos não se responsabilizarão por danos ou prejuízos sofridos em decorrência da não propositura ou prosseguimento de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de direitos, garantias e prerrogativas do Fundo, o patrimônio do Fundo poderá ser afetado negativamente.

**14.5.6 Intervenção ou Liquidação do Custodiante** – O Fundo terá conta corrente no Custodiante. Na hipótese de intervenção, liquidação extrajudicial ou regime de administração temporária deste, há possibilidade de os recursos ali depositados serem bloqueados e somente por via judicial serem recuperados para o Fundo, o que afetaria sua rentabilidade e poderia levá-lo a perder parte do seu patrimônio.

**14.5.7 Redução das Cotas Subordinadas** – As Cotas Subordinadas deverão representar, no mínimo, 26% (vinte e seis por cento) do patrimônio do Fundo, conforme definição de Relação Mínima prevista no item 8.3 deste Regulamento, e arcar com os prejuízos do Fundo antes das Cotas Seniores. Por diversos motivos, tais como inadimplência dos Sacados e/ou dos Cedentes dos Direitos Creditórios Adquiridos e problemas de repasse de recursos ao Fundo, as Cotas Subordinadas poderão ter seu patrimônio reduzido. Nestes casos, nos termos do item 8.3.2 e seguintes deste Regulamento, o Gestor poderá decidir pelo re-enquadramento do Fundo à Relação Mínima por meio do Resgate Antecipado Compulsório de Cotas Seniores, ou por meio da integralização de novas Cotas Subordinadas pelos Cotistas Subordinados. Além disso, caso as Cotas Subordinadas tenham seu patrimônio reduzido a zero, as Cotas Seniores passarão a arcar com eventuais prejuízos do Fundo, o que poderá causar perda de patrimônio aos seus detentores.

**14.5.8 Alteração do Regulamento** – O presente Regulamento, por exigência de normas legais, regulamentares ou determinação da CVM, pode ser alterado independentemente da realização de assembléia geral de Cotistas. Tais alterações poderão afetar o modo de operação do Fundo e acarretar perdas patrimoniais aos Cotistas.

**14.5.9 Resgate Antecipado Compulsório** – Conforme estabelecido no item 8.3.2 (ii) deste Regulamento, a Instituição Administradora poderá proceder ao Resgate



Antecipado Compulsório para re-enquadramento da Relação Mínima, mediante a autorização da assembléia geral de Cotistas, da totalidade ou de parte das Cotas Seniores em circulação, concomitantemente e em igualdade de condições e proporcionalmente à quantidade de Cotas Seniores detidas por cada Cotista, por seu valor apurado na forma do item 10.2. Neste caso, os Cotistas Seniores terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo ou qualquer pessoa, incluindo a Instituição Administradora, o Gestor, o Custodiante e suas respectivas Partes Relacionadas, todavia, qualquer indenização, multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

**14.5.10** *Prazo de Carência* – As Cotas Seniores do Fundo estão sujeitas a um prazo de carência para resgate de 30 (trinta) dias contados da data de integralização das respectivas Cotas Seniores. Durante o referido prazo de carência não é permitido o resgate de Cotas Seniores. Dessa forma, o Fundo não é indicado para investidores que visem aplicar no curto prazo.

**14.5.11** *Taxa de Saída* – O Fundo cobrará Taxa de Saída dos Cotistas que solicitarem resgate de suas Cotas, nas seguintes hipóteses: (i) observado o prazo de carência de que trata o item 9.6 (i) abaixo, caso o Cotista Sênior opte por realizar o resgate de suas Cotas Seniores em até 180 (cento e oitenta) dias contados da data da integralização das respectivas Cotas Seniores; e (ii) caso o Cotista Subordinado opte por solicitar o resgate de suas Cotas Subordinadas em até 180 (cento e oitenta) dias contados da data da integralização das respectivas Cotas Subordinadas. Dessa forma, o Fundo não é indicado para investidores que visem aplicar no curto prazo.

**14.5.12** *Propriedade das Cotas e propriedade dos Direitos Creditórios* – Apesar da carteira do Fundo ser constituída, predominantemente, pelos Direitos Creditórios Adquiridos, a propriedade das Cotas não confere aos Cotistas propriedade direta sobre os Direitos Creditórios Adquiridos. Os direitos dos Cotistas são exercidos sobre todos os ativos da carteira do Fundo de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de Cotas possuídas.

**14.5.13** *Riscos Operacionais* – O não cumprimento das obrigações para com o Fundo por parte da Instituição Administradora, do Gestor, do Custodiante e/ou dos Cedentes, conforme descritas neste Regulamento e nos respectivos contratos celebrados com cada um desses entes, poderá implicar falha nos procedimentos de cessão, cobrança, gestão, administração e custódia referentes ao Fundo. Tais falhas poderão acarretar perdas patrimoniais ao Fundo e, conseqüentemente, aos Cotistas.

**14.5.14** *Riscos Específicos de cada Cessão de Direitos Creditórios*

*Elegíveis* – Tendo em vista que o Fundo buscará adquirir, de tempos em tempos, Direitos Creditórios Elegíveis originados por Originadores distintos e cedidos por Cedentes distintos, os investimentos do Fundo em Direitos Creditórios Elegíveis estarão sujeitos a uma série de fatores de risco peculiares a cada operação de cessão de Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, os quais poderão impactar negativamente nos resultados do Fundo, inclusive riscos relacionados:

a) à possibilidade de os Direitos Creditórios Adquiridos virem a ser alcançados por obrigações dos Originadores, dos Cedentes ou de terceiros, inclusive em decorrência de pedidos de recuperação judicial ou de falência, ou planos de recuperação extrajudicial, ou em outro procedimento de natureza similar; e

b) a eventuais restrições de natureza legal ou regulatória que possam afetar adversamente a validade da constituição e da cessão dos Direitos Creditórios Adquiridos ao Fundo.

**14.5.15** *Operações na Contraparte da Instituição Administradora e do*

*Gestor e Potenciais Conflitos de Interesse* – Conforme estabelecido neste Regulamento, o Fundo poderá adquirir Direitos Creditórios Elegíveis de empresas controladoras, controladas, sob controle comum, coligadas e/ou subsidiárias dos Cedentes, dos Cotistas, da Instituição Administradora e/ou do Gestor ou, ainda, com carteiras e/ou fundos de investimento administrados e/ou geridos pela Instituição Administradora e/ou pelo Gestor ou pelas pessoas a eles ligadas acima mencionadas. Dessa forma, não se pode afastar o risco de eventual conflito de interesses por parte da Instituição Administradora e/ou do Gestor no exercício de suas respectivas funções relacionadas ao Fundo. Neste caso, tais prestadores de serviços poderiam, no exercício de suas atividades, privilegiar seus interesses individuais em detrimento dos interesses do Fundo, como, por exemplo, fixando a Taxa de Cessão no percentual mínimo permitido neste Regulamento.

**14.6** Risco dos Cedentes**14.6.1** *Rescisão do Contrato de Promessa de Cessão* – Os Cedentes

podem, a qualquer momento e por diversos fatores, deixar de ceder Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo. Assim, a existência do Fundo está condicionada à continuidade das operações dos Cedentes com Direitos Creditórios Elegíveis nos termos deste Regulamento, inclusive em volume suficiente para alcançar a meta de rentabilidade das Cotas Seniores, o que poderá depender do setor da economia onde atuam os Cedentes e da concorrência por eles enfrentada, bem como da





vontade unilateral dos Cedentes em ceder Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, observada a possibilidade de os Cotistas deliberarem a alteração dos Critérios de Elegibilidade e das Condições de Cessão estabelecidos neste Regulamento em assembléia geral de Cotistas.

**14.6.2 Cessão de Créditos** - O Fundo poderá incorrer no risco de os Direitos Creditórios Adquiridos serem alcançados por obrigações dos seus respectivos Cedentes e/ou de seus respectivos Originadores, inclusive em decorrência de pedidos de recuperação judicial ou de falência, ou planos de recuperação extrajudicial, ou em outro procedimento de natureza similar, contra tais Cedentes e/ou Originadores. Os principais eventos que podem afetar a cessão dos Direitos Creditórios Adquiridos consistem (i) na existência de garantias reais sobre os Direitos Creditórios Adquiridos, constituídas antes da sua cessão ao Fundo, sem conhecimento do Fundo, (ii) na existência de penhora ou outra forma de constrição judicial sobre os Direitos Creditórios Adquiridos, ocorridas antes da sua cessão ao Fundo e sem o conhecimento do Fundo, (iii) na verificação, em processo judicial, de fraude contra credores ou fraude à execução praticadas pelos seus Cedentes e/ou Originadores, e (iv) na revogação da cessão dos Direitos Creditórios Adquiridos ao Fundo na hipótese de falência do respectivo Cedente e/ou Originador, quando restar comprovado que tal cessão foi praticada com a intenção de prejudicar os credores do Cedente e/ou do Originador. Nestas hipóteses os Direitos Creditórios Adquiridos cedidos ao Fundo poderão ser alcançados por obrigações dos seus respectivos Cedentes e/ou Originadores e o patrimônio do Fundo poderá ser afetado negativamente.

**14.6.3 Eventuais Irregularidades dos Documentos Representativos de Crédito e Ausência de Verificação de Lastro dos Direitos Creditórios Adquiridos** – Os Direitos Creditórios Elegíveis a serem cedidos ao Fundo são originados de contratos firmados entre os Originadores e os Sacados. Nos termos do item 7.3.2 acima o Custodiante está isento de sua obrigação de realizar a verificação do lastro dos Direitos Creditórios Adquiridos, ou seja, dos Documentos Representativos de Crédito, sem prejuízo de sua faculdade de realizar auditorias no Gestor, na qualidade de depositário dos Documentos Representativos de Crédito, caso entenda necessário, para o melhor interesse dos Cotistas. Tendo em vista que a auditoria acima referida será realizada após a cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, a carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios Adquiridos cujos Documentos Representativos de Crédito apresentem irregularidades e/ou Direitos Creditórios Adquiridos que não sejam amparados por Documentos Representativos de Crédito, o que poderá dificultar ou até mesmo inviabilizar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios Adquiridos.

**14.6.4 Procedimentos de Cobrança** – O procedimento de cobrança dos Direitos Creditórios Adquiridos, inclusive dos Direitos Creditórios Inadimplidos, não assegurará



que os valores devidos ao Fundo relativos a tais Direitos Creditórios serão pagos/recuperados. O Fundo, a Instituição Administradora, o Gestor e o Custodiante não assumem qualquer responsabilidade pela recuperação dos Direitos Creditórios Adquiridos ou pela solvência dos Sacados e/ou dos Cedentes dos Direitos Creditórios Adquiridos. O Fundo poderá sofrer impacto da não recuperação dos pagamentos referentes a Direitos Creditórios Inadimplidos que venham a vencer e fiquem pendentes de pagamento após sua cessão ao Fundo, bem como do eventual descumprimento, pelo Gestor, de suas obrigações de cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos para com o Fundo. Ademais, os documentos relativos aos Direitos Creditórios Adquiridos do Fundo podem ser emitidos a partir de informações constantes de sistema eletrônico de contas a pagar dos Sacados. Neste caso, os Direitos Creditórios Adquiridos do Fundo não estarão vinculados a títulos executivos extrajudiciais. Por esse motivo, eventual necessidade de cobrança em juízo dos Sacados não poderá ocorrer por meio de processo de execução, que é mais célere, mas apenas por processo monitório ou processo de conhecimento. Assim, o Fundo poderá permanecer longo tempo sem receber pelos recursos oriundos dos Direitos Creditórios Inadimplidos discutidos judicialmente, o que pode lhe causar prejuízo patrimonial. Por fim, durante o procedimento de cobrança judicial, eventuais multas moratórias superiores a 2% (dois por cento) ou 10% (dez por cento) previstas nos Documentos do Fundo, conforme o caso, podem ser consideradas abusivas, seja por força do Código de Defesa do Consumidor e/ou por outra legislação pertinente aplicável. Nestas hipóteses, a rentabilidade e o patrimônio do Fundo poderiam ser prejudicados.

#### **14.7 Risco do Gestor**

**14.7.1 *Potencial Conflito de Interesses do Gestor*** – O Gestor, suas Partes Relacionadas ou fundos exclusivos cujos investidores sejam investidores qualificados, conforme definidos pela Instrução CVM nº 409/04, ou demais investidores que venham a ser autorizados a subscrever e adquirir as Cotas, nos termos da regulamentação, são considerados Investidores Autorizados, podendo participar do Fundo, na qualidade de Cotista. A ocorrência deste evento poderá ensejar conflito de interesse do Gestor, em relação ao papel de gestão da carteira do Fundo e sua qualidade de Cotista, podendo afetar o valor do patrimônio líquido do Fundo.

#### **14.8 Risco Proveniente do Uso de Derivativos**

**14.8.1 *Oscilações no Patrimônio do Fundo*** – O Fundo pode realizar operações com derivativos, com o objetivo de proteger posições detidas no mercado à vista, até o limite dessas. No entanto, há a possibilidade de a Instituição Administradora não conseguir contratar tais operações ou, ainda, de a outra parte não cumprir o contratado. Além disso, a





realização de operações pelo Fundo no mercado de derivativos pode causar oscilações no patrimônio líquido do Fundo e levar a perdas patrimoniais para os Cotistas.

## 15. DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO

**15.1** Constituem encargos do Fundo, além da Taxa de Administração e da Taxa de Gestão:

- (I) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (II) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- (III) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- (IV) despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de assembléia geral de Cotistas;
- (V) a contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Cotas admitidas à negociação, na hipótese de vir a ser admitida a negociação das Cotas nesses mercados;
- (VI) despesas com profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas, nos termos da cláusula 21 abaixo, se houver;
- (VII) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no presente Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- (VIII) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Cotistas;
- (IX) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo e da análise de sua situação e da atuação da Instituição Administradora ("Empresa de Auditoria");
- (X) taxas de custódia de ativos do Fundo; e
- (XI) despesas com a contratação de Agência Classificadora de Risco.



**15.2** Quaisquer despesas não previstas no item 15.1 acima como encargos do Fundo, correrão por conta da Instituição Administradora.

**15.3** Observado o disposto no item 15.1, a Instituição Administradora pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, nos termos da cláusula 7 acima, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração a que se refere a cláusula 5 acima.

## **16. ASSEMBLÉIA GERAL**

**16.1.** É da competência privativa da assembléia geral de Cotistas:

- (i) tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas do Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras deste;
- (ii) alterar o presente Regulamento, além das hipóteses específicas de alteração deste Regulamento mencionadas nos incisos abaixo e que se submetem a quoruns de deliberação específicos;
- (iii) eleger e destituir o(s) representante(s) dos Cotistas, nos termos deste Regulamento;
- (iv) deliberar sobre a eventual necessidade de aportes adicionais de recursos no Fundo pelos titulares das Cotas Seniores, tal qual disposto na cláusula 21 abaixo;
- (v) deliberar sobre a realização de aditamentos e modificações aos Documentos do Fundo, exceto quando a Instituição Administradora esteja expressa e previamente autorizada a realizar, a seu critério, tais aditamentos ou modificações;
- (vi) deliberar sobre a substituição do Custodiante e da Agência Classificadora de Risco;



- (vii) deliberar sobre a substituição da Instituição Administradora;
- (viii) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração praticada pela Instituição Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- (ix) deliberar sobre incorporação, fusão ou cisão do Fundo
- (x) deliberar sobre a alteração da Relação Mínima;
- (xi) deliberar sobre a alteração do percentual de remuneração das Cotas Seniores referido no item 10.2(i) acima;
- (xii) deliberar sobre a alteração de direitos de voto de cada classe de Cotas;
- (xiii) deliberar sobre a alteração das Condições de Cessão e/ou dos Critérios de Elegibilidade dos Direitos Creditórios definidos nos itens 11.4 e 11.5 acima;
- (xiv) resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, tais Eventos de Avaliação devem ser considerados como um Evento de Liquidação;
- (xv) resolver se, na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Liquidação, tais Eventos de Liquidação devem acarretar na liquidação do Fundo;
- (xvi) deliberar sobre a realização do Resgate Antecipado Compulsório, nos termos do item 8.3.5 acima;
- (xvii) deliberar sobre a substituição do Gestor, observado o disposto no item 7.4.1 acima;
- (xviii) alterar os quoruns de deliberação em assembléias gerais de Cotistas do Fundo previstos neste Regulamento; e
- (xix) deliberar sobre a liquidação do Fundo (exceto nos casos de ocorrência de Evento de Avaliação ou Evento de Liquidação).

**16.1.1** O presente Regulamento, por exigência de normas legais, regulamentares ou determinação da CVM, pode ser alterado independentemente de realização de assembléia geral, hipótese em que deve ser providenciada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a divulgação do fato aos Cotistas.

**16.2** Além da reunião anual de prestação de contas, a assembléia geral pode reunir-se por convocação da Instituição Administradora ou de Cotistas com Cotas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Cotas emitidas.

**16.3** A convocação da assembléia geral deve ser feita mediante anúncio publicado no Periódico ou por meio de correio eletrônico, ou ainda por meio de carta com aviso de recebimento endereçados a cada Cotista. No anúncio, correio eletrônico ou carta devem constar dia, hora e local de realização da assembléia e os assuntos a serem tratados.

**16.4** A convocação da assembléia geral deve ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, contado o prazo da data de publicação do primeiro anúncio ou do envio de correio eletrônico ou de carta com aviso de recebimento aos Cotistas, com indicação da data, da hora, das matérias e do local de sua realização.

**16.5.** Não se realizando a assembléia geral na data e horário da primeira convocação, deve ser publicado novo anúncio de segunda convocação ou novamente providenciado o envio de correio eletrônico ou de carta com aviso de recebimento aos Cotistas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

**16.6.** Para efeito do disposto no item anterior, admite-se que a segunda convocação da assembléia geral seja providenciada juntamente com o anúncio, correio eletrônico ou carta de primeira convocação.

**16.7** Salvo motivo de força maior, a assembléia geral deve realizar-se no local onde a Instituição Administradora tiver a sede; quando se efetuar em outro local, os anúncios, os correios eletrônicos ou as cartas endereçadas aos Cotistas devem indicar, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso pode realizar-se fora da localidade da sede da Instituição Administradora.

**16.8** Independentemente das formalidades previstas acima, deve ser considerada regular a assembléia geral a que comparecerem todos os Cotistas.



**16.9** Na assembléia geral, a ser instalada com a presença de pelo menos um Cotista, as deliberações devem ser tomadas pelo critério da maioria de Cotas dos Cotistas presentes, observado o disposto nos itens abaixo.

**16.9.1** As deliberações relativas às matérias previstas nos incisos (vii), (viii) e (ix) do item 16.1 acima, serão tomadas em primeira convocação pela maioria das Cotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das Cotas dos presentes.

**16.9.2** As deliberações relativas às matérias previstas nos incisos (x), (xi), (xii), (xiii), (xiv), (xv) e (xvi), do item 16.1 acima, subordinam-se à aprovação prévia de Cotistas titulares da maioria das Cotas emitidas de cada classe e com direito a voto, quando tomadas em assembléia geral instalada em primeira ou em segunda convocação, sendo tomados em apartado os votos de cada classe.

**16.9.3** As deliberações relativas às matérias previstas nos incisos (xvii), (xviii) e (xix) do item 16.1 acima, subordinam-se à aprovação prévia de Cotistas titulares de 80% (oitenta por cento) das Cotas emitidas de cada classe e com direito a voto, quando tomadas em assembléia geral instalada em primeira ou em segunda convocação, sendo tomados em apartado os votos de cada classe.

**16.10** A cada Cota corresponde um voto, independentemente da respectiva classe, observado que (a) os Cotistas Subordinados não terão direito a voto nas deliberações referentes às matérias mencionadas nos incisos (i), (iii), (iv), (xiii), (xiv), (xv), (xvi) e (xvii).

**16.11** Somente podem votar na assembléia geral os Cotistas do Fundo, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de um ano.

**16.12** Não têm direito a voto na assembléia geral a Instituição Administradora e seus empregados.

**16.13.** As decisões da assembléia geral serão lavradas em ata e devem ser divulgadas aos Cotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua realização.

**16.14** A divulgação referida no item acima deve ser providenciada mediante anúncio publicado no Periódico ou por correio eletrônico, ou ainda por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Cotista.

**16.15** As modificações a este Regulamento aprovadas pela assembléia geral de Cotistas passam a vigorar a partir da data do protocolo na CVM dos seguintes documentos:

- (i) lista de Cotistas presentes na assembléia geral;
- (ii) cópia da ata da assembléia geral;
- (iii) exemplar do presente Regulamento, consolidando as alterações efetuadas, devidamente registrado em cartório de títulos e documentos; e
- (iv) modificações procedidas no Prospecto.

**16.16** A assembléia geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do Fundo, em defesa dos direitos e dos interesses dos Cotistas.

**16.16.1** Somente pode exercer as funções de representante de Cotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

- (i) ser Cotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Cotistas;
- (ii) não exercer cargo ou função na Instituição Administradora, em seu controlador, em sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e
- (iii) não exercer cargo nos Cedentes.

## **17. INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS E PERIÓDICAS**

**17.1** A Instituição Administradora deverá prestar, na forma e dentro dos prazos estabelecidos, todas as informações obrigatórias e periódicas constantes da presente cláusula, sem prejuízo de outras previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente.



**17.2** A Instituição Administradora deverá informar à CVM, no prazo de 10 (dez) dias de sua ocorrência:

- (i) a data da primeira integralização de Cotas; e
- (ii) a data do encerramento de cada distribuição de Cotas.

**17.3** A Instituição Administradora, por meio de seu diretor indicado, sem prejuízo do atendimento das determinações estabelecidas na regulamentação em vigor, deve elaborar demonstrativos trimestrais (ano-calendário) evidenciando:

- (i) que as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com a política de investimento prevista neste Regulamento e com os limites de composição e de diversificação a ele aplicáveis; e
- (ii) que as modalidades de negociação foram realizadas a taxas e demais condições de mercado.

**17.3.1** Os demonstrativos referidos no item anterior devem ser enviados à CVM, por meio do *Sistema de Envio de Documentos* disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias após o encerramento do período, e permanecer à disposição dos Cotistas do Fundo, bem como ser examinados pela Empresa de Auditoria, por ocasião da realização de auditoria independente.

**17.4** A Instituição Administradora deve divulgar, anualmente, no Periódico, além de manter disponíveis em seu *website*, sua sede e agência(s), e nas instituições que coloquem as Cotas, o valor do patrimônio líquido do Fundo, o valor das Cotas de cada classe, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, a Relação Mínima, e os relatórios preparados pela Agência Classificadora de Risco.

**17.4.1** A divulgação das informações previstas acima pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódicos de ampla veiculação, observada a responsabilidade do administrador designado nos termos do artigo 8º da Instrução CVM nº 356/01, pela regularidade na prestação dessas informações.

**17.5** A Instituição Administradora é obrigada a divulgar, ampla e imediatamente, inclusive à Agência Classificadora de Risco, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, de

modo a garantir a todos os Cotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no Fundo, se for o caso. Sem prejuízo de outras ocorrências relativas ao Fundo, considera-se fato relevante a alteração da classificação de risco das Cotas Seniores ou dos Direitos Creditórios Adquiridos e Ativos Financeiros integrantes da respectiva carteira, a substituição do Custodiante, do Gestor e da Empresa de Auditoria.

**17.5.1** Na hipótese de rebaixamento da classificação de risco das Cotas Seniores, a Instituição Administradora deverá imediatamente informar tal fato relevante aos Cotistas, observado que, caso o rebaixamento da classificação de risco configure-se também Evento de Avaliação, nos termos do inciso "V" do item 19.1.1, a Instituição Administradora deverá, no mesmo ato, convocar a assembléia geral de Cotistas de que trata o item 19.1.1 abaixo.

**17.5.2** A divulgação das informações previstas nos itens 17.5 e 17.5.1 acima deve ser feita por meio de publicação no Periódico e mantida disponível para os Cotistas na sede da Instituição Administradora.

**17.6** A Instituição Administradora deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Cotistas, em sua página na rede mundial de computadores, sua sede e dependências, informações sobre:

- (i) o número de Cotas de propriedade de cada um e o respectivo valor;
- (ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês vencido; e
- (iii) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios e Ativos Financeiros do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

**17.7** O Fundo terá escrituração contábil própria.

**17.7.1** As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão auditadas anualmente pela Empresa de Auditoria, registrada na CVM e estarão sujeitas às normas contábeis expedidas pela CVM. Enquanto a CVM não editar tais normas, aplicam-se ao Fundo as disposições do COSIF.





**17.7.2** O exercício social do Fundo tem duração de um ano, encerrando-se em 31 de agosto de cada ano.

**17.7.3** A Instituição Administradora deve colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:

- (i) de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- (ii) de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

**17.8** A Instituição Administradora deve enviar à CVM, por meio do Sistema de Envio de Documentos disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, mensalmente, até 15 dias após o encerramento do mês anterior, com base no último Dia Útil daquele mês, as seguintes informações relativas ao Fundo:

- (i) saldo das aplicações;
- (ii) valor do patrimônio líquido do Fundo;
- (iii) rentabilidade apurada no período;
- (iv) valor das Cotas de cada classe e quantidade de Cotas de cada classe em circulação;
- (v) o comportamento da carteira de Direitos Creditórios, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado;
- (vi) posições mantidas em mercados de derivativos; e
- (vii) número de Cotistas.

**17.9** No prazo máximo de 10 (dez) dias contados de sua ocorrência, devem ser protocolados na CVM, pela Instituição Administradora, os documentos correspondentes aos seguintes atos relativos ao Fundo:

- (i) alteração do presente Regulamento;
- (ii) substituição da Instituição Administradora;



(iii) incorporação;

(iv) fusão;

(v) cisão; e

(vi) liquidação.

**17.10** Considera-se o correio eletrônico como uma forma de correspondência válida nas comunicações entre a Instituição Administradora, o Gestor e os Cotistas.

## **18. PUBLICAÇÕES**

**18.1** Todas as publicações mencionadas neste Regulamento serão feitas no jornal "Monitor Mercantil", publicado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro ("Periódico").

**18.2** Qualquer alteração no Periódico deve ser precedida de aviso aos Cotistas.

## **19. LIQUIDAÇÃO DO FUNDO**

**19.1** O Fundo será liquidado sempre que os Cotistas assim deliberarem em assembléia geral especialmente convocada para tal fim.

**19.1.1** Na ocorrência de qualquer das hipóteses abaixo indicadas neste item 19.1.1. ("Eventos de Avaliação"), será convocada assembléia geral para deliberar sobre (i) se a ocorrência de tal Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação; ou (ii) a alteração do presente Regulamento ou dos demais Documentos do Fundo:

I - inobservância pela Instituição Administradora de seus deveres e obrigações previstas na cláusula 4 deste Regulamento;

II - renúncia da Instituição Administradora, do Gestor e/ou do Custodiante referente às suas funções perante o Fundo não resolvida em 30 (trinta) dias;

III - inobservância pelo Custodiante de seus deveres e obrigações previstos no item 7.3 deste Regulamento, desde que, comunicado pela Instituição Administradora para sanar ou justificar o

descumprimento, não o faça no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento da referida comunicação;

IV - aquisição, pelo Fundo, de Direitos Creditórios em desacordo com os Critérios de Elegibilidade ou com as Condições de Cessão, conforme exposto na cláusula 11 deste Regulamento;

V - rebaixamento da classificação de risco inicial de Cotas Seniores do Fundo em dois níveis, considerando-se a tabela da Agência Classificadora de Risco;

VI - caso seja verificado pela Instituição Administradora, em qualquer Data de Verificação, que o somatório do valor de todos os Direitos Creditórios Adquiridos que estejam em atraso para com o Fundo, por prazo superior a 60 (sessenta) e inferior a 181 (cento e oitenta e um) dias, contado de suas respectivas datas de vencimento, supere o percentual de 12,5% (doze inteiros e cinco décimos por cento) do patrimônio líquido do Fundo na respectiva Data de Verificação;

VII - caso seja verificado pela Instituição Administradora, em qualquer Data de Verificação, que o somatório do valor de todos os Direitos Creditórios Adquiridos que estejam em atraso para com o Fundo, por prazo superior a 180 (cento e oitenta) dias, contado de suas respectivas datas de vencimento, supere o percentual de 12,5% (doze inteiros e cinco décimos por cento) do somatório do valor de todos os Direitos Creditórios Adquiridos pelo Fundo desde o início de suas atividades (de forma cumulativa);

VIII - caso a Agência Classificadora de Risco não divulgue a atualização trimestral da classificação de risco referente às Cotas Seniores por prazo igual ou superior a 150 (cento e cinquenta) dias contados da data-base do último relatório disponível; e

IX - se houver rescisão do Contrato de Custódia e não tenha sido deliberado pelos Cotistas, reunidos em assembléia geral, a escolha de um novo custodiante para o Fundo no prazo de 30 (trinta) dias.

**19.1.2.** Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação acima, a Instituição Administradora deixará de adquirir novos Direitos Creditórios Elegíveis.

**19.2** No caso de a assembléia geral de Cotistas deliberar que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Liquidação do Fundo, a Instituição Administradora observará os procedimentos de que tratam os itens 19.7 e seguintes abaixo, conforme o caso, sem que, para tanto, seja necessária a convocação de uma nova assembléia geral de Cotistas, podendo a assembléia geral que considerar um Evento de Avaliação como um Evento de

Liquidação do Fundo deliberar sobre os procedimentos relacionados à liquidação do Fundo independentemente de qualquer notificação aos Cotistas ausentes à referida assembleia geral.

**19.3.** Sem prejuízo do disposto neste Regulamento, em especial o disposto no item 19.2 acima, são considerados "Eventos de Liquidação":

I – renúncia do Gestor em relação às suas obrigações perante o Fundo;

II - se o Fundo mantiver patrimônio líquido médio inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), pelo período de 03 (três) meses consecutivos e não for incorporado a outro fundo de investimento em direitos creditórios;

III - caso seja deliberado em assembleia geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação;

IV – impossibilidade do Fundo adquirir Direitos Creditórios Elegíveis, pelo prazo 90 dias; e

V – caso o Fundo deixe de atender à Relação Mínima e, tendo o Gestor decidido pelo re-enquadramento do Fundo por meio da integralização de novas Cotas Subordinadas, os Cotistas Subordinados não integralizarem tais novas Cotas Subordinadas em quantidade suficiente para o re-enquadramento da Relação Mínima no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis a contar da data de recebimento da notificação encaminhada pela Instituição Administradora.

**19.4.** Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, a Instituição Administradora (i) notificará os Cotistas, (ii) suspenderá imediatamente os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis; e (iii) convocará assembleia geral para deliberar sobre a eventual liquidação do Fundo.

**19.4.1.** Na hipótese (i) de não instalação da assembleia geral de Cotistas de que trata o item 19.4 acima por falta de quorum, ou (ii) de aprovação pelos Cotistas da liquidação do Fundo, o Administrador deverá dar início imediato aos procedimentos referentes à liquidação do Fundo, de que tratam os itens 19.7 e seguintes abaixo.

**19.5.** Na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação em que a assembleia geral de Cotistas deliberar pela não liquidação antecipada do Fundo, será assegurado o resgate das Cotas Seniores, pelo seu valor na data de realização da referida assembleia geral, aos Cotistas Seniores que não concordarem com tal decisão assemblear. Os Cotistas Seniores dissidentes deverão informar à Instituição Administradora sua intenção de



resgatar suas Cotas Seniores na assembléia geral referida acima. Os pagamentos do resgate das Cotas Seniores de titularidade dos Cotistas Seniores dissidentes serão realizados pela Instituição Administradora na medida em que o Fundo tenha recursos para efetuar os pagamentos de resgate devidos. Se ao final do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, os Cotistas Seniores dissidentes não tiverem recebido o pagamento integral do resgate de suas Cotas Seniores em moeda corrente nacional, tais Cotistas Seniores receberão Direitos Creditórios Adquiridos e Ativos Financeiros como pagamento de seu direito de dissidência, quando será aplicável o disposto na cláusula 22 deste Regulamento.

**19.6.** No caso de ocorrência dos Eventos de Liquidação, aplicam-se, no que couber, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria Instituição Administradora.

**19.7.** No caso de liquidação do Fundo, após o pagamento das despesas e encargos do Fundo, será pago aos titulares de Cotas Seniores, se o patrimônio do Fundo assim permitir, o valor apurado conforme a cláusula 10, em vigor na própria data de liquidação. O total do eventual excedente, após o pagamento aos titulares das Cotas Seniores, será pago aos titulares de Cotas Subordinadas, conforme a quantidade de Cotas respectiva.

**19.8.** Os titulares de Cotas Subordinadas poderão, a critério da Instituição Administradora, receber o pagamento referido no item 19.7 acima em Direitos Creditórios Adquiridos. O titulares de Cotas Seniores poderão receber o pagamento referido no item 19.7 acima em Direitos Creditórios Adquiridos, somente caso assim seja deliberado em assembléia geral convocada para este fim.

**19.9.** A cada Cota de determinada classe será conferido tratamento igual ao conferido às demais Cotas de mesma classe.

**19.10.** A liquidação do Fundo será gerida pela Instituição Administradora, observado o que dispõe este Regulamento ou o que for deliberado na assembléia geral.

## **20. ORDEM DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS**

**20.1.** A partir da Data de Início e até a liquidação do Fundo, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, a Instituição Administradora obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de



titularidade do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Cotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo, na seguinte ordem:

- (I) no pagamento de despesas e encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos deste Regulamento e da legislação aplicável;
- (II) no pagamento de resgate das Cotas Seniores, observados os termos e as condições deste Regulamento;
- (III) no pagamento de resgate das Cotas Subordinadas, observados os termos e as condições deste Regulamento;
- (IV) no pagamento do preço de aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, em moeda corrente nacional, nos termos do respectivo Contrato de Promessa de Cessão; e
- (V) na aquisição dos Ativos Financeiros, quando for o caso, observados os limites, os termos e as condições deste Regulamento e da regulamentação aplicável.

## **21. CUSTOS REFERENTES À DEFESA DOS COTISTAS SENIORES**

**21.1** Caso o Fundo não possua recursos disponíveis, em moeda corrente nacional, suficientes para a adoção e manutenção, direta ou indireta, dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos, se for o caso, e dos Ativos Financeiros de sua titularidade e à defesa dos seus direitos, interesses e prerrogativas, a maioria dos titulares das Cotas Seniores, reunida em assembléia geral, poderá aprovar o aporte de recursos ao Fundo, por meio da integralização de série de Cotas Seniores específica, a ser subscrita e integralizada por todos os titulares das Cotas Seniores, para assegurar, se for o caso, a adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos.

**21.2** Todos os custos e despesas referidos nesta cláusula serão de inteira responsabilidade do Fundo e dos titulares das Cotas Seniores em circulação, não estando a Instituição Administradora, o Gestor, os Cedentes, o Custodiante e qualquer de suas respectivas pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum, em conjunto ou isoladamente, obrigados



pelo adiantamento ou pagamento de valores relacionados aos procedimentos referidos nesta cláusula.

**21.3.** A realização de despesas ou a assunção de obrigações, por conta e ordem do Fundo, nos termos desta cláusula, deverá ser previamente aprovada pelos titulares da maioria das Cotas Seniores reunidos na assembléia geral prevista acima. Caso a realização das referidas despesas ou a assunção de obrigações seja aprovada na forma desta cláusula, os Cotistas deverão definir na referida assembléia geral o cronograma de integralização e as características da respectiva série de Cotas Seniores, as quais deverão ser integralizadas pelos titulares das Cotas Seniores na proporção de sua participação no Fundo, em moeda corrente nacional, na medida em que os recursos se façam necessários à realização dos procedimentos deliberados na referida assembléia geral, sendo vedada qualquer forma de compensação.

**21.4.** Nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pela Instituição Administradora e/ou pelo Gestor antes do recebimento integral dos valores a que se refere esta cláusula e da assunção pelos titulares das Cotas Seniores do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser eventualmente condenado.

**21.5.** A Instituição Administradora, o Gestor, o Custodiante, os Cedentes, seus administradores, empregados e demais prepostos não são responsáveis por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e pelos titulares das Cotas Seniores em decorrência da não propositura ou prosseguimento de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos, garantias e prerrogativas, caso os referidos Cotistas Seniores não aporem os recursos suficientes para tanto na forma desta cláusula.

**21.6.** Todos os pagamentos devidos pelos Cotistas ao Fundo, nos termos desta cláusula, deverão ser realizados em moeda corrente nacional, em fundos imediatamente disponíveis, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais pagamentos, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou de contribuições incidentes sobre os pagamentos intermediários, independentemente de quem seja o contribuinte, de forma que o Fundo receba as verbas devidas pelos seus valores integrais, acrescidos dos montantes necessários para que este possa honrar integralmente suas obrigações, nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação.





**22. PROCEDIMENTOS DE RESGATE EM DIREITOS CREDITÓRIOS**

**22.1.** Para efeito do disposto na cláusula 19 acima, o resgate de Cotas mediante a entrega de Direitos Creditórios Adquiridos deverá seguir os procedimentos previstos na presente cláusula. Após a conclusão do resgate das Cotas Seniores, por meio dos mecanismos ora previstos, o Fundo resgatará as Cotas Subordinadas, com o pagamento do eventual saldo com ativos remanescente em sua carteira, se houver.

**22.2.** Para fins do disposto nesta cláusula, os Direitos Creditórios Adquiridos conferidos aos titulares de Cotas Seniores em pagamento do resgate e, conforme o caso, conferidos aos titulares das Cotas Subordinadas, serão compulsoriamente mantidos em condomínio, nos termos do artigo 1.314 e seguintes do Código Civil, a ser necessariamente constituído no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias contado da realização da assembléia geral referida no item 19.1.1 acima. O quinhão de cada Cotista será equivalente ao valor dos Direitos Creditórios Adquiridos a este efetivamente atribuídos. Os termos e as condições da convenção de condomínio conterão avença assegurando aos Cotistas, originalmente titulares das Cotas Seniores, o direito de preferência no recebimento de quaisquer verbas decorrentes da cobrança dos Direitos Creditórios Adquiridos mantidos em condomínio.

**22.3.** Antes do pagamento do resgate em Direitos Creditórios Adquiridos pelo Fundo, a Instituição Administradora deverá convocar uma assembléia geral com a finalidade de proceder à eleição, pelos Cotistas, de um administrador para o condomínio civil referido no item anterior. Caso os titulares das Cotas não procedam à eleição do administrador do condomínio civil, essa função será atribuída ao Cotista que detenha, direta ou indiretamente, o maior quinhão.

**22.4.** O Custodiante fará a guarda dos documentos relativos aos Direitos Creditórios Adquiridos mantidos em condomínio pelo prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias contado de sua constituição. Ao término do prazo acima referido, o administrador do condomínio civil indicará à Instituição Administradora a hora e o local para a entrega dos referidos documentos.

**22.5.** Caso os titulares das Cotas Seniores, por qualquer motivo, não venham a constituir o condomínio civil no prazo referido do item 22.2 acima, a Instituição Administradora e o Custodiante poderão promover o pagamento em consignação dos Direitos Creditórios Adquiridos de titularidade do Fundo aos Cotistas, na forma do artigo 334 do Código Civil.





**23. FORO**

**23.1.** Fica eleito o foro da comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Regulamento.

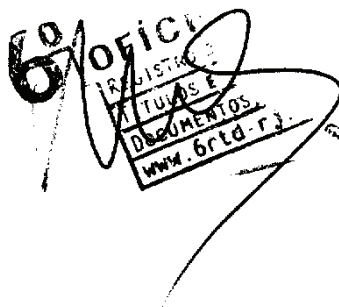
Rio de Janeiro, 24 de agosto de 2009



---

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E  
VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Instituição Administradora  
**Jose Alexandre Costa de Freitas**  
Diretor



**ANEXO I**

Este Anexo é parte integrante do Regulamento do  
**TREND BANK MULTICREDIT – FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**

**POLÍTICA GERAL DE CONCESSÃO DE CRÉDITO DOS ORIGINADORES**

O Fundo apenas adquirirá Direitos Creditórios Elegíveis originados por Originadores que adotem políticas de concessão de crédito aos Sacados, as quais deverão contemplar, no mínimo, a análise das seguintes informações:

***I. Administração e Controle***

Análise da administração e da estrutura de controle, incluindo a experiência dos sócios/administradores do Sacado.

***II. Informações Cadastrais***

Análise do cadastro do Sacado contemplando: (i) pontualidade nos pagamentos, (ii) existência de restrições cadastrais relevantes (por meio dos sistemas Equifax e/ou Serasa), (iii) tradição da empresa no mercado, (iv) porte da empresa, e (v) pesquisa de mercado (liquidez externa).

***III. Produção/Produtos***

Análise (i) da capacidade instalada de produção e da capacidade de produção utilizada, (ii) qualidade do produto e/ou serviço, (iii) tecnologia utilizada, (iv) porte dos clientes do Sacado, (v) prazo médio de pagamento, (vi) prazo médio de recebimento, e (vii) demais fornecedores do Sacado.

***IV. Estrutura Operacional***

Análise da quantidade de funcionários e instalações.

***V. Análise Econômico-financeira***

Análise dos 3 últimos balanços publicados pelo Sacado e balancete recente, histórico de faturamento, endividamento bancário.

***VI. Análise Setorial***

Análise geral da situação do setor em que atua o Sacado.



**ANEXO II**

Este anexo é parte integrante do regulamento do  
**TREND BANK MULTICREDIT – FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**

**PROCEDIMENTOS DE COBRANÇA DOS DIREITOS CREDITÓRIOS INADIMPLIDOS**

Por meio do Contrato de Cobrança, o Gestor será o responsável por realizar a cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos, observando-se os procedimentos listados abaixo:

1. No 1º (primeiro) Dia Útil seguinte ao inadimplemento de qualquer Direito Creditório Adquirido, o Gestor e a Instituição Administradora serão informados do fato, pelo Custodiante, por meio eletrônico.
2. Recebida a comunicação mencionada acima, o Gestor (i) realizará contato telefônico com o respectivo Sacado, visando identificar os motivos do inadimplemento dos Direitos Creditórios Adquiridos e solicitando o imediato pagamento destes, inclusive acompanhado dos encargos moratórios contratados, e (ii) notificará o respectivo Cedente, informando-o sobre o inadimplemento dos Direitos Creditórios Adquiridos e solicitando o pagamento dos Direitos Creditórios Inadimplidos em até 4 (quatro) Dias Úteis a contar da data de vencimento dos respectivos Direitos Creditórios Inadimplidos, caso o Sacado não se disponha a realizar o pagamento dos Direitos Creditórios Inadimplidos dentro deste prazo.
3. Na hipótese dos Direitos Creditórios Inadimplidos não serem pagos pelo respectivo Sacado ou pelo respectivo Cedente dentro de 4 (quatro) Dias Úteis, o Gestor deverá, no 5º (quinto) Dia Útil após o vencimento de cada Direito Creditório Inadimplido, (i) nos casos de Direitos Creditórios Inadimplidos que sejam representados por títulos de crédito, encaminhar os respectivos títulos para cartório a fim de protestar os respectivos Sacados, e (ii) no caso dos demais Direitos Creditórios Inadimplidos, (a) iniciar os procedimentos de excussão das garantias eventualmente vinculadas aos respectivos Direitos Creditórios Inadimplidos ou (b) consultar a Instituição Administradora sobre a adequação (*custo versus benefício*) de propositura de procedimento de cobrança extrajudicial e/ou judicial dos Direitos Creditórios Inadimplidos.
- 3.1. Caso os títulos de crédito que representam os Direitos Creditórios Inadimplidos venham a ser protestados, sem que o respectivo Sacado e/ou Cedente realize o pagamento devido, o Gestor deverá, no dia subsequente ao protesto (i) iniciar os procedimentos de excussão das garantias eventualmente vinculadas aos respectivos Direitos Creditórios Inadimplidos ou (ii)



consultar a Instituição Administradora sobre a adequação (*custo versus benefício*) de propositura de procedimento de cobrança extrajudicial e/ou judicial dos Direitos Creditórios Inadimplidos.

3.2. Nas hipóteses dos itens 3 (ii) "b" e 3.1 (ii) acima, caso o Gestor e a Instituição Administradora decidam pela adequação da propositura de procedimentos extrajudiciais e/ou judiciais, o Gestor deverá imediatamente iniciar ou fazer com que se iniciem os referidos procedimentos extrajudiciais e/ou judiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos.

4. Os custos incorridos com os Procedimentos de Cobrança aqui descritos são de responsabilidade do Fundo. Na hipótese de cobrança judicial dos Direitos Creditórios Inadimplidos, a Instituição Administradora deverá, caso necessário, iniciar os procedimentos descritos na cláusula 21 do Regulamento.

5. Nenhuma medida judicial será iniciada ou mantida pela Instituição Administradora e/ou pelo Gestor antes do recebimento integral dos valores necessários à sua propositura e/ou manutenção e da assunção pelos titulares das Cotas Seniores do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser eventualmente condenado.

6. A Instituição Administradora, o Gestor, o Custodiante, seus administradores, empregados e demais prepostos não são responsáveis por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e pelos titulares das Cotas Seniores em decorrência da não propositura ou prosseguimento de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos, garantias e prerrogativas, no caso dos referidos Cotistas não aportarem os recursos suficientes para tanto, na forma descrita no Regulamento.

7. Caso 100% (cem por cento) do valor de face do Direito Creditório Adquirido deixe de ser pago, ou caso o Sacado pague valor inferior ao valor de face do respectivo Direito Creditório Adquirido após o vencimento, tais circunstâncias serão consideradas mero inadimplemento do Sacado, ficando o Cedente responsável pelo pagamento do montante não pago pelo Sacado, nos termos do item 12.4 do Regulamento.

8. Os direitos do Fundo contra o Sacado e o Cedente podem ser exercidos simultaneamente contra todos ou contra cada parte, independentemente da ordem.



**ANEXO III**

Este anexo é parte integrante do regulamento do  
**TREND BANK MULTICREDIT – FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**

**Termo de ciência de risco e adesão ao Regulamento do**  
**TREND BANK MULTICREDIT – FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**

**À**

**OLIVEIRA TRUST DTVM S.A.**

Avenida das Américas, 500, Bloco 13, Grupo 205,  
Condomínio Downtown  
Rio de Janeiro - RJ

<b>1. Nome do Cotista:</b>	<b>2. CNPJ/MF / CPF/MF:</b>
----------------------------	-----------------------------

3. Eu, [nome completo], [com sede] [residente] na [•] inscrito(a) no [CNPJ/MF] [CPF/MF] sob o nº [•], na qualidade de investidor do **TREND BANK MULTICREDIT – FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS** ("Fundo"), administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº. 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento e administrar carteira de valores mobiliários, conforme ato declaratório CVM nº 6.696, de 21 de fevereiro de 2002 ("Instituição Administradora"), estou ciente de que:

3.1. O objetivo do Fundo é proporcionar rendimento aos Cotistas por meio do investimento preponderante dos recursos do Fundo na aquisição de Direitos Creditórios com as características descritas no Regulamento.

3.2. O Gestor empreenderá seus melhores esforços na seleção dos ativos para composição da carteira do Fundo. Apesar disso, não obstante a diligência da Instituição Administradora em colocar em prática a política de investimento do Fundo descrita no Regulamento, a Instituição Administradora, o Gestor e o Custodiante não se responsabilizarão por eventuais perdas que o Fundo venha a apresentar em decorrência de sua política de investimento, em razão dos riscos inerentes à natureza do Fundo, inclusive aqueles descritos, de forma não taxativa, no

Regulamento. O Cotista, portanto, se expõe ao risco de perda, total ou parcial, do capital investido, existindo ainda a possibilidade de realização de aportes adicionais de recursos, conforme disposto no Regulamento.

**3.3.** Pela administração e gestão do Fundo, a Instituição Administradora e o Gestor farão jus às remuneração correspondente à Taxa de Administração prevista no item 5.1 do Regulamento.

**3.4.** O periódico utilizado para divulgação das informações do Fundo é o jornal "Monitor Mercantil", publicado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

**3.5.** Todos os termos e expressões, em sua forma singular ou plural, utilizados neste Termo de Adesão ao Regulamento e nele não definidos têm o mesmo significado que lhes é atribuído no Regulamento.

**3.6.** Declaro(amos), ainda, para todos os fins e efeitos:

(i) ter recebido, lido e entendido o Regulamento e o Prospecto do Fundo, e ter tomado ciência da política de investimento e dos riscos dela decorrentes, dos critérios de avaliação dos ativos e de todos os demais termos e condições relativos ao Fundo;

(ii) aderir, neste ato, ao inteiro teor do Regulamento, sobre o qual não tenho(mos) qualquer dúvida, concordando integralmente com todos os seus termos e condições, declarando, ainda, estar ciente e de acordo com a política de investimentos adotada pelo Fundo, a composição da carteira do Fundo, o prazo de carência para resgate das Cotas, a Taxa de Administração devida à Instituição Administradora e a Taxa de Saída, bem como com os riscos inerentes ao investimento no Fundo, conforme descritos na Cláusula 14 do Regulamento e no Prospecto do Fundo, estando todos os seus termos de acordo com o perfil de risco pretendido;

(iii) ser Investidor Autorizado que tenha permissão para realizar tal aplicação contida em legislação aplicável e/ou em seu regulamento, conforme legislação vigente;

(iv) concordar com a intenção de que os Direitos Creditórios Adquiridos sejam mantidos na carteira do Fundo até suas datas de vencimento.

(v) ter ciência de que a Instituição Administradora e/ou o Custodiante do Fundo não se responsabilizarão por eventuais perdas que o Fundo venha a apresentar em decorrência de sua política de investimento, em razão dos riscos inerentes à natureza do Fundo; e



(vi) ter ciência de que as aplicações no Fundo não contam com a garantia da Instituição Administradora ou do FGC - Fundo Garantidor de Crédito.

3.7. Estou ciente de que as Cotas apenas poderão ser subscritas ou integralizadas por Investidores Autorizados que tenham permissão para realizar tal aplicação contida em legislação aplicável e/ou em seu regulamento, nos termos das normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

3.8. Estou ciente também de que, nos termos do item 7.3.2 e seguintes do Regulamento e do artigo 38, parágrafos 1º, 2º e 3º, da Instrução CVM nº 356/01, o Custodiante está eximido da responsabilidade de verificação do lastro dos Direitos Creditórios por amostragem, tendo em vista (i) a significativa quantidade de Direitos Creditórios Elegíveis cedidos e expressiva diversificação de Sacados, e (ii) que o reduzido valor médio dos Direitos Creditórios Elegíveis não justifica a referida verificação por amostragem.

3.8.1 Em decorrência do disposto no item 3.8 acima, o Custodiante não poderá ser responsabilizado por qualquer perda que venha a ser imposta ao Fundo ou aos Cotistas por conta de qualquer irregularidade ou não completude dos documentos que comprovam a existência e a exeqüibilidade dos Direitos Creditórios;

3.9. Ademais, nos termos do item 9.5. do Regulamento do Fundo, informo que comunicações a mim enviadas pela Instituição Administradora, pelo Gestor e/ou pelo Custodiante deverão ser encaminhadas para o seguinte e-mail, aos cuidados do Sr. [•] [qualificar]. Email: [•]. Por fim, me comprometo a informar à Instituição Administradora, sobre eventuais alterações de meus dados, ora informados.

[Local], [...] de [...] de [...].

---

**ASSINATURA DO COTISTA**



## **ANEXO II**

**Relatório da Agência Classificadora de Risco de 26 de abril de 2012**



Data de Publicação: 26 de abril de 2012

Comunicado à Imprensa

### Standard & Poor's atribui rating final 'brA (sf)' às cotas seniores do Trendbank Multicredit - FIDC

Analistas Principais: Leandro de Albuquerque, São Paulo, (55) 11 3039-9729, [leandro\\_albuquerque@standardandpoors.com](mailto:leandro_albuquerque@standardandpoors.com) e Maria Renata Lotfi, São Paulo, (55) 11 3039-9724, [renata\\_lotfi@standardandpoors.com](mailto:renata_lotfi@standardandpoors.com)

Analista de monitoramento: Hebertt Soares, São Paulo, (55) 11 3039-9742, [hebertt\\_soares@standardandpoors.com](mailto:hebertt_soares@standardandpoors.com)

Diretor Analítico: Juan Pablo De Molleín, Emerging Markets Structured Finance, Nova York, (1) 212-438-2536, [juan\\_demollein@standardandpoors.com](mailto:juan_demollein@standardandpoors.com)

---

#### Resumo

- Atribuímos o rating final 'brA (sf)' às cotas seniores emitidas pelo Trendbank Multicred - Fundo de Investimentos Creditórios;
- A atribuição do rating final segue-se à revisão das premissas de qualidade de crédito. Em um cenário de caso-base, reduzimos nossa estimativa para o índice de perda da carteira de 6,5% para 5,5%;
- O rating foi originalmente atribuído em 7 de janeiro de 2009, e é continuamente monitorado pela Standard & Poor's desde sua atribuição.

**São Paulo (Standard & Poor's), 26 de abril de 2012** — A Standard & Poor's Ratings Services atribuiu hoje o rating final 'brA (sf)' às cotas seniores do Trendbank Multicred - Fundo de Investimentos Creditórios. A atribuição do rating final segue-se ao recebimento da documentação apropriada pela Standard & Poor's e à confirmação das premissas assumidas originalmente. O rating preliminar foi atribuído em 7 de janeiro de 2009 e continuamente monitorado pela Standard & Poor's desde então. Os ativos que lastreiam o Trendbank Multicredit FIDC são direitos creditórios performados oriundos de vendas de mercadorias, operações comerciais, operações de crédito, locação de imóveis, bens de capitais e/ou equipamentos, e/ou prestação de serviços.

O rating 'brA (sf)' atribuído às cotas seniores do Trendbank Multicredit FIDC expressa a opinião da Standard & Poor's sobre a qualidade de crédito dessas cotas, indicando que a estrutura, os mecanismos de reforço da qualidade de crédito, bem como a qualidade dos ativos que vão compor a carteira do FIDC fornecem uma proteção FORTE contra perdas advindas de inadimplência em comparação com outros títulos emitidos no Brasil.

Os mecanismos de reforço de qualidade de crédito incorporados no Trendbank Multicredit FIDC incluem a proteção de crédito proporcionada pela subordinação de cotas e pelo *spread* excedente derivado da taxa mínima de desconto na aquisição dos recebíveis, equivalente a 150% da taxa de Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia (taxa DI over). Com base na taxa DI atual, de 9,0% a.a., e após deduzir a remuneração das cotas seniores do Fundo, o *spread* excedente inicialmente disponível ao FIDC é estimado em aproximadamente 7,6% a.a. ( $150\% \times 9,0\% - 120\% \times 9,0\% \times 74\% = 7,6\%$ )

O Trendbank Multicredit FIDC é um condomínio aberto, com prazo de duração indeterminado. O rendimento e o valor de face das cotas seniores serão pagos com o fluxo de caixa dos direitos creditórios e outros investimentos. Apesar de o Trendbank Multicredit FIDC ter um prazo de duração indeterminado, o cotista sênior poderá solicitar o resgate de suas cotas após um período de carência de 30 dias para cada aplicação, o qual será pago em até cinco dias úteis após a solicitação, desde que o FIDC possua a liquidez necessária para efetuar o pagamento dos resgates. Caso o Trendbank Multicredit FIDC não possua os recursos necessários para efetuar o resgate solicitado, este será realizado assim que o FIDC dispuser dos recursos necessários para fazê-lo, conforme previsto em seu regulamento. Nesta hipótese, o administrador do FIDC

interromperá a compra de direitos creditórios e de outros ativos até que todos os resgates solicitados sejam efetivados.

Sem prejuízo do prazo de carência, os cotistas seniores que optarem por resgatar suas cotas em até 180 dias, contados a partir da data de integralização das respectivas cotas, estará sujeito a uma taxa de saída equivalente a 70% dos rendimentos líquidos auferidos pelas cotas seniores resgatadas.

As cotas subordinadas também poderão ser resgatadas, respeitando-se a manutenção do nível de subordinação mínimo. Caso a solicitação de resgate das cotas subordinadas ocorra antes do resgate da totalidade das cotas seniores, o pagamento se realizará somente depois de transcorrido um prazo mínimo de 60 dias após a solicitação. Os cotistas subordinados que optarem por resgatar suas cotas em até 180 dias contados a partir da data de integralização das respectivas cotas, estará sujeito a uma taxa de saída equivalente à totalidade dos rendimentos líquidos auferidos pelas cotas subordinadas resgatadas.

O índice de perda da operação foi ajustado de forma a refletir a qualidade de crédito dos direitos creditórios nos últimos meses. O índice de perda é calculado como o somatório de direitos creditórios pagos com atraso superior a 60 dias ou que ainda estejam em aberto a mais de 60 dias. A média móvel de três meses do índice de perda, em novembro de 2011, foi de 3,1%, que também foi o pico dos últimos 12 meses. Revisamos nossa estimativa de perda em um cenário de caso-base de 6,5% para 5,5%. A alteração de premissa segue-se ao recebimento das informações de monitoramento desde outubro de 2009 até fevereiro de 2012 (28 meses) que apresentam um desempenho melhor do que o índice de perda inicialmente assumido. Por outro lado, o ajuste da premissa também leva em consideração nossa expectativa de aumento na inadimplência para as carteiras de créditos empresariais de curto prazo durante os próximos meses.

Em 29 de fevereiro de 2012, o FIDC Trendbank Multicredit mantinha operações com 3.325 sacados e 166 cedentes, todos classificados por grupo econômico. Os três maiores sacados somados à metade da exposição do quarto maior sacado (com base no fator de estresse de 3,5x atualmente utilizado para a categoria 'brA (sf)'), representavam 10,0% do PL. Para esse cálculo, não se incluiu a exposição da Petróleo Brasileiro S.A – Petrobras (brAAA/Estável/). Este devedor é classificado pela Standard & Poor's em uma categoria de rating superior ao rating atribuído às cotas seniores e, de acordo com nossa metodologia, não lhe aplicamos um limite de concentração. A exposição dos três maiores cedentes, somada à metade da exposição do quarto maior cedente, equivalia a 19,4% do PL na mesma data. Esses níveis de exposição se enquadram aos limites máximos definidos na documentação da operação equivalentes a 30,0% e são compatíveis com os limites determinados pelo cálculo da Reserva Mínima realizado pela Standard & Poor's.

Em 15 de fevereiro de 2012, o FIDC Trendbank tinha R\$ 31,2 milhões de seu PL investidos em ativos de liquidez imediata, representando 28,7% do PL sênior.

#### Resumo das Ações de Rating

Instrumento	De	Para	Montante (em milhões de R\$)*	Vencimento Legal Final
Cotas seniores	brA (sf) (Prelim)	brA (sf)	108,6	Indeterminado
Cotas subordinadas	Não Classificadas	Não Classificadas	42,6	Indeterminado

\* Montante em circulação em 17 de fevereiro de 2012

A Escala Nacional Brasil de ratings de crédito da Standard & Poor's atende emissores, seguradores, terceiros, intermediários e investidores no mercado financeiro brasileiro para oferecer tanto ratings de crédito de dívida (que se aplicam a instrumentos específicos de dívida) quanto ratings de crédito de empresas (que se aplicam a um devedor). Os ratings de crédito na Escala Nacional Brasil utilizam os símbolos de rating globais da Standard & Poor's com a adição do prefixo "br" para indicar "Brasil", e o foco da escala é o mercado financeiro brasileiro. A Escala Nacional Brasil de ratings de crédito não é diretamente comparável à escala global da Standard & Poor's ou a qualquer outra escala nacional utilizada pela Standard & Poor's ou por suas afiliadas, refletindo sua estrutura única, desenvolvida exclusivamente para atender as necessidades do mercado financeiro brasileiro.

A Regra 17g-7 da Securities And Exchange Commission (SEC) exige que uma Organização Nacionalmente Reconhecida de Ratings Estatísticos (NRSRO, na sigla em inglês) inclua uma descrição das representações, garantias e mecanismos de execução disponíveis aos investidores e uma descrição de como estes se diferem das representações, garantias e mecanismos de execução em emissões de títulos similares, no caso de qualquer relatório que acompanhe um rating de crédito relacionado a um título lastreado por ativos como definido na Regra. Essa regra aplica-se aos títulos classificados no dia 26 de setembro de 2011 ou após esta data (inclusive aqueles com ratings preliminares).

Se aplicável, o Relatório de Divulgação 17g-7 da Standard & Poor's 17g-7 incluso neste relatório de rating está disponível em <http://standardandpoorsdisclosure-17g7.com/1111575.pdf>.

### Publicações Relacionadas:

- "Relatório de Rating Preliminar: Trendbank Multicredit FIDC", publicado em 28 de agosto de 2009;
- "Metodologia e Premissas Utilizadas na Análise de Rating de Operações Estruturadas de Recebíveis Comerciais no Brasil," publicado em 13 de maio de 2009;
- "Ratings em Retrospectiva: Recorde de novas emissões de operações estruturadas brasileiras no segundo semestre de 2011; ratings mantêm-se estáveis", publicado em 6 de março de 2012
- "Global Structured Finance Scenario and Sensitivity Analysis: The Effects of The Top Five Macroeconomic Factors", publicado em 4 de novembro de 2011.

Copyright© 2012 pela Standard & Poor's Financial Services LLC (S&P) Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta informação pode ser reproduzida ou distribuída de nenhuma forma ou nem meio, nem armazenado em um banco de dados ou sistema de recuperação sem a prévia autorização por escrito da S&P. A S&P, suas afiliadas e/ou seus provedores externos detêm direitos de propriedade exclusivos sobre a informação, incluindo-se ratings, análises e dados relativos a crédito. Esta informação não deverá ser utilizada para nenhum propósito ilícito ou não autorizado. Nem a S&P, nem suas afiliadas, nem seus provedores externos garantem a exatidão, completude, tempestividade ou disponibilidade de qualquer informação. A S&P, suas afiliadas ou seus provedores externos diretores, conselheiros, acionistas, funcionários ou representantes não são responsáveis por quaisquer erros ou omissões, independentemente da causa, ou pelos resultados obtidos mediante o uso de tal informação. A S&P, SUAS AFILIADAS E SEUS PROVEDORES EXTERNOS ISENTAM-SE DE QUALQUER E TODA GARANTIA EXPRESSA OU IMPLÍCITA, INCLUSIVE, ENTRE OUTRAS, QUAISQUER GARANTIAS DE COMERCIALIZAÇÃO, OU ADEQUAÇÃO A UM PROPÓSITO ESPECÍFICO. Em nenhuma circunstância, deverão a S&P, suas afiliadas ou seus provedores externos e seus diretores, conselheiros, acionistas, funcionários ou representantes ser responsabilizados por nenhuma parte, por quaisquer danos, custos, despesas, honorários advocatícios, ou perdas diretas, indiretas, incidentais, exemplares, compensatórias, punitivas, especiais, ou consequentes (incluindo-se, entre outras, perda de renda ou lucros cessantes e custos de oportunidade) com relação a qualquer uso da informação aqui contida, mesmo se alertadas sobre sua possibilidade.

Os ratings e as análises creditícias da S&P e de suas afiliadas e as observações aqui contidas são declarações de opiniões na data em que foram expressas e não declarações de fatos ou recomendações para comprar, reter ou vender quaisquer títulos ou tomar qualquer decisão de investimento. Após sua publicação, a S&P não assume nenhuma obrigação de atualizar a informação. Os usuários da informação aqui contida não deverão nela se basear ao tomar qualquer decisão de investimento. As opiniões da S&P e suas análises não abordam a adequação de quaisquer títulos. A S&P não atua como agente fiduciário nem como consultora de investimentos. Embora obtenha informações de fontes que considera confiáveis, a S&P não conduz uma auditoria nem assume qualquer responsabilidade de diligência devida (due diligence) ou de verificação independente de qualquer informação que receba. A fim de preservar a independência e objetividade de suas respectivas atividades, a S&P mantém determinadas atividades de suas unidades de negócios separadas de outras. Como resultado, certas unidades de negócios da S&P podem dispor de informações que não estão disponíveis às outras. A S&P estabeleceu políticas e procedimentos para manter o sigilo de determinadas informações que não são de conhecimento público recebidas no âmbito de cada processo analítico.

A S&P Ratings Services pode receber remuneração por seus ratings e análises creditícias, normalmente dos emissores ou subscritores dos títulos ou dos devedores. A S&P reserva-se o direito de divulgar seus pareceres e análises. A S&P disponibiliza suas análises e ratings públicos em seus sites na Web, [www.standardandpoors.com](http://www.standardandpoors.com) / [www.standardandpoors.com.mx](http://www.standardandpoors.com.mx) / [www.standardandpoors.com.ar](http://www.standardandpoors.com.ar) / [www.standardandpoors.com.br](http://www.standardandpoors.com.br), [www.ratingsdirect.com](http://www.ratingsdirect.com) e [www.globalcreditportal.com](http://www.globalcreditportal.com) (por assinatura), e pode distribuí-los por outros meios, inclusive em suas próprias publicações ou por intermédio de terceiros redistribuidores. Informações adicionais sobre nossos honorários de rating estão disponíveis em [www.standardandpoors.com/usratingsfees](http://www.standardandpoors.com/usratingsfees).

### **ANEXO III**

**Lauda contendo informações do Fundo, para apresentação a potenciais investidores, datada de 30 de abril de 2012**



# MATERIAL PUBLICITÁRIO

## Trendbank Multicredit

### Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios

### Rating "brA" – Standard & Poor's



A presente instituição aderiu ao cód. ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Fundos de Investimento.

#### Política de Investimento

O Trendbank Multicredit - É um Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios, constituído sob a forma de condomínio aberto em 19 de setembro de 2008, com prazo de duração indeterminado.

#### Objetivo do Fundo

O objetivo do Fundo é proporcionar rendimentos a seus cotistas por meio do investimento preponderante dos recursos do Fundo na aquisição de direitos creditórios originados a partir de, vendas a prazo de bens, operações comerciais, operações de crédito, locação de imóveis, bens de capital e/ou equipamentos, e/ou prestação de serviços que tenham sido efetivamente entregues ou prestados pelos originadores aos seus respectivos sacados, que atendam, cumulativamente, a todos os critérios de elegibilidade e condições de cessão descritas no Regulamento do Fundo.

#### Público Alvo

(i) Investidores qualificados conforme definidos pela Instrução CVM nº 409 e demais investidores que venham a ser autorizados a subscrever e adquirir cotas de fundos de investimento em direitos creditórios regulados pela Instrução CVM nº 356/01. (ii) O próprio Gestor da carteira de investimentos do Fundo ou (iii) Fundos exclusivos cujo investidor seja alguma das pessoas listadas em (i) e (ii) acima.

#### Estrutura

Gestão  
Administrador  
Custodiante  
Auditoria  
Código ANBID  
Categoria ANBID

Trendbank S.A. Banco de Fomento  
Oliveira Trust DTVM S.A.  
Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão  
KPMG Auditores Independentes  
237711  
Fundo de Direitos Creditórios

#### Remuneração

Taxa de Administração: 2% a.a. (incluindo as remunerações do Administrador e do gestor)  
Taxa de Performance: Não há

#### Tributação

IR: incide na fonte no último dia útil de maio e novembro e no resgate das cotas, conforme alíquota decrescente em função do prazo da aplicação.  
IOF: incide somente no resgate e de acordo com o prazo decorrido da aplicação, conforme tabela regressiva em vigor.

#### Regras de Movimentação

Aplicação Mínima R\$ 25.000,00  
Horário Aplicação/Resgate 9:00 hs às 13:00 hs

#### Conversão de Cotas

Aplicação Cotas em D+0 dias úteis  
Débitos em D+0 dias úteis

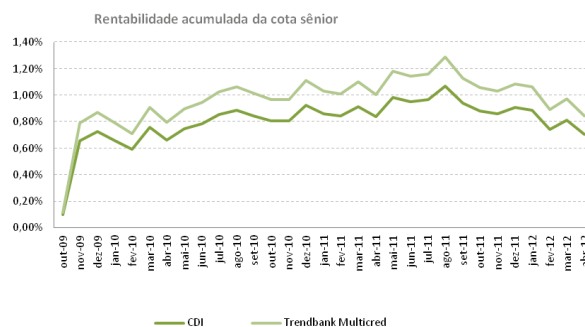
Resgate Sujeito à Carência de 30 dias e Taxa de saída, equivalente a 70% dos rendimentos líquidos auferidos, caso o resgate seja solicitado em até 180 (cento e oitenta) dias contados da data de integralização, nos termos do item 4.5.9 do Prospecto do Fundo.

#### Principais Características

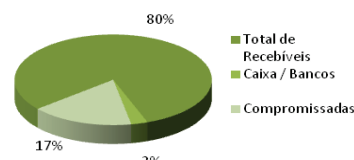
Composição	Até 100% em recebíveis
Concentração Máxima Cedente	8%
Concentração Máxima Sacado	3%
Quotas Sênior	Máximo 74% PL
Quotas Subordinadas	Mínimo 26% PL

#### Histórico (referente à 30/04/2012)

PL médio 12 meses	R\$ 141.320.977,90
PL atual	R\$ 159.270.167,06
Início do fundo	27/10/2009



#### Composição da Carteira em 30/04/2012



#### LEIA O PROSPECTO ANTES DE ACEITAR A OFERTA.

O Prospecto pode ser encontrado nos seguintes endereços eletrônicos:

CVM: <http://www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/registro/ofertasreg2/fdic.asp?Ano=2009> (opção TREND BANK MULTICREDIT - FIDC)

Oliveira Trust: <http://www.oliveiratrust.com.br> (opção Fundos e Trendbank FIDC)

Cetip: <http://www.cetip.com.br> (opção informações técnicas, depois prospectos e cotas de fundos abertos)

ANTES DE TOMAR UMA DECISÃO DE INVESTIMENTO NO FUNDO, OS POTENCIAIS INVESTIDORES DEVEM, CONSIDERANDO SUA PRÓPRIA SITUAÇÃO FINANCEIRA, SEUS OBJETIVOS DE INVESTIMENTO E O SEU PERFIL DE RISCO, AVALIAR CUIDADOSAMENTE TODAS AS INFORMAÇÕES DISPONÍVEIS NESTE PROSPECTO E NO REGULAMENTO DO FUNDO, INCLUSIVE, MAS NÃO SE LIMITANDO, ÀQUELAS RELATIVAS AO OBJETIVO, POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DO FUNDO E AOS FATORES DE RISCO ELENCADOS A SEGUIR: RISCOS DE MERCADO; RISCOS DE CRÉDITO; RISCOS DE LIQUIDEZ; RISCOS ESPECÍFICOS; RISCOS DOS CEDENTES; RISCOS DO GESTOR E RISCOS PROVENIENTES DO USO DE DERIVATIVOS.

PARA MAIORES INFORMAÇÕES A RESPEITO DOS RISCOS LISTADOS ACIMA, RECOMENDAMOS A LEITURA CUIDADOSA DA SEÇÃO "FATORES DE RISCO" DISPONÍVEL NA PÁGINA 32 DO PROSPECTO, DO QUAL ESTA LAUDA É PARTE INTEGRANTE.

1) RENTABILIDADE PASSADA NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA.

2) A RENTABILIDADE DIVULGADA NÃO É LÍQUIDA DE IMPOSTOS.

3) FUNDOS DE INVESTIMENTO NÃO CONTAM COM GARANTIA DO ADMINISTRADOR, DO GESTOR, DE QUALQUER MECANISMO DE SEGURO OU FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITO - FGC.

4) PARA A AVALIAÇÃO DA PERFORMANCE DE UM FUNDO DE INVESTIMENTO, É RECOMENDÁVEL UMA ANÁLISE DE, NO MÍNIMO, 12 MESES.

Gestor do Fundo



Administrador



Custodiante





*Fundo*

**Trendbank Multicredit - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios**  
CNPJ/MF nº 10.362.512.0001-51

*Instituição Administradora*

**Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**  
CNPJ/MF nº 36.113.876/0001-91  
Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, sala 205  
Rio de Janeiro, RJ, CEP 22640-100

*Gestor*

**Trendbank S.A. Banco de Fomento**  
CNPJ/MF nº 48.880.116/0001-99  
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1993,  
3º andar, conjunto 38  
São Paulo, SP, CEP 01451-000

*Custodiante*

**Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão**  
CNPJ/MF nº 62.331.228/0001-11  
Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900,  
13º, 14º e 15º andares  
São Paulo, SP, CEP 04538-132

*Empresa de Auditoria*

**KPMG Auditores Independentes**  
CNPJ/MF nº 57.755.217/0001-29  
Rua Renato Paes de Barros, nº 33  
São Paulo, SP, CEP 04530-904

*Agência de Classificação de Risco*

**Standard & Poor's Rating Services**  
CNPJ/MF 02.295.585/0001-40  
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 201, 18º andar  
São Paulo, SP, CEP 05426-100

*Assessores Legais*

**Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados**  
Al. Joaquim Eugênio de Lima, 447,  
São Paulo, SP, CEP 01403-001  
Tel. (11) 3147-7600  
[www.mattosfilho.com.br](http://www.mattosfilho.com.br)